

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

**PAISAGENS PRETÉRITAS E A
(RE)PRODUÇÃO DO CENTRO DA CIDADE DE
RIO CLARO-SP**

PRISCILA MARIA NATIVIO

Orientadora: Prof^ª. Dra. Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia –
Área de Concentração: Organização do Espaço,
para a obtenção do Título de Mestre em
Geografia.

Rio Claro (SP)
2008

Comissão Examinadora

Prof^a. Dra. Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza – Orientadora

Prof^a. Dra. Silvana Maria Pintaudi

Prof^a. Dra. Regina Helena Moreira Riani Costa

Priscila Maria Nativio – Aluna

Rio Claro, 30 de setembro de 2008.

Resultado: **APROVADA**

Este trabalho é dedicado aos meus pais, José Darci e Maria de Lourdes (em memória), alicerces do que sou, que me educaram e amaram com tamanha responsabilidade, compreensão, princípio e primor. Embora triste por não tê-los comigo, sinto alegria em meu coração ao ser guiada nessa trajetória por vocês, em pensamento.

A minhas irmãs, Fabiana e Patrícia, e meu noivo, Danilo, que tanto acreditaram e dividiram comigo momentos de angústias e incertezas e que por muitas e tantas vezes ouviram as mesmas histórias e lamentações, mas sempre como se fosse algo novo. Sem vocês, viver esse momento e transpor todas as tristezas pelas quais passamos, seria impossível... Se todos fossem iguais a vocês, que maravilha seria viver!

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus que durante esta caminhada deu-me serenidade, concentração e força para prosseguir.

À Prof^ª. Dra. Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza, que desde 2003 vem orientando minhas pesquisas, sempre aberta ao diálogo e à troca de idéias. Obrigada pela orientação, amizade e, sobretudo, pela compreensão.

À Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, pela Bolsa Mestrado concedida, que possibilitou dedicação exclusiva à pesquisa e o desenvolvimento preciso de inúmeras atividades.

À Prof^ª Dra. Silvana Maria Pintaui e Prof^ª. Dra. Regina Helena Moreira Riani Costa, por todas as críticas e sugestões apresentadas em nosso Exame Geral de Qualificação e pela leitura acurada e atenciosa desse texto final.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia, quer seja nas disciplinas que ministram ou em seus gabinetes, em muito contribuíram para meu enriquecimento acadêmico e o desenvolvimento desta pesquisa, principalmente o Prof^º. Dr. Helmut Troppmair pela solicitude em disponibilizar alguns de seus trabalhos sobre o centro da cidade de Rio Claro.

Aos funcionários da Biblioteca da UNESP – Campus Rio Claro, principalmente Meire e Nilza, sempre muito atenciosas e prestativas, fosse às consultas nas Bases de Dados ou em conversas informais.

Aos funcionários da Seção de Pós-Graduação, que durante esses 30 meses sanaram tantas dúvidas, por vezes repetitivas, mas sempre com muita solicitude. E ao Ubirajara e Maíca, funcionários do Prédio da Pós-Graduação em Geografia, pelos momentos de informação, descontração e, acima de tudo, apoio.

Aos desenhistas Gilberto DHenrique e Arnaldo Rosalem, pelas contribuições e, principalmente, pela paciência na confecção dos mapas e algumas figuras.

Aos funcionários da Prefeitura Municipal de Rio Claro, Fernando, Onivaldo, Geraldo, Djanira e Ana, pela atenção e auxílio que dispensaram no desenvolvimento dessa pesquisa, com todas as informações solicitadas. E aos funcionários do Museu Histórico e Pedagógico “Amador Bueno da Veiga”.

A Prof^a. Rosana Aparecida Baptista Francisco, por toda atenção que dispensou na revisão do português em um curto espaço de tempo.

Á Renata Cristina da Mota Retek, amiga desde a Graduação, pelas dicas e motivação que me deu neste percurso. E Tatiane Marina Pinto de Godoy, por sua paciência com meus e-mails intermináveis, repletos de dúvidas.

Á Emílio Rafael Poletto e Marcos Alexandre Ti Fai Mak, por tantas trocas de idéias, fossem conceituais ou teóricas que, por vezes, tornaram certos temas mais elucidativos para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos colegas de orientação, Aldo, Luciana, Juliana e Yaisa, pela troca de experiências e idéias.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Geografia que, pelo convívio no prédio, participações e organizações de eventos, aulas e reuniões, tornaram esses 30 meses uma experiência de vida inesquecível.

E a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para o desenvolvimento e aprimoramento de minhas idéias e a estruturação dessa pesquisa, muito obrigado por terem feito parte desse momento de minha vida.

Depois de muitos anos vivendo numa cidade grande, gradualmente desenvolvemos um senso de assombro. Isto porque muito do que acontece ao nosso redor é inexplicável e, ao mesmo tempo, mágico. Enquanto eu crescia em meio à turbulência da vida urbana, era preciso apenas um estado de alerta superficial para enfrentar o ritmo das mudanças e experiências que se desenrolavam. Havia pouco tempo para questionar a rápida substituição de pessoas e de edifícios.

Tais coisas deviam ser aceitas como normais. À medida que fui envelhecendo e acumulando recordações, passei a me sensibilizar mais e mais com o desaparecimento de pessoas e referências urbanas. Para mim, eram especialmente perturbadoras as inexplicáveis demolições de prédios. Eu sentia como se, de alguma forma, eles tivessem alma.

Agora, estou certo de que essas estruturas marcadas por risos e manchadas por lágrimas são mais do que edifícios inertes. É impossível pensar que, ao fazerem parte da vida, não tenham absorvido as radiações provenientes da interação humana.

Eu me pergunto sobre o que resta depois que um prédio é demolido.

Will Eisner

ÍNDICE

	Página
SUMÁRIO.....	vi
LISTA DE FIGURAS.....	viii
LISTA DE MAPAS.....	ix
LISTA DE TABELAS.....	ix
RESUMO.....	xi
ABSTRACT.....	xii
INTRODUÇÃO.....	2
CAPÍTULO I.....	8
CAPÍTULO II.....	23
CAPÍTULO III.....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS.....	127
ANEXOS.....	138

SUMÁRIO

	Página
RESUMO.....	xi
ABSTRACT.....	xii
INTRODUÇÃO.....	2
 CAPÍTULO I – O CENTRO DE RIO CLARO-SP: SEUS AGENTES CONSTRUTORES E SUAS CONTRADIÇÕES.....	 8
1.1. O Papel do Estado e da Sociedade Civil.....	9
1.2. A Valorização do Espaço e sua Materialização no Espaço Urbano.....	15
 CAPÍTULO II – O MUNICÍPIO DE RIO CLARO-SP: EVOLUÇÃO URBANA A PARTIR DO CENTRO.....	 23
2.1. Do Surgimento do Município.....	25
2.2. Expansão do Município e o Centro da Cidade: o Jardim Público.....	30
2.3. O Centro de Rio Claro e o Jardim Público: os dias atuais.....	43
 CAPÍTULO III – ANTIGAS FORMAS: ENTRE A PRESERVAÇÃO E A ANIQUELAÇÃO.....	 62
3.1. Da Destruição à Significação do Moderno: os estacionamentos.....	63
3.2. Memória Urbana: laços sociais versus a perda de identidade.....	77
3.3. Patrimônios e a Prática do “Preservar” na cidade de Rio Claro-SP.....	110
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 121
 REFERÊNCIAS.....	 127

ANEXOS.....	138
Anexo I – Questionário aplicado junto aos Comerciantes.....	139
Anexo II – Questionário aplicado junto aos usuários dos Estacionamentos.....	140
Anexo III – Regionalização dos Bairros de Rio Claro.....	141
Anexo IV – Questionário aplicado junto aos pedestres que transitam pelo Jardim Público.....	142

LISTA DE FIGURAS

Página

Figura 1: Localização do Município de Rio Claro no Estado de São Paulo.....	23
Figura 2: O Jardim Público visto pela Avenida 1 no início do século XX.....	34
Figura 3: O Jardim Público visto pela Avenida 1 nos dias atuais.....	35
Figura 4: O Portão que cercava o Jardim Público, década de 1900.....	36
Figura 5: Família no Jardim Público, em frente ao pé de eucalipto e a figueira, descendo a Avenida 1, do lado direito, perto da entrada, em 04 de março de 1893.....	36
Figura 6: Rua de maior movimento comercial no centro de Rio Claro.....	45
Figura 7: Comerciantes que aprovam a implantação de um calçadão no centro de Rio Claro-SP.....	47
Figura 8: Comércio ambulante no passeio principal do Jardim Público.....	56
Figura 9: Coreto no Jardim Público de Rio Claro, hoje.....	57
Figura 10: Estacionamentos localizados nas adjacências do Jardim Público.....	67
Figura 11: Pontos do Parquímetro para emissão de <i>ticket</i> na zona central da cidade.....	67
Figura 12: Sexo.....	71
Figura 13: Faixa Etária.....	71
Figura 14: Cidade e Estado de Origem.....	71
Figura 15: Bairro onde mora, por Região.....	71
Figura 16: Motivos de uso do estacionamento.....	74
Figura 17: Lembra-se do que havia no local.....	75
Figura 18: Delimitação do Ponto 1.....	85
Figura 19: Ponto 1 – Sexo.....	86
Figura 20: Ponto 1 – Faixa Etária.....	86
Figura 21: Ponto 1 – Cidade e Estado de Origem.....	86
Figura 22: Ponto 1 – Bairro onde mora, por Região.....	86
Figura 23: Ponto 1 – Quantas vezes transita pelo Jardim.....	87
Figura 24: Ponto 1 – O que havia no local antes.....	88
Figura 25: Delimitação do Ponto 2.....	91
Figura 26: Ponto 2 – Sexo.....	92
Figura 27: Ponto 2 – Faixa Etária.....	92
Figura 28: Ponto 2 – Cidade e Estado de Origem.....	92

Página

Figura 29: Ponto 2 – Bairro onde mora, por Região.....	92
Figura 30: Ponto 2 – Quantas vezes transita pelo Jardim.....	93
Figura 31: Ponto 2 – O que havia no local antes.....	94
Figura 32: Delimitação do Ponto3.....	95
Figura 33: Ponto 3 – Sexo.....	96
Figura 34: Ponto 3 – Faixa Etária.....	96
Figura 35: Ponto 3 – Cidade e Estado de Origem.....	96
Figura 36: Ponto 3 – Bairro onde mora, por Região.....	96
Figura 37: Ponto 3 – Quantas vezes transita pelo Jardim.....	97
Figura 38: Ponto 3 – O que havia no local antes.....	98
Figura 39: Único casarão ainda existente no entorno do Jardim Público.....	99
Figura 40: Casarão incendiado em setembro de 1994.....	100
Figura 41: Delimitação do Ponto 4.....	103
Figura 42: Delimitação do Ponto 5.....	105
Figura 43: Ponto 5 – Sexo.....	106
Figura 44: Ponto 5 – Faixa Etária.....	106
Figura 45: Ponto 5 – Cidade e Estado de Origem.....	106
Figura 46: Ponto 5 – Bairro onde mora, por Região.....	106
Figura 47: Ponto 5 – Quantas vezes transita pelo Jardim.....	107
Figura 48: Ponto 5 – O que havia no local antes.....	108

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Expansão da malha urbana do Município de Rio Claro.....	31
Mapa 2: Divisão dos Bairros do Município, por Região.....	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Profissão declarada pelos entrevistados (Estacionamentos).....	73
Tabela 2: Profissão declarada pelos entrevistados que transitavam pelo Ponto 1.....	86
Tabela 3: Motivos pelos quais os usuários transitam pelo Jardim (Ponto 1).....	87
Tabela 4: Profissão declarada pelos entrevistados que transitavam pelo Ponto 2.....	92

Página

Tabela 5: Motivos pelos quais os usuários transitam pelo Jardim (Ponto 2).....	93
Tabela 6: Profissão declarada pelos entrevistados que transitavam pelo Ponto 3.....	96
Tabela 7: Motivos pelos quais os usuários transitam pelo Jardim (Ponto 3).....	97
Tabela 8: Profissão declarada pelos entrevistados que transitavam pelo Ponto 5.....	106
Tabela 9: Motivos pelos quais os usuários transitam pelo Jardim (Ponto 5).....	107

RESUMO

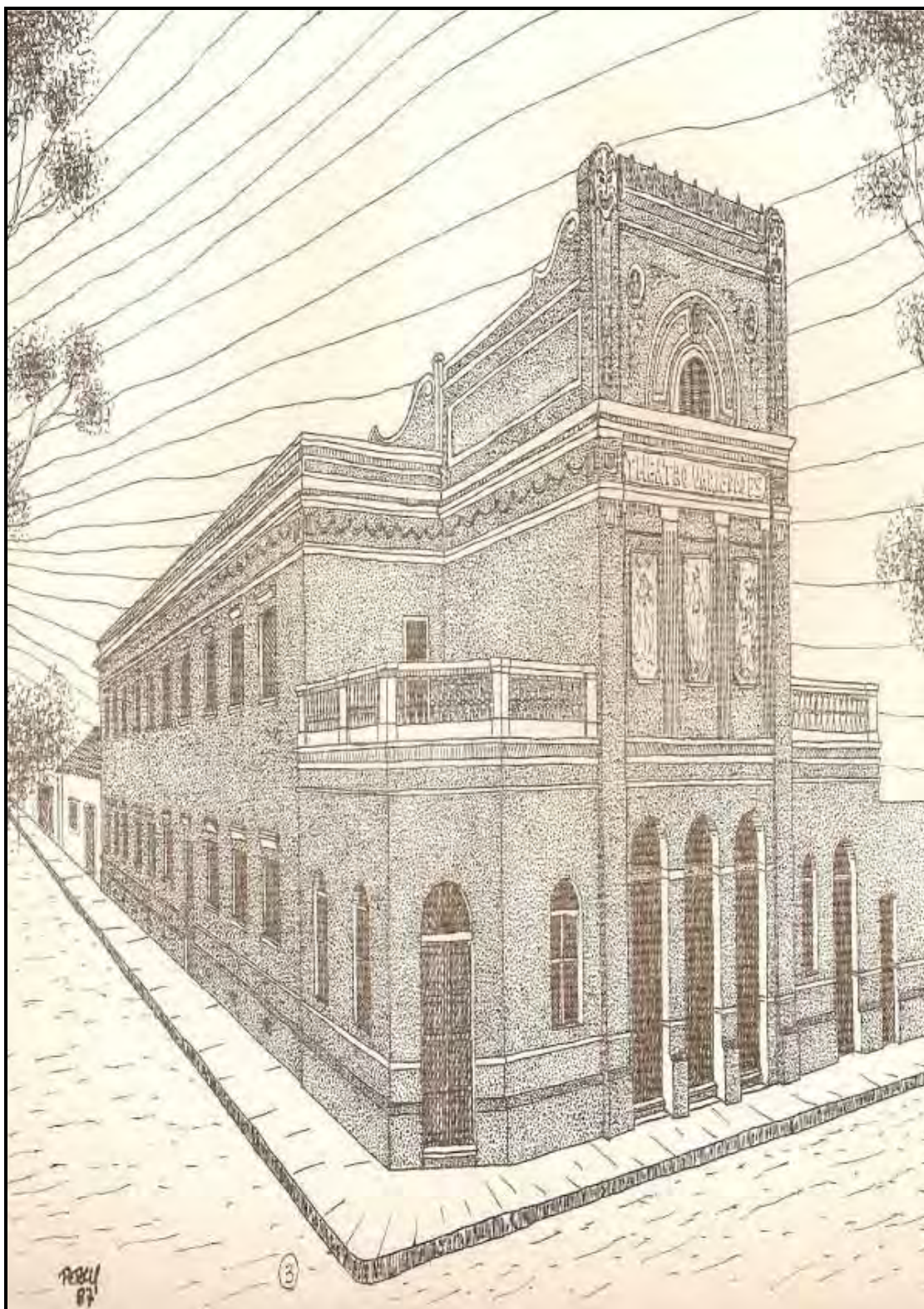
Nos dias atuais, evidencia-se uma forma de produção e reprodução do espaço urbano, que pode ser verificada sob a ótica da valorização capitalista: o consumo do espaço. Assim, aqui se objetiva analisar a produção do espaço urbano em Rio Claro-SP, através dessa valorização, a qual faz com que localizações privilegiadas no centro da cidade, mais precisamente ao redor de seu Jardim Público, com construções antigas (casarões e palacetes de famílias renomadas), cedam lugar ao consumo do e no espaço, onde agentes modeladores atuam de forma concentrada criando um número elevado de estacionamentos. A especulação imobiliária é maciça, tornando o espaço mera mercadoria. Neste trabalho também se analisa o papel do poder público, quanto ao planejamento e a gestão dessa área, além do posicionamento da sociedade civil.

Palavras-Chave: espaço urbano; Rio Claro-SP; Estado; promotores imobiliários; sociedade civil; memória urbana.

ABSTRACT

Nowadays, it is possible to notice a form of production and reproduction of urban space, which can be verified from the capitalist perspective point of view: the use of space. There has been analysis of the production of urban space in Rio Claro-SP. Privileged locations downtown, more specifically around its Public Garden, with old buildings (mansions and palaces of renowned families), creates consumption of space, where modular agents act in a concentrated way creating a lot of parking. The real estate speculation is massive, making the space a mere commodity. This study also examines the role of the public government system, the planning and management of the area, beyond the position of civil society.

Keywords: urban space; Rio Claro-SP; State; real estate developers; civil society; urban memory.



*Teatro Variedades. Inaugurado em 1914. Avenida 1 com Rua 6.
Percy Oliveira, "Imagens", 1987.*

Introdução

Desde os anos de 1970, a Geografia vem passando de forma mais evidenciada por transformações, deixando de considerar somente a observação e a descrição, e voltando-se para o estudo das mudanças que ocorrem na realidade social. A Geografia Urbana nos últimos anos vem apresentando diversificação teórica e metodológica para o entendimento da realidade urbana, abarca amplas investigações, principalmente pesquisas voltadas ao consumo do e no espaço. Nesta abordagem, o urbano é entendido como um processo dinâmico que articula as relações sociais de produção e a (re)produção do espaço. O espaço, visto como local da realização da vida e sua produção um produto histórico e social, isto é,

[...] considerado uma construção humana, é um produto histórico-social; nesta dimensão aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo do processo histórico e desenvolvido por uma série de gerações. Expressão e significação da vida humana, obra e produto, processo histórico cumulativo, a cidade contém e revela ações passadas ao mesmo tempo, já que o futuro se constrói a partir das tramas do presente – o que nos coloca diante da impossibilidade de pensar a cidade separada da sociedade e do momento histórico em que vivemos (CARLOS, 2004, p. 7).

O entendimento do espaço geográfico como político, social, concreto e ideológico contempla a luta entre os homens e, conseqüentemente, as transformações na natureza e na sociedade. É papel da Geografia, portanto, como ciência social, buscar interpretar como a sociedade vem intervindo na natureza, construindo seu espaço.

A urbanização capitalista guarda em si um processo de concentração de homens, de produtos e de coisas nas cidades, articulando sistemas hierarquizados, em uma verdadeira luta por territórios. Desse modo, a cidade apresenta-se como forma materializada desse processo de urbanização, a partir da sociedade de classes. Ou seja, enquanto sede do poder e da classe dominante, a cidade manifesta-se como resultado do processo de formação de uma classe que, estratificada, revela a diferenciação social através da racionalidade, funcionalidade e segregação urbana.

De acordo com Carlos (1992, p.78),

o processo de reprodução espacial envolve uma sociedade hierarquizada, dividida em classes, produzindo de forma socializada para consumidores privados; a cidade aparece como um produto apropriado de forma diferenciada pelos indivíduos.

Ao analisar o modo de produção capitalista, observa-se que seu principal objetivo concretiza-se no cotidiano: renda e lucro, e, ao falarmos em renda, um produto configura-se no espaço: a terra. Para Souza (1994), o processo de apropriação do espaço urbano tem relações com o capital imobiliário e, conseqüentemente, a terra é condição de produção em todos os setores da economia. Assim, a renda do solo urbano advém de sua localização e dos benefícios em serviços públicos efetuados pelo Estado – esses dois agentes construtores do espaço urbano, Estado e promotores imobiliários, acabam, muitas vezes, por determinar o uso e a forma espacial da cidade.

Assim, importantes contribuições são auferidas aos estudos urbanos por meio da análise das relações sociais que ocorrem entre diferentes agentes construtores do espaço urbano – Estado, promotores imobiliários e a sociedade civil.

Deste modo, a terra torna-se suporte material para a produção e reprodução da sociedade. E torna-se, sobretudo, renda, através da apropriação capitalista do solo, valorizado em termos de mercado. Esta valorização se dá por investimentos em infra-estrutura e equipamentos coletivos urbanos oferecidos pelo Estado, que acaba dando aval às atuações dos promotores imobiliários. Estes se apropriam do espaço urbanizado, inserindo-o em um mercado dinâmico de bens imóveis, pautado na especulação.

Com isso, promovem cada vez mais o consumo do espaço enquanto produto de interesse social, ou seja, cada vez mais se fragmenta o espaço, vendendo-o em parcelas fixas, em um movimento pendular, que vai do espaço de consumo ao consumo do espaço, cada dia mais comprado e vendido para a reprodução do mercado e do lucro, em detrimento da reprodução da vida.

Porém, ao ser consumido enquanto mercadoria deixa de ser o espaço do vivido e converte-se em um lugar que aos poucos vai perdendo a sua identidade. De acordo com Lemos (2001), os lugares de socialização, que antes podiam ser encontrados na cidade, como a praça, tornam-se lugares de comércio ambulante; as ruas, lugar de encontro, tornam-se meros locais de passagem; a cidade deixa de ser o espaço de vivência, para tornar-se lugar de atividades e nada mais.

Pelo empobrecimento das relações sociais e da sociabilidade como um todo, na busca incessante pelo novo e na procura do encontro com o progresso, ocorre que o espaço urbano torna-se ausente de referências urbanas. Nesse processo de valorização do urbano, o tempo histórico vai se apagando e as referências materiais do passado desaparecendo.

Como salientado por Carlos (2001), a cidade feita para durar, resultado de diferentes tempos acumulados, contradiz-se com essa nova cidade, que é refeita constantemente para e pela troca, em que o espaço produzido enquanto valor de uso é convergido para valor de troca, com o público subordinado ao privado, com atuação maciça do Estado e promotores imobiliários – passagem do processo de consumo no espaço para aquele do consumo do espaço.

Assim, nossa pesquisa objetiva analisar a produção e reprodução do espaço urbano sob a ótica da valorização capitalista, isto é, localizações privilegiadas, no centro da cidade de Rio Claro-SP, com construções antigas, consideradas referenciais históricos, e que hoje cedem lugar ao consumo do espaço, por meio da construção de estacionamentos.

O espaço da área central de Rio Claro contava com monumentais casarões de aristocratas, formados pela elite cafeeira e a burguesia urbana ascendente, como profissionais liberais e aqueles que ocupavam altos cargos burocráticos. Foram esses que construíram as primeiras edificações no centro da cidade, no entorno do Jardim Público, sendo esta área considerada “diferenciada” das outras existentes, onde se podia encontrar residências modestas, pertencentes a trabalhadores que não possuíam ocupação na administração pública ou no setor de grandes negócios, como o café. Contudo, compunham uma parte da sociedade rioclarense que contribuiu tanto quanto a elite na história e desenvolvimento da cidade.

Hoje, nessa área, entretanto, o que se denota são espaços “sem conteúdo” histórico, que foram transformados em estacionamentos de automóveis, “desconstruindo” a antiga paisagem do centro tradicional.

O que se observa no centro da cidade é que esses casarões são formas que não mais responderiam ao processo de reprodução da sociedade e se apresentariam como descontinuidade espacial frente à produção e apropriação do espaço urbano. Essas formas, referenciais urbanos, seriam o elo sólido entre passado e presente que constituem o espaço, com todas as contradições e conflitos que lhe são inerentes na modernidade.

Porém, estas formas não possuem apenas uma aparência externa, mas possuem também um conteúdo, visto que a forma referente a diferentes lógicas de produção do espaço, de ações, ideologias e valores de épocas distintas, não se explica por si só.

Todavia, a vida modernizou-se, adquirindo novos conteúdos. O espaço é puramente capitalista, voltado ao individualismo, com novas tecnologias impondo-se, fracionando o cotidiano: e a sociedade passa a construir e reconstruir esse espaço a partir dessa fluidez, com a conseqüente e crescente perda da sociabilidade.

Assim, em Rio Claro procuramos entender o porquê da derrubada desses casarões, inseridos em um contexto político, econômico e social de determinado período, aliado ao fato de que nas diferentes esferas do poder público local não se observa a preocupação ou a tradição em preservar o patrimônio histórico e cultural da cidade.

Visto que os patrimônios existentes foram tombados pelo órgão estadual competente – o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), através de iniciativa popular e/ou acadêmica, e endossado pelo poder público quando de seu interesse.

Então, por que preservar? Essa é uma questão que buscamos analisar no transcórre dessa pesquisa, pois o que se observa é que em Rio Claro a cidade não soube administrar a “arte de envelhecer” preservando todo seu passado, mesmo sem viver preso a esse, ou seja, modernizar-se com o constante desafio de mirar o futuro respeitando o passado.

Verifica-se que poder público, promotores imobiliários e a sociedade civil como um todo, não viram e não vêem a cidade como um processo histórico em transformação e que essas mesmas transformações não necessitam aniquilar o passado e o que existia.

Com isso, compreender essa realidade social implica analisarmos concomitantemente as relações que se estabelecem entre forma, função, estrutura e processo, onde forma e função não podem ser dissociadas no estudo da produção do espaço. E essa realidade, enquanto histórica, possui uma estrutura, com as formas e funções relacionando-se socialmente, e um processo, como combinação da historicidade do espaço, sua produção e reprodução no tempo.

Isto é, constantes transformações ocorrem no espaço e, a cada mudança, uma nova produção se estabelece.

E para uma análise que abarcasse a totalidade do fenômeno em estudo, partimos do presente e regressamos ao passado para explicar o que determinou o conjunto do processo que desembocou nesse resultado, hoje. Assim, podemos compreender as dinâmicas sócio-espaciais do urbano, analisando suas contradições e conflitos, além de apreender a produção do espaço urbano como um processo que está em constante transformação. Ou seja, procuramos recuperar, através da história, momentos e tempos diferentes na produção do espaço urbano.

Buscamos, então, explicar a situação em que se encontra, hoje, nossa área de estudo, por meio da análise das modificações que ocorreram ao longo do tempo, correlacionando-as com as descrições da realidade atual – é o passado auxiliando na elucidação do presente e no entendimento da produção do espaço em questão – o entorno do Jardim Público de Rio Claro e os estacionamentos ali existentes.

Nossa pesquisa apresenta um texto organizado em três capítulos, nos quais se procurou fazer uma análise do tema em questão.

No *Capítulo I – O Centro de Rio Claro: seus agentes construtores e suas contradições* - trataremos do papel do Estado e da sociedade civil e além dos promotores imobiliários, a especulação que estes exercem sobre o uso da terra e a dinâmica que executam no ordenamento do espaço urbano com o aval do Estado.

O *Capítulo II* é intitulado *O Município de Rio Claro: evolução urbana a partir do centro*. Aqui, abordamos o surgimento e a consolidação do município, analisando o papel do centro, a criação do Jardim Público, as políticas adotadas pelo poder público local e a questão da apropriação do espaço.

Já no *Capítulo III – Antigas Formas: entre a preservação e a aniquilação* - procuramos conhecer a história dos casarões, compreender o papel desempenhado pelos estacionamentos, relacionando-os à questão da modernidade, do novo e velho, consumo do/no espaço e, além disso, avaliar a memória urbana e qual a relação entre patrimônios históricos e espaço urbano, e a atuação do poder público nessa questão.

No entorno do Jardim Público da cidade, a substituição de casarões por estacionamentos deixa vestígios de uma visão de mundo que prevalece nas três esferas que compõem a construção do espaço urbano – Estado, promotores imobiliários e sociedade civil. Essa pesquisa, então, se desenvolveu procurando questionar esse “modo de pensar” hegemônico na cidade de Rio Claro, debatendo até quando formas urbanas representativas da história da cidade continuarão sendo erradicadas.



*Antiga Estação da Companhia Paulista.
Construída em 1876 e substituída pela atual em 1910. Rua 1, entre Avenidas 2 e 3.
Percy Oliveira, "Imagens", 1987.*

CAPÍTULO I – O CENTRO DE RIO CLARO: SEUS AGENTES CONSTRUTORES E SUAS CONTRADIÇÕES

De acordo com inúmeros estudiosos do pensamento geográfico, somente os grandes detentores do poder (aqueles com capacidade para influenciar comportamentos e pensamentos, e com qualidades para determinar interesses e decisões de maneira manipulada – de uma minoria sobre uma maioria), possuem uma visão integrada do espaço. O cidadão comum, por sua vez, possui uma visão fracionada do mesmo, isto é, só tem noção do lugar onde vive, ignorando muitas vezes todo o resto, prejudicando a visão abrangente do todo e seus problemas.

O espaço urbano capitalista é um produto social, resultado de ações acumuladas no tempo, patrocinadas por agentes que produzem e consomem o espaço – são agentes sociais concretos, cujas ações derivam da acumulação de capital e dos conflitos de classe.

Essas ações provocam um constante processo de reorganização e reprodução espacial, incorporando novas áreas ao urbano, densificando o uso do solo, deteriorando ou renovando áreas. São ações que se dão dentro de um marco jurídico, o que regula sua atuação, e que acabam por possuir como denominador comum a apropriação de uma renda da terra.

Com isto, procuraremos estabelecer uma análise acerca dos agentes construtores do solo urbano; o Estado e os promotores imobiliários (agrupamento que desenvolve ações definidas, visando a defesa de seus interesses).

Esses agentes acabam, de certo modo, por determinar o uso e a forma espacial da cidade, além de sua constante transformação, contribuindo para a reprodução espacial e do capital. Visto que, no espaço urbano podem-se observar momentos de reprodução sobre a lógica do capital, mas, em concomitância, existe também o espontâneo, o criativo e a liberdade dentro deste ambiente urbano.

E dentro desta questão analisaremos, também, o papel da sociedade civil, que sente e vivencia o lugar onde se estabelece e que pode ou não se deixar manipular pelo Estado e promotores imobiliários que aí atuam.

1.1. O Papel do Estado e da Sociedade Civil

A cidade é o lugar onde vive parcela crescente da população, com altos investimentos de capital, e onde se dão os conflitos sociais. O espaço urbano é ao mesmo tempo fragmentado e articulado, produto da sociedade e condicionante para realizações sociais e produtivas.

Para Carlos (1992), no urbano existem dois elementos primordiais: o espaço construído, imobilizado nas construções; e o movimento da vida. É um verdadeiro choque de contrastes e de diferenças, visíveis principalmente nos usos do solo. Esse uso pode ser determinado pelo processo de reprodução do capital e da força de trabalho, porém, sempre determinado pelo valor, que define a dinâmica de acesso ao solo urbano, o que leva a uma redistribuição do uso de áreas já ocupadas ou à incorporação de outras, originando novas formas de valorização do espaço urbano.

A cidade, então, manifesta-se como forma e símbolo de um completo conjunto de relações sociais, como um produto do tempo. Mumford (1965) já avaliava que o capitalismo, nos idos de 1800, tratava a cidade em si, com suas ruas, avenidas e quarteirões, como “unidades abstratas” postas para compra e venda, sem haver qualquer tipo de respeito pela história ou necessidades sociais do local, denotando assim que, a cidade nunca foi criada e tida pelo e para o habitante, mas sim como uma “aventura comercial privada”, voltada para o aumento constante dos valores dos terrenos.

Assim, o uso do solo se dá por interesses do capital e da sociedade, de acordo com a necessidade de realização de determinada ação. E é, sobretudo, meio de consumo coletivo, de bens e serviços, para a reprodução da vida – meios de consumo esses que devem ser amparados pelo aparelho jurídico-político que, dominando e regulando, estrutura o espaço urbano e acaba intervindo na vida cotidiana da sociedade.

O Estado em si é uma ordem jurídica soberana que tem por fim, buscar o bem comum do povo, por meio de um conjunto de condições de vida social, que consista e favoreça o desenvolvimento integral da personalidade humana, ou seja, que dê ao cidadão condições mínimas de existência e de sobrevivência.

Seria, então, o “guardião” dos interesses gerais da sociedade e da liberdade, atuando como uma associação que deveria favorecer certos fins que ultrapassassem sua própria existência, atingindo a coletividade, por meio de sua organização política.

De acordo com Miliband (1981), por ser uma organização política praticada por homens tem, portanto, uma função humana. Nesse ponto, a partir do século XVIII, com o capitalismo, ocorre uma perversão do propósito e missão do Estado que, com um caráter classista, torna-se “guardião e defensor” dos interesses da propriedade, com um desdobramento lógico da separação entre o público e o privado.

Criado pela sociedade como um órgão de defesa de seus interesses (e por sociedade subentende-se a elite), o Estado torna-se independente quando impõe o domínio dessa classe – o conteúdo jurídico é suplantado pelo econômico.

Desse modo, diversos autores analisaram claramente a questão do papel e da intervenção estatal e entre eles destacam-se Côrrea (1989) e Souza (1994). Para Côrrea, o Estado é o grande consumidor do espaço, que atua enquanto proprietário fundiário e promotor imobiliário, além de regular o uso do solo.

Então, o Estado deve agir na implantação de serviços públicos e na elaboração de leis e normas de uso, zoneamento e código de obras, utilizando como instrumentos o direito de desapropriação e procedência na compra de terras; regulamentação do uso do solo; controle e limitação de gastos; limitação da superfície que cada um pode se apropriar; aplicação de impostos fundiários e imobiliários; taxação de terrenos livres; mobilização de reservas fundiárias públicas; investimento em obras e infra-estrutura; além da organização de mecanismos de crédito à habitação e pesquisas sobre materiais, controle de produção e mercado da construção.

Sobretudo, a ação do Estado é pautada pelo conflito de interesses das diversas classes da sociedade, o que pode ser visível, principalmente, em nível municipal, criando condições que viabilizam o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais, isto é, age muitas vezes em favor do capital, fornecendo-lhe infra-estrutura e benefícios.

Em outras palavras, o Estado enquanto um agente social pode influenciar direta ou indiretamente, na reprodução do espaço, criando condições para a ação de outros agentes.

Já Souza (1994, p.215) argumenta que,

[...] o Estado [...] é uma categoria analítica que, aliada às demais (ao capital e suas formas, à terra entendida como mercadoria, e à luta de classes, evidenciada pelo processo de trabalho), explica o espaço urbano produzido e apropriado, explicando, portanto, a própria geografia, resultado material e formal evidente dessas categorias.

Dentro desse mesmo contexto, Lojikne (1981) argumenta que o Estado é o principal agente da distribuição espacial e social dos equipamentos urbanos para as diferentes classes, porém, enquanto “monolítico”, é dominado pelos interesses do capital monopolista, tendo o poder de determinar o alcance de suas ações em favor desta fração monopolista. Ou seja, enquanto a política é dominada por interesses do capital monopolista, as concessões às classes dominadas são mínimas.

São similares as colocações efetuadas por Leite (1989), ao argumentar que o Estado, mesmo atuando como regulador das relações sociais defende os interesses do capital e, inequivocadamente, se afasta das necessidades da classe trabalhadora.

Então, nos dias de hoje, observa-se que o papel essencial exercido pelo Estado é o de assegurar ao extremo a renda advinda dos investimentos privados, a fim de garantir as condições básicas de reprodução da força de trabalho.

Dessa forma, o Estado efetua a gestão urbana por meio de ações que se pautam em projetos, planos e legislações normativas, intervindo de forma fiscalizadora, adequando dispositivos legais voltados para a equalização de problemas, ou seja, o poder público procura produzir condições para a acumulação do capital, intervindo nas contradições urbanas, favorecendo classes sociais em detrimento de outras, interessando-se na luta pela apropriação do espaço.

De acordo com Manfredini (2005, p.35),

no Brasil, os governos municipais têm disponível amparo legal para uma política fundiária visando à melhoria das condições sociais, contudo, o poder público aparenta uma quase inércia no controle e administração, em especial tributária, sobre o uso do solo urbano, o que promove situações nas quais os mais ricos ampliam sua posse, sob o ponto de vista da propriedade imobiliária.

Com isso, evidencia-se que o Estado dinamizou o mercado imobiliário em geral, dando aval a esse mercado, com uma superoferta de terrenos urbanos, caracterizando o aspecto monopolista da propriedade privada da terra.

O que significa que o Estado não deve ser tido como uma entidade suprema e indistinta, pois além de ser um instrumento político, expressa também seus interesses, construindo o espaço diferenciadamente, provendo áreas de interesses do capital ou de classes dominantes, de insumos que necessitam para se reproduzir, através da espoliação.

Assim, enquanto produtor de formas e modelos que se difundem na sociedade, o Estado normatiza e normaliza relações sociais, produzindo, distribuindo e gestando equipamentos de consumo coletivo que, mesmo destinados a toda a população, tornam áreas mais valorizadas, com maior preço e, conseqüentemente, lucro único para o proprietário capitalista. Como muito bem enfatizado por Rodrigues (1994, p.20), é a “cidade produzida socialmente e a renda apropriada individualmente”.

Desse modo, o Estado, enquanto promotor da segregação sócio-espacial junto ao capital imobiliário, atua como um agente opressor/repressor quanto às normas de ocupação do espaço, subsidiado pelo agente imobiliário. Então, não vem a ser um “juiz neutro”, acima de todos, mas uma jurisdição complexa que, sob influencia de interesses variados, tende sua ação pautada nos interesses das classes dominantes, com vistas a reprodução do capital.

Exerce, assim, grande importância, intervindo no arranjo das mobilizações de capital (comprometendo sobre as localizações privadas), o que fixa a valorização do capital imobiliário, determinando novos usos do solo urbano (BRANDÃO, 1981).

Seguindo a mesma linha, Lojikne (1981, p.189) coloca que o Estado deve atuar enquanto eixo funcional, que torne o solo viável e organizado, porém não para todas as classes sociais¹.

Deste modo, afirmando de forma coerente, Lefévre (1972) coloca que o Estado reparte a mais-valia global entre as camadas e frações da sociedade, gerando serviços públicos indispensáveis a essa mesma sociedade. Todavia, vê as necessidades sociais unicamente pelas necessidades elitistas, juridicamente e politicamente, com vistas à valorização da propriedade imobiliária.

Com isso, evidencia-se que o Estado tem por dever e obrigação administrar as necessidades sociais, ocupando-se delas, pois dizem respeito a toda sociedade e não somente a uma única classe mais abastada. A partir do momento em que se ampliam suas funções e seu poder, desenvolve-se também uma maior responsabilidade desse mesmo Estado para com o cidadão.

¹ O que esse autor analisa se aproxima das proposições feitas por Rodrigues (1994), algumas linhas acima, contudo acrescentando que, “[...] o controle pelo Estado da propriedade do solo e a desvalorização da renda fundiária – principalmente através da locação do solo a promotores e utilizadores capitalistas – permitem, ou melhor, ‘tendem a permitir’ ao capital produtivo que seja investido no setor imobiliário sem se defrontar com o obstáculo fundiário; ao mesmo tempo, essa intervenção do Estado produz uma certa ‘socialização’ dos espaços urbanos em proveito das diferentes atividades que buscam valores de usos urbanos específicos [...]”

Tal fato recai em uma das questões que aqui nos propomos abordar: a sociedade civil. Essa mesma sociedade exige do Estado o direito de uso do espaço como condição social, ou seja, o direito à vida urbana, visto que a cidade é tida como base material para a reprodução da vida.

Porém, como exposto por Lefévre (1975), o Estado sempre intervém em favor de uma única classe, detentora de poder e de capital. E suas práticas de investimento no espaço urbano orientam-se pelos interesses do mercado imobiliário e o *marketing* que este produz.

Para Harvey (2006, p.190), isso implica que “a parceria entre poder público e a iniciativa privada significa que o poder público entra com os riscos e a iniciativa privada fica com os lucros. Os cidadãos ficam à espera de benefícios que nunca chegam”.

Assim, o capital vai se concentrando nas mãos de poucos e o Estado vai cumprindo de forma injusta sua obrigação, ou seja, mantendo o sistema de propriedade privada, do *status quo* e gerenciando os conflitos sociais conforme lhe servir. E é a sociedade civil, que possui o sentido do lugar, criado por relações e referências entre habitante-lugar, que sente as mudanças onde o ritmo da técnica, que transforma o urbano, traz mudanças nos modos de perceber, sentir e viver o lugar.

Nessa dinâmica sócio-espacial o cidadão vai perdendo seu espaço na cidade em função das ações do Estado que, trazendo vantagens ao capital e à especulação imobiliária, torna o habitante um mero transeunte e consumidor das atividades que se desenvolvem no espaço urbano, sem relações de identidade e lembranças que o coloquem enquanto sujeito ativo deste meio.

Todavia, não se pode esquecer que esse espaço, mesmo normatizado, é composto por essa sociedade que é massificada materialmente, isto é, regida muito mais por interesses do que por paixões referentes ao meio em que vive – os indivíduos acabam por ver o mercado como a única instituição que vai levá-lo ao “vir a ser”, mas não ao “é”, por meio do consumo exacerbado.

Desse modo, as relações deformadas e mistificadas entre sociedade civil e Estado, devido à fragilidade existente nos instrumentos administrativos, além de uma falência organizacional, ideológica e sociológica desse mesmo Estado, fazem com que o indivíduo, através da alienação, desconheça a história e a memória do espaço que vivencia.

Então, somente uma organização social informada pelo conhecimento acumulado pode compor uma forma eficaz de tirar proveito das contradições da administração pública. Ou seja: uma sociedade civil organizada pode e deve auxiliar na elaboração de propostas e políticas

públicas que sirvam como ferramenta de pressão frente ao Estado e suas “promessas”. É a sociedade civil ciente de que pode intervir nas questões urbanas do espaço onde vive.

Tal fato lhe é garantido pelo Estatuto da Cidade (Lei nº.5788/90), por meio de um sistema integrado de políticas setoriais, que instauram políticas de participação comunitária e de contribuição social, dando ao indivíduo o controle de gerenciar os espaços urbanos juntamente com o poder público local.

1.2. A Valorização do Espaço e sua Materialização na Cidade

[...] a cidade de Quinto, outrora circundada por umbrosos jardins de eucaliptos e magnólias onde, por entre os canteiros, velhos coronéis ingleses e misses anciãs trocavam edições Tauchnitz e regadores, agora as escavadoras revolviam o terreno amolecido pelas folhas podres ou granulado pelo cascalho das alamedas, a picareta derrubava os sobrados e o machado abatia, num estalido de papel, os leques das palmeiras Washingtonia, no mesmo céu onde se ergueriam futuros ensolarados três quartos com dependência (CALVINO, 1986, p.8)

Esse trecho, retirado do livro de Ítalo Calvino, “A Especulação Imobiliária”, conta a volta de Quinto para sua cidade, deparando-se com seguidas transformações verificadas por seus olhos e que, em sua mente, reportavam a um passado muito diferente.

Alguns parágrafos mais adiante, a mãe de Quinto lhe fala, com feição ao mesmo tempo pasma e preocupada – que, para qualquer lado que se olhasse, já não havia mais vista natural alguma que restasse, frente aos novos telhados que, dia após dia, iam surgindo, tornando o horizonte cinzento e tardando a chegada do sol todas as manhãs.

Para ela, esses eram os horrores dos novos tempos, tempos que não permitiam terrenos vazios e muito menos a contemplação de um belo espetáculo natural, como o nascer do sol. Porém, apesar das lamúrias de sua mãe, para Quinto, isso significava que ele, como um mau proprietário, não sabia administrar seus bens e fazer rendê-los em um período em que não valorizar e movimentar seus bens presumia a desvalorização dos mesmos e a efetiva perda de uma renda necessária.

Como proprietário de terra, a venda inclui lucro certo.

O que pretendemos demonstrar com alguns desses trechos de Calvino é que todo e qualquer imóvel urbano é um bem econômico, cujo valor oscila no mercado imobiliário.

Desta forma, um agente que atua ferozmente junto ao Estado, além de ser beneficiado por este, são os promotores imobiliários, que acabam por incitar a especulação e conseqüente valorização do espaço. Então, produzir a cidade mercadoria é interessante para o modo de produção capitalista, agregando as estratégias do capital, a renda e a valorização da terra, agentes promotores e ação do Estado.

a cidade vendida aos pedaços – criada, destruída e recriada, vendida novamente, valorizada ou desvalorizada, renovada, enobrecida, abandonada, apresentada na embalagem de um novo produto imobiliário a ser comprado ou consumido – torna-se parte integrante da reprodução capitalista, não só porque nela são produzidos e trocados bens materiais e imateriais, ou porque nela, num sentido amplo, a sociedade como um todo é reproduzida, mas também, num sentido que poderíamos considerar restrito, porque a cidade ela mesma passa a ser um produto consumido, comprado e vendido, assumindo uma função fundamental na circulação e acumulação de capital (SOBARZO, 2006, p. 100).

De acordo com Côrrea (1989), os promotores imobiliários formam um conjunto de agentes que realizam a incorporação, isto é, transformam o capital em mercadoria, ou melhor, em imóvel, além de promoverem o financiamento; estudo técnico pela viabilidade da obra; construção ou produção física do imóvel e sua comercialização. Acabam, assim, controlando o mercado de terras e direcionando a localização dos diferentes grupos sociais no espaço urbano.

Lefébvre (2006, p.25) sintetiza muito bem essas idéias, dizendo que “eles (os promotores imobiliários) o concebem e realizam (o espaço), sem nada ocultar, para o mercado, visando o lucro”.

Dessa forma, o promotor imobiliário é um agente que intervém no mercado imobiliário, que não é regido por leis sólidas, mas sim variadas e diversificadas, cuja oscilação acaba por ser um reflexo sensível da conjuntura econômica em vigor. Porém, entender este agente significa entender qual o contexto da “terra” nesta questão, uma vez que este setor faz da cidade um campo de investimentos e de lucros.

Para Rolnik (1999), a Lei de Terras, instaurada em 1850, transformou a forma de apropriação da terra, com conseqüências para o desenvolvimento das cidades, ou seja, surgem limites com os direitos de propriedade, concomitante à monetarização da terra. Esse princípio banizou o trabalhador da terra, que passou a ser vendida no mercado por um preço acessível a poucos, fazendo surgir uma classe de proprietários. Acaba por ser uma mercadoria sem valor, por não ser um bem produzido, mas que adquire preço no mercado e constitui uma renda paga ao proprietário, cujo preço é estabelecido conforme sua localização.

Ou seja, a promulgação dessa Lei traz marcas na maneira como se apropriava de terras no Brasil, o que trouxe conseqüências para o desenvolvimento das cidades, pois com esta promulgação, a posse só passa a ser legal a partir de sua compra registrada, o que envolve a questão de que o direito de acesso não mais se vincula à ocupação efetiva; e a questão de que a terra, ao se monetarizar, torna-se mercadoria.

Assim, com a abolição da escravidão (1888) e a crescente expansão do plantio do café, a terra torna-se fonte fundamental de capital dos fazendeiros, em substituição ao trabalho escravo.

Rodrigues (1994, p.17) sintetizou esse fato ao argumentar que,

a terra é, assim, uma mercadoria “sui generis”, que não é produto do trabalho, não pode ser reproduzida, não se consome e tem seu preço constantemente elevado, e por mais ‘velha’ que fique, nunca se deteriora.

Seu preço independe de sua produção, por ser espécie de capital que está sempre se valorizando, desde o momento em que se torna propriedade privada e passa a ser vendida.

Para Moraes (1984), o valor é uma categoria social e a relação sociedade-espço é mediada pelo trabalho, fonte de valor. Assim, o espaço atua como valor de uso e condição de produção, possuindo um valor, e cada modo de produção cria formas espaciais que perduram, isto é, o espaço construído que coexiste com a renda fundiária. Carvalho (1993) salienta isso ao afirmar que a renda da terra é uma relação capitalista, onde se assegura ao proprietário da terra, parte da produção, isto é, parte da mais-valia.

Dessa maneira, a terra é sempre um investimento atraente, seja por seu caráter flexível, seja pelos incentivos produzidos pelas relações de produção, pois pode continuamente ser transferida de proprietário e reestruturada. E assim, permitir a realização da mais-valia no ambiente construído, isto é, a renda pode ser apropriada de forma direta pelo proprietário da terra, ou de forma indireta, pelos interesses imobiliários, em que o Estado agirá como agente desses interesses, pois transforma o ambiente construído por meio do capital intervencionista.

Ou seja, os promotores imobiliários e os investimentos que o alimentam, atuam como um setor de formação de capital e de realização da mais-valia, bem como um circuito secundário da acumulação de capital, desenvolvendo a cidade de maneira desigual (em termos geográficos, econômicos e sociais).

Isto significa que a terra, por ser um bem não-produzido e sem preço, adquire o mesmo quando passa a ser suscitado pela procura, que é estabelecida por uma hierarquia determinada pelos agentes econômicos, principalmente os promotores imobiliários, que lhe dão um preço não determinado exclusivamente pelas leis de mercado de terras, mas sim pela procura que suscita a oferta, e esta procura se dá pela localização e, conseqüentemente, pela dotação de infra-estrutura que esta possui.

É o que Déak (1989, p.19) assinala, afirmando que

no que tange à “terra” é preciso ressaltar, de início, que no capitalismo não se paga pela terra enquanto tal e muito menos enquanto “recurso natural”, senão enquanto uma propriedade que permite o uso de uma determinada porção da Terra em exclusividade individual. Uma vez que a terra é uma propriedade privada, ela pode ser comprada e vendida e, portanto, comanda um preço que é governado pela necessidade da organização da produção por sobre o espaço.

O autor procura salientar que o preço da terra é um meio de organização espacial da produção, isto é, se paga pela localização e sofre influências do Estado. Para Souza (1994), a renda da terra provém de sua localização, em que construções e infra-estrutura iguais, mas em localizações distintas, apresentarão, também, preços distintos, formados pela demanda e pela quantia que se queira pagar por essa terra no mercado imobiliário.

E para Carvalho (1993), os promotores imobiliários nada mais fazem do que gerar especulação, produzindo mais terrenos do que o necessário, gerando um lucro imobiliário com o aval do poder público local e a superoferta de terrenos urbanos, caracterizando o aspecto monopolista da propriedade privada da terra, em que a responsável pela descontinuidade na forma de ocupação do solo nas cidades é a especulação imobiliária, produzindo áreas absurdamente distintas quanto à questão de densificação/rarefação de habitantes e serviços de infra-estrutura.

Pode-se, então, afirmar que especulação e acumulação “andam juntas” pelos interesses imobiliários, que parcelam a cidade em terrenos, conjuntamente com o Estado, que vai equipando áreas para serem valorizadas imobiliariamente. É o puro jogo especulativo do mercado imobiliário, com grupos privados trabalhando livremente para a obtenção do lucro. Ou seja, o mercado imobiliário atua como forma garantida de reprodução do capital.

Assim, a influencia do capital imobiliário representa, na história da cidade, a maneira como os interesses políticos, sociais e econômicos mobilizam-se para tornar material seus planos, que vão moldando a estrutura das cidades, com a liberação do mercado urbano do solo e a crescente privatização de serviços públicos.

A especulação imobiliária é, dessa forma, presente e determinante na paisagem desigual e contraditória do urbano, tornando certos pontos mais acessíveis que outros, fazendo com que parcelas da cidade adquiram ou percam valor com o passar do tempo.

Nessa linha de pensamento, Lefébvre (1972b, p.152) observa que “[...] a subordinação do solo ao mercado, que faz da terra um bem comercializável, depende do valor de troca e da especulação e não do uso e do valor de uso”. Complementando essa observação, Kurz (1992) enfatiza que a especulação somente alimenta mais e mais a própria especulação, com a compra de imóveis tornando-se crescentemente lucrativa, em decorrência do aumento dos preços, o que dá aos proprietários a ilusão de lucro cada vez mais elevado.

Porém, Déak (1991) acrescenta novas contradições às colocações desses autores, sobre a especulação, afirmando que esse processo de especulação imobiliária, por si só, não ocasiona a alta dos preços dos terrenos, mas sim a diferenciação do espaço quanto a dotação ou não dotação de infra-estrutura, o que, para o autor, não têm referência alguma com a questão de acessibilidade.

Argumentações do mesmo tipo foram feitas por Maricato (1982), de que é a especulação imobiliária que influi sobre as decisões do Estado quanto aos serviços de infra-estrutura, isto é, quem determina a distribuição desses serviços não é o Estado, mas o mercado imobiliário.

Tais levantamentos nos levam à dedução de que, Estado e mercado imobiliário são, ao mesmo tempo, dependentes e interdependentes. O único fato inegável é que trabalham suprimindo os interesses daqueles que mais lhes convêm.

Manfredini (2005, p.29) afirma isso, ao salientar que

[...] o mercado de imóveis se apóia no âmago da questão da dominação do sócio-espço por parte das classes sociais economicamente abastadas sobre aquelas menos favorecidas concentrando suas ações sobre o poder representado pelos interesses de manutenção e evolução do capital e do posicionamento do cidadão na sociedade urbana e, tendo como oportunidades a necessidade de

apropriação de terras no contexto urbano e as relações consumistas cada dia mais presentes nas sociedades capitalistas.

Este é o mercado de imóveis no Brasil, com uma dinâmica marcada por fatores culturais próprios e ações diversificadas, que influenciam na apropriação do espaço urbano pelo capital, servindo à classe dominante, que é quem direciona a produção de imóveis urbanos.

Assim, no Brasil, há uma verdadeira cultura de que o imóvel sempre é um bom investimento, independente dos períodos de crise econômica pelos quais o país pode passar, pelo simples motivo de que, seu uso, pode ser reorientado sempre que se julgar necessário.

É o sistema capitalista, que vai conquistando o espaço, com a compra e a venda deste por meio da lógica da especulação imobiliária, que vai se constituindo em crescimento contínuo.

O setor imobiliário não pára de crescer, pelo fato de que a especulação dos bens construídos se converte na fonte principal e praticamente exclusiva da formação de capital, ou seja, mais-valia. E que, mesmo que essa decaia na indústria, mantém-se realizada pela especulação e construção imobiliária. Isto significa que esse segundo setor (o imobiliário) suplanta o primeiro (o industrial) e, de accidental, passa a essencial (LEFEBVRE, 1972).

E isso pode ser verificado em Rio Claro, com a substituição dos casarões por estacionamentos, ignorando o que poderia ser considerado patrimônio histórico e, denotando, sobretudo, que as operações imobiliárias são maciças na área central e, conseqüentemente, elevando os preços do terreno.

O centro de Rio Claro, hoje, é praticamente voltado para as atividades comerciais e de serviços, sendo poucos os imóveis térreos de uso residencial. Entretanto, é elevado o número de edifícios para moradia e também edifícios comerciais.

O preço do terreno nessa área é elevado e até mesmo os edifícios para moradia são ocupados pela população de classe alta, cabendo à população de classe média e baixa se deslocar para bairros adjacentes à área ou então para a periferia, fato que pôde ser verificado principalmente no final da década de 1970 e início da de 1980.

Também foi a partir desse período que começou a ocorrer a demolição dos casarões e a substituição desses por estacionamentos, visto o elevado número de veículos que passaram a circular no centro da cidade, tornando o centro um lugar com crescente movimento, com pedestres dividindo o espaço com os automóveis e o Jardim Público sendo ocupado por

ambulantes, mantendo-se como local de convivência muito mais aos domingos, quando lá se reúne um grupo de seresteiros, de forma a rememorar os “velhos tempos”.

Dessa maneira, os promotores imobiliários agem nessa área como coordenadores da dinâmica do mercado, ou seja, encorajando e forçando as atividades desse mercado nessa região central, manipulando o espaço, reproduzindo por meio dele um modelo de modernidade atrelada ao progresso. No entorno do Jardim Público de Rio Claro, uma das formas que esses agentes utilizam para acelerar e aumentar seu volume de transações – “giro de capital” – é por meio da demolição das formas espaciais.

Essas demolições afetam principalmente aqueles edifícios que se deterioram, seja por falta de condições econômicas de seus proprietários em mantê-los, seja por total desinteresse em preservar, ou mesmo como reserva do solo para um outro uso. Essa estratégia “demolidora” acaba renovando o lugar, como podemos verificar pela substituição dos casarões por estacionamentos.

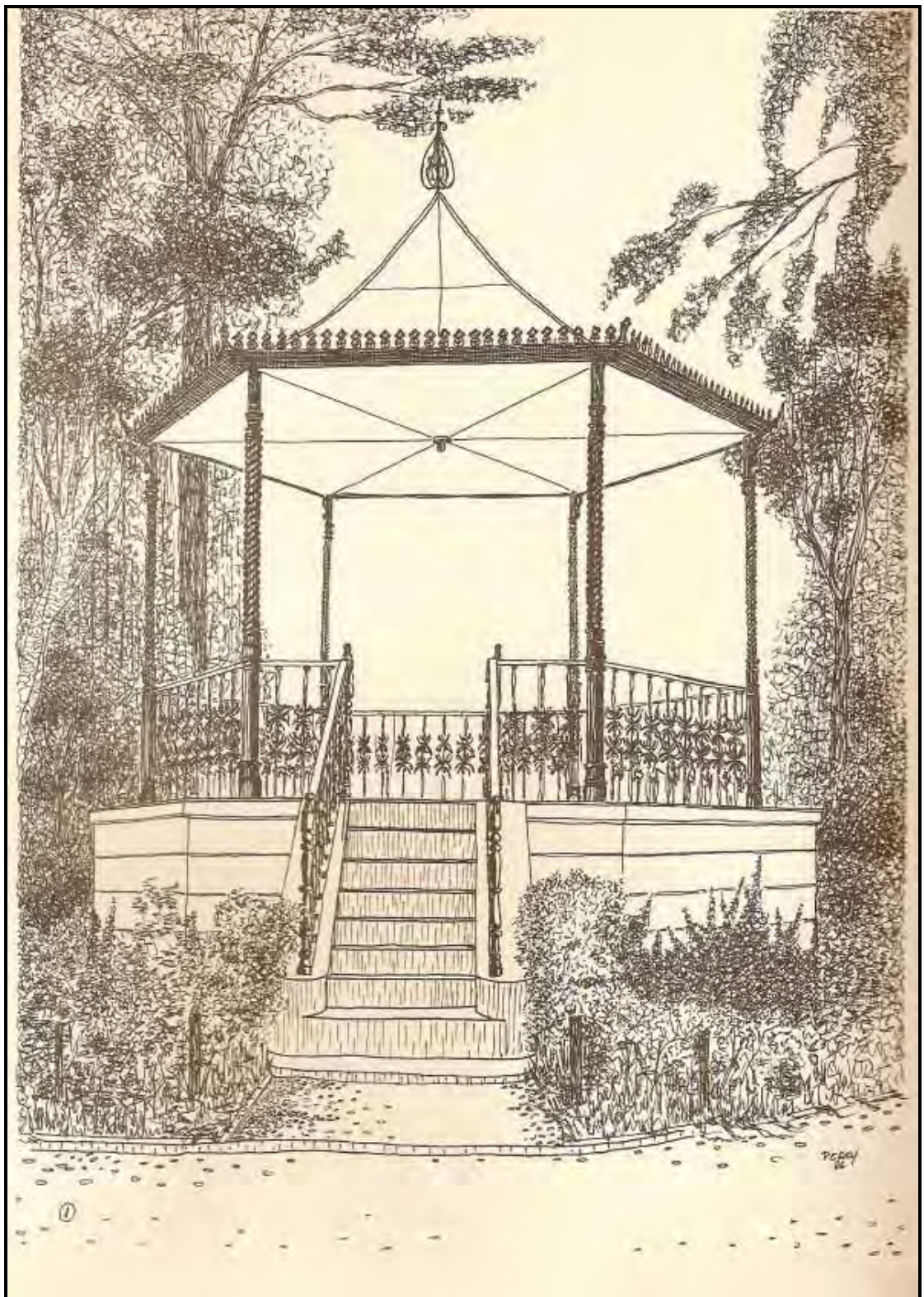
Ou seja, no centro da cidade de Rio Claro verifica-se nitidamente que Estado e promotores imobiliários trabalham, “aparentemente”, de forma concomitante. “Aparentemente”, pelo fato de que são esses promotores imobiliários que regem a produção e a reprodução constante dessa área, seja pela venda de terrenos, pelas demolições ou por novas construções.

Solaparam a história desse centro tradicional por não lhe convir, monetariamente, preservar o mesmo, sobretudo pelas ações do Estado e das famílias proprietárias que, por possuírem um bem disposto no mercado, também não se interessam em resguardar uma área de significação histórica e simbólica na cidade.

Como salientado por Roche (2000, p.140),

a casa era também um capital, uma mercadoria, uma escolha de investimento, encarnação de valores representativos e distintivos. Ela dava lucros e despesa, e via seu destino modificado pela fortuna de famílias, pelos movimentos de valorização imobiliária [...].

E pela omissão do Estado, a sociedade civil, alienada e submissa, desconhece seus direitos quanto a ter a história do espaço em que vive resguardada pela preservação arquitetônica.



*Antigo Coreto do Jardim Público. Demolido em 1961.
Percy Oliveira, "Imagens", 1987.*

CAPÍTULO II – O MUNICÍPIO DE RIO CLARO-SP: EVOLUÇÃO URBANA A PARTIR DO CENTRO

Neste segundo capítulo, analisaremos a origem e o desenvolvimento sócio-espacial do município de Rio Claro, de acordo com a extensa bibliografia que aborda esse tema.

Através deste capítulo, procuraremos contextualizar a história do município, para que possamos atingir nosso objeto de estudo anteriormente citado: os casarões substituídos por estacionamentos no entorno do Jardim Público, no centro de Rio Claro.

O município localiza-se na zona fisiográfica de Piracicaba, estando seu território a 540 km em uma posição limítrofe entre a Depressão Periférica Paulista (Sul) e o Planalto Ocidental Paulista (Norte), com uma latitude de 621 metros. Localiza-se entre as coordenadas geográficas 22°15' e 22°30' de latitude Sul e 47°30' e 47°45' de latitude Oeste de Greenwich (SEADE, 2007).

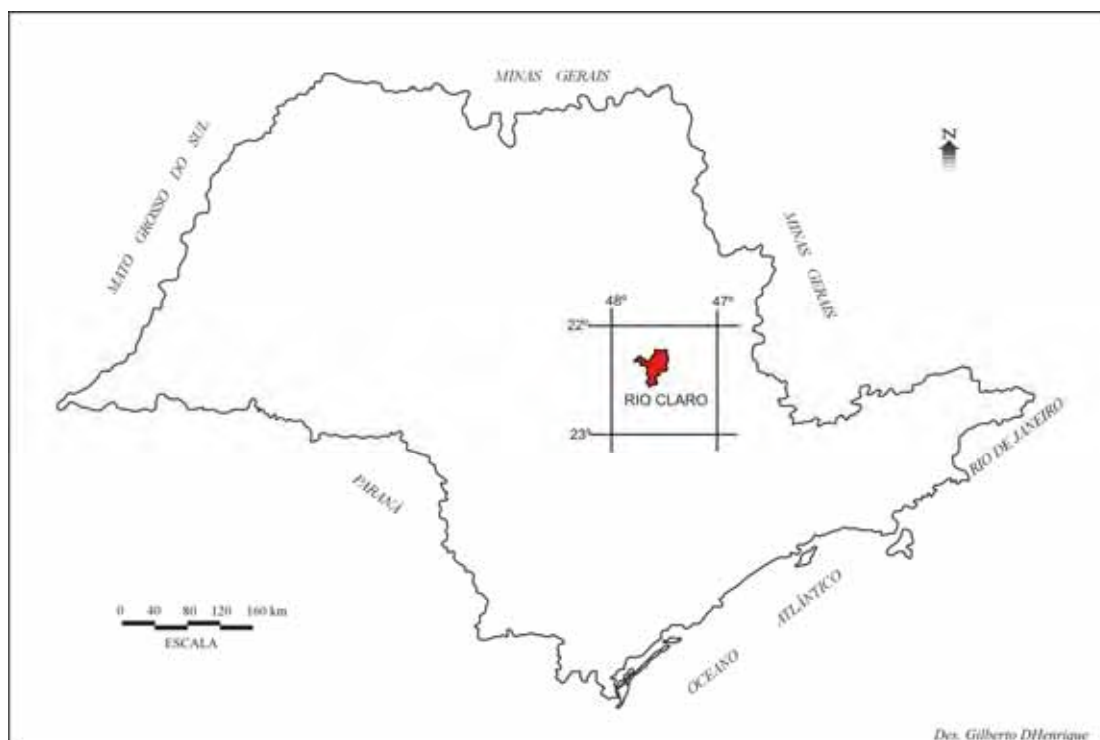


Figura 1: Localização do Município de Rio Claro no Estado de São Paulo.

Segundo estimativas da Fundação SEADE, com uma área de 498 Km², no ano de 2008 o município conta com uma população de 191.211 habitantes, com a população de menos

de 15 anos compondo 20,46%. Além disso, possui densidade demográfica de 383,95 hab/Km² e taxa de urbanização de 97,69%.

Com uma posição geográfica favorável, o município conta com importantes vias troncais de circulação, distando da capital paulista 157 km em linha reta e 173 km pelas Rodovias Anhanguera, Bandeirantes e Washington Luiz, além de 240 km do Porto de Santos, 85 km do Aeroporto de Viracopos (em Campinas) e 200 km do Aeroporto Internacional de Guarulhos.

Integra a microrregião de Campinas, o segundo maior pólo industrial do Estado de São Paulo. Com isso, o município tem integração regional e internacional facilitada, com a aglomeração de atividades econômicas no espaço e o fluxo intenso das redes, destacando-se assim sua localização geográfica favorável.

2.1. Do Surgimento do Município²

De acordo com Hogan et al (1986), Rio Claro teve origem nos primórdios do século XVIII como pouso de beira de estrada, isto é, por localizar-se na borda interna da Depressão Periférica Paulista, o município servia como parada obrigatória para os forasteiros que seguiam em direção oeste e terras mato-grossenses em busca do ouro descoberto naquela região.

Machado (1978) faz essas mesmas colocações, afirmando que a busca pelo ouro em direção ao Mato Grosso poderia se dar pelo rio Anhembi (Tietê) ou pelo Sertão. A travessia pelo rio se mostrava perigosa, devido a inconvenientes como doenças e animais peçonhentos, sendo a travessia pelo sertão mais facilitada, apesar de demorada.

Assim, muitos desses forasteiros aqui se instalavam, fosse pelo cansaço da viagem ou pela agradabilidade do clima, surgindo as primeiras casas às margens do Ribeirão Claro e os primórdios de um pequeno comércio que supria os demais viajantes que por aqui passavam.

Já no século XIX, a propriedade de terra era concedida através da Sesmaria, efetuada pelo Vice-Rei ou pelo Governador da província, beneficiando indivíduos de maior *status* econômico e influência política. A primeira sesmaria na região de Rio Claro foi concedida em 1817 ao Tenente Joaquim Galvão de França e ao sesmeiro Manoel de Barros Ferraz.

Em 10 de junho de 1827, o pequeno núcleo de povoamento foi promovido a Capela Curada, quando então se realizou uma missa pelo Padroeiro e constituiu-se o patrimônio de São João Batista, uma área de 400 braças de terra em quadrado, onde no centro deveria localizar-se a Igreja Matriz para atender a toda a comunidade. O que não fosse utilizado serviria para uso público e o restante vendido em benefício da construção da Igreja. Já em 09 de dezembro de 1830 foi elevada à categoria de Freguesia, por conter um núcleo urbano com 2000 habitantes.

No ano de 1832 foi instaurada a Sociedade do Bem Comum, uma administração provisória composta por cidadãos de destaque, que procuravam tratar dos assuntos locais da povoação, principalmente o loteamento do que seria o centro da Freguesia, fixando o preço dos lotes e sua venda. Era um embrião do apogeu progressista que se queria para a cidade. Extinguiu-se em 1839, sem motivos aparentes.

² Não se trata de uma evolução histórica e sim, do resgate de alguns marcos temporais que caracterizam a origem e o desenvolvimento territorial do município.

Em 07 de março de 1845, a Freguesia foi elevada à categoria de Vila pela Lei nº. 13, com a instalação da Câmara em 09 de novembro de 1845. Foi nesse período que a vida urbana começou a desenvolver-se, com a construção de novas casas e melhorias no comércio. Nesse mesmo período foi introduzida na região a cultura do café, mais particularmente a partir de 1851, devido ao solo e clima próprios, à facilidade de escoamento e ao aumento do preço do produto no mercado internacional.

Já em 30 de abril de 1857, a Vila foi elevada à categoria de Cidade pela Lei nº. 44, quando se realizou uma solenidade com vistas a concretizar o compromisso dos vereadores para com a cidade e seus habitantes. No ano de 1859, pela Lei nº. 26, de 06 de maio de 1859, criou-se a Comarca de São João do Rio Claro, independente política e economicamente da Província do Estado. Pela Lei nº. 975, de 20 de dezembro de 1905, mudou-se sua nomenclatura para Comarca de Rio Claro.

A partir disso, Rio Claro passou a ter “influência como centro de uma região”, apesar de desmembramentos com municípios vizinhos, e como pólo da fronteira cafeeira, com possibilidades de acesso e escoamento das safras.

Na cidade, o sistema de exploração do trabalho que prevalecia no Brasil – o escravo – ocupava-se de todos os estágios do cultivo, e a partir de 1849, coexiste por 40 anos com o trabalho assalariado livre de europeus contratados.

Em 1845, é implantada, no município, com a “proibição” do tráfico de escravos africanos, a vinda de trabalhadores livres europeus. Porém, a vinda de escravos de outros municípios e províncias, devido à crescente expansão das plantações e à baixa reprodução da população escrava já residente, não cessava. No ano de 1835, 95% da força de trabalho agrícola era escrava, vivendo em um regime de trabalho incessante e em condições cruéis de vida (DEAN, 1977).

No mesmo ano em que foi elevada à Cidade, em 1857, Costa (1997) afirma que Rio Claro tornou-se um dos maiores centros cafeeiros da Província. Assim, os grandes proprietários de fazendas, para suplantar a falta de mão-de-obra escrava (com o fim do tráfico negreiro), implantaram a mão-de-obra migrante, com trabalhadores livres, e incentivos do governo brasileiro. Em 1870, 7,4% da população livre do município eram de imigrantes, sendo 45,2% alemães, 31,3% portugueses, 14,8% suíços e 3,1% italianos.³

³ SANTOS, 2002.

Em 1872, o volume da força de trabalho agrícola escrava decaiu para 55,4%, o que significa um volume relevante, pois de acordo com Dean (1977), a partir do registro de escravos entre 1874 e 1885, entraram na cidade 2.668 escravos, enquanto que a saída foi só de 897, o que denota que Rio Claro atuava enquanto pequeno entreposto de transação, isto é, de compra e venda de escravos. Foi somente a partir de 1885, com a instauração, pelo governo, de um imposto proibitivo na importação de escravos, que essa atividade deixou de ser compensadora, e a mão-de-obra imigrante tornou-se mais lucrativa.

Baptista (1994) enfatiza que foi a partir de 1860 que começaram a surgir os primeiros casarões representativos do sucesso econômico dos fazendeiros, que se tornaram presença marcante no cotidiano da população, como por exemplo, o sobrado de José Luiz Borges, o Barão de Dourados⁴. E ainda afirma que, com a crise do café, quando esses mesmos fazendeiros se mudaram para a capital paulista, a nova burguesia urbana fez desses casarões também seu marco de *status* e prestígio social.

E são esses moradores “abastados” que vão passar a exigir da municipalidade o calçamento de ruas, água encanada, rede de esgoto, iluminação elétrica, linha telefônica, jardins, teatros e hotéis, visto que suas residências monumentais, derivadas do progresso material e do desenvolvimento econômico da cidade, por se localizarem no centro, local de onde a modernidade deveria ser irradiada, a necessidade de melhorias urbanas constantes tornava-se fundamental.

Cabe ressaltar a importância dessa “forma” espacial para a memória urbana, o que nos faz reafirmar alguns pressupostos de nossa pesquisa, como a necessidade de preservação das formas urbanas para a manutenção da história social e sua identidade. A elite rioclarense procurava fazer uma associação entre as edificações e a mensagem que desejava passar para a população, como o Teatro Fênix e o Gabinete de Leitura. Então não se trata de um discurso vazio e muito menos, de apologia a manutenção da forma pela forma, ou de embelezamento histórico da paisagem urbana, trata-se de uma reflexão crítica sobre a representação do espaço e do conteúdo que estas formas trariam para o significado da cidade de hoje.

Essas residências eram mais avantajadas, com a multiplicação no número de cômodos e seus tamanhos. Quanto à técnica construtiva, a taipa de pilão perde espaço para os modernos tijolos. As fachadas das casas passaram a esconder os telhados, com as platibandas enfeitadas com novos arremates. Então, foram surgindo novos estilos arquitetônicos, com o uso de novos

⁴ Localizado na Avenida 2 esquina com a rua 7, hoje sede do Museu Histórico e Pedagógico de Rio Claro, tombado pelo CONDEPHAAT em 1974.

materiais – é o estilo denominado de eclético e que oscila entre o gosto dos italianos, franceses, ingleses e portugueses, em uma verdadeira mistura de usos e costumes: a fachada principal passa a ser alinhada à testada do lote, com acesso e varandas laterais, geminada à residência vizinha e com uma característica principal – os portões e gradis de ferro como presença praticamente obrigatória. Porém, muitas vezes esse apogeu construído pela elite não condizia com a realidade vivenciada pela população.

A partir de 1867 iniciou-se a construção da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, com o avanço do café para o Oeste Paulista. Em 1872, chegou a Campinas, onde em 1874 iniciou-se a construção da linha pela Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais, concluída em 1876, quando Rio Claro tornou-se “ponta de trilho” até 1884, ampliando seu papel e sua influência como centro do comércio na região.

Assim, em 1882 constituiu-se a Companhia Rio Claro, com o intuito de prolongar as vias férreas para além da cidade, o que foi concretizado em 1886, consolidando sua importância e deixando de ser “ponta de trilho” para tornar-se estação intermediária da linha, o que acarretou um maior desenvolvimento urbano, diversidade comercial e especulação imobiliária, principalmente com a instalação das oficinas de reparo e o número de trabalhadores que essas suscitarão. Atualmente, essas estruturas do sistema ferroviário marcam a paisagem urbana dos centros representando uma enorme fratura no tecido urbano, que pelo seu estado de abandono e depredação divide a opinião pública sobre o destino da área. A falta de cuidado com o patrimônio provoca também a perda da identidade dos moradores com o local, que preferem, muitas vezes, demolir a forma para que desapareça a degradação⁵.

Em relação à questão industrial, o processo de industrialização se efetivou no município a partir da segunda metade do século XX, embora ainda, agrícola. De acordo com Sampaio (1992), esse processo pode ser caracterizado em Rio Claro por três fases: Pioneira (início em 1873), com pequenos estabelecimentos industriais dominados pela elite cafeeira; Tradicional (início em 1930), em que apresentou fraco crescimento devido à modesta iniciativa empresarial; Dinâmica (início em 1970), quando houve um impulso industrial com a ascensão de ramos dinâmicos, investimentos de empresas nacionais e multinacionais e incentivos do governo municipal que, com isso, beneficiou-se da “desconcentração industrial”

⁵ Hoje, com relação a essa questão ferroviária, que trouxe desenvolvimento urbano e modernização ao município, somente o posto da Estação encontra-se conservado, visto que o mesmo foi tombado pelo CONDEPHAAT em 1985, e abriga a Secretaria de Cultura e Turismo da cidade.

na Região Metropolitana de São Paulo, cujas indústrias seguiam o eixo da Rodovia Anhanguera e Washington Luís.

Cabe aqui salientar que indústrias de renome e “de ponta” aqui se instalaram como, a Skol-Caracu, fabricante de bebidas, cujo soar do apito para a entrada e saída de trabalhadores era característico e parte integrante do cotidiano da cidade: o papel desta foi significativo no contexto histórico do município e no cotidiano da população, pois era comum o acerto de relógios por esse apito, em uma apropriação do tempo e um uso e ocupação do espaço (hoje, no prédio funciona uma faculdade); a Gurgel, indústria de automotores; Mattarazzo, indústria têxtil, onde se podia verificar um elevado número de mão-de-obra imigrante (hoje, abriga o Shopping Center da cidade). Estas empresas projetaram a cidade no cenário nacional.

Hoje, dada a conjuntura econômica, essas antigas formas industriais já não mais existem, mas estão presente na lembrança de seus trabalhadores e da população como um todo.⁶

Nesta questão, Hummel (2006, p.45) aborda de maneira contundente a memória, afirmando que, “(...) a questão da memória se torna pertinente porque ao permitir a união dialética do passado, do presente e do futuro, pode servir para estabelecer formas de vida sem ruptura brutal, com respeito ao presente fundamentado no passado”.

É a memória apoiada em imagens espaciais, guardando vestígios do passado e permitindo ao indivíduo estabelecer elos de identidade e relações com o espaço.

⁶ Cf. Dissertação de HUMMEL (2006) que aborda a questão da memória dos trabalhadores dessas indústrias.

2.2. Expansão do Município e o Centro da Cidade: o Jardim Público

De acordo com Garcia (2002) e Silva (1994), o estabelecimento das oficinas de reparo da Companhia de Estradas de Ferro possibilitou que o desenvolvimento urbano de Rio Claro tomasse impulso, principalmente devido ao elevado número de empregos que este setor gerou.

Porém, antes desse fato, Silva⁷ apresentou recortes da expansão da malha urbana, que muito bem denotam o desenvolvimento da cidade, para que possamos alcançar o intento maior aqui proposto neste capítulo, que é o centro da cidade e seu Jardim Público.

O referido autor distingue na expansão da malha urbana de Rio Claro cinco períodos, como também pode ser visualizado no **Mapa 1**:

1º período, de 1835 – 1900: nascimento da cidade às margens do Córrego da Servidão, onde hoje se encontra o Espaço Livre (na Avenida Visconde do Rio Claro, entre as Avenidas 10 e 12).

Para Carmo (2006, p.36),

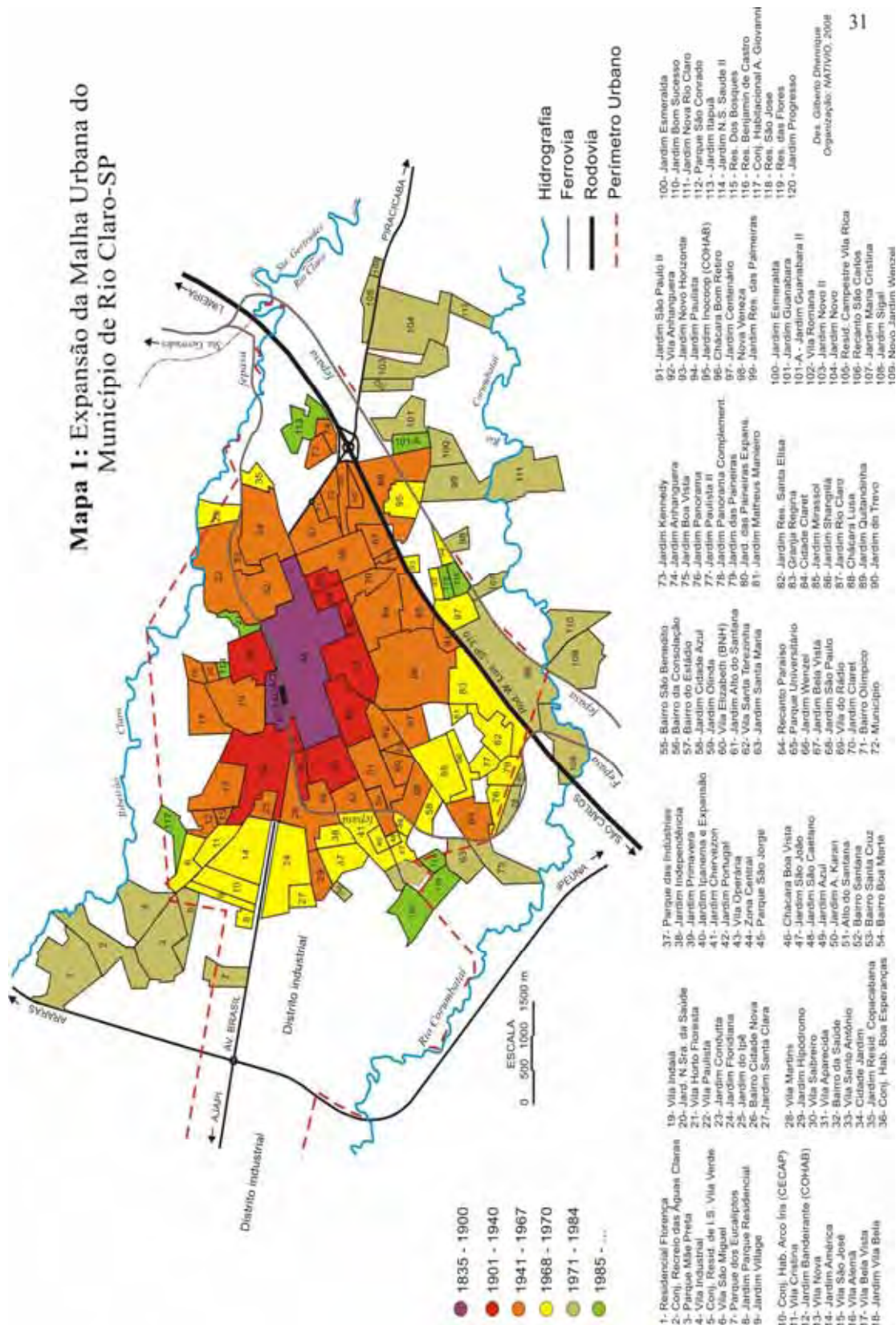
apesar de ter nascido às margens do Córrego da Servidão, o início da urbanização do município se deu na atual rua 6 com as avenidas 3 e 5, onde foi construída a Igreja Matriz de São João Batista, padroeiro de Rio Claro, sendo implantados, a partir desse local, os primeiros serviços urbanos.

Neste período, o município compreendia nove quarteirões, com a Igreja Matriz no centro, onde se iniciou a urbanização, com arruamento em tabuleiro de xadrez (como veremos mais adiante, a partir da averiguação dos Códigos de Postura Municipais), como era utilizado em Piracicaba-SP e Limeira-SP, reflexo da elite, com idéias de ordem, planejamento, racionalidade, progresso, modernização e hierarquização social do espaço.

esta era uma [...] forma de organização do espaço urbano baseado na ortogonalidade das ruas. Esse modelo, claramente deliberado em sua aplicação e em sua influência pelo Senador Vergueiro, era um reflexo dos planos Iluministas de Pombal, de construção de Vilas. Esse caráter de planejamento impresso à freguesia na sua primeira manifestação

⁷ Ibid.

Mapa 1: Expansão da Malha Urbana do Município de Rio Claro-SP



urbana seria reproduzido ao longo dos anos, inclusive por ocasião da chegada da ferrovia no espaço da cidade (SANTOS, 2006, p.191).

Já nesse período, a especulação imobiliária era visível no meio urbano, com a compra e venda de pequenos lotes e a valorização do centro como residência da elite.

2º período, de 1901 – 1940: o município passa a compreender 244 quarteirões, com o surgimento de inúmeros bairros e em um crescimento horizontal da malha, em direção norte e também norte-sul, transpondo as barreiras físicas do Horto Florestal (hoje, Floresta Estadual) e do Ribeirão Claro.

3º período, de 1941 – 1967: há multiplicação de bairros em todas as direções do município, com a terra tornando-se produto de privatização e monopólio capitalista, onde se presenciam desigualdades no espaço com relação à infra-estrutura urbana e evolução do preço da terra.

Foi a partir de 1967 que o município assistiu a uma desenfreada produção de bairros, com altos níveis de urbanização e densidade demográfica, além de uma produção desigual do espaço, muitos desses sem a dotação de qualquer tipo de infra-estrutura, que desse ao indivíduo condições mínimas de sobreviver sadiamente nesse espaço.

4º período, de 1968 – 1970: há aumento de, aproximadamente, 51 quarteirões por ano no município e a disseminação de loteamentos nos setores norte e oeste.

5º período, de 1971 – 1984: os loteamentos voltam a se disseminar para todas as direções do município, como no segundo período apresentado. Assim, há uma maior periferação, com a especulação imobiliária dominando o cenário urbano (como pudemos averiguar no Capítulo I desta pesquisa). Foi nesse período que se criou o Distrito Industrial, com incentivos públicos municipais e a entrada maciça de capital. Por localizar-se na região norte do município, o Distrito provocou um crescimento alarmante nesta região, formando principalmente bairros de operários, sem o mínimo de infra-estrutura e equipamentos coletivos urbanos⁸.

6º período, de 1985 – até dos dias atuais: loteamentos disseminam-se por todas as regiões do município, com o aumento cada vez mais acentuado da periferação e lançamentos de conjuntos habitacionais pela Prefeitura Municipal em parceria com órgãos estaduais.

⁸ Em seu trabalho, Silva (1984) atualiza a periodização da evolução urbana de Rio Claro até o ano de 1984.

A partir dos anos de 1990, observa-se que passa a ocorrer uma forte tendência de segregação sócio-espacial na cidade de Rio Claro que se concretiza pela formação, na zona sul, de uma área amplamente elitizada, onde se proliferam os condomínios horizontais de alto padrão. Este é um formato que se reproduz, não só em Rio Claro, mas em todas as cidades brasileiras e também em grande parte dos países.

De acordo com Barbosa (2007, p.29),

o condomínio não se apresenta apenas como uma necessidade, bem de consumo, espaço apropriado, produzido, ele também representa a transformação do solo em mercadoria, a ilusão de viver com qualidade, em um ambiente seguro, confortável e capaz de disponibilizar lazer [...].

A partir desta breve revisão histórica sobre a expansão e o desenvolvimento da malha urbana de Rio Claro, abordaremos o papel desempenhado pelo centro e a importância da elaboração dos Códigos de Postura.

O Primeiro Código de Posturas foi aprovado pela Secretaria do Governo de São Paulo em 1867, apesar das propostas tramitarem no município desde 1853. De acordo com Garcia⁹, “eram normas elaboradas pelos vereadores, que naquele momento legislavam sobre os destinos da cidade, buscando organizar as posturas que regularizariam a organização da mesma”. Em suma, visava racionalizar ordenadamente a expansão urbana.

Era um código elaborado com a representatividade da elite política local e que contava com 161 artigos, vinculados principalmente às edificações e às ruas. Com referência ao Capítulo 1 do mesmo Código, “Do alinhamento das ruas”, Garcia enfatiza que as ruas iam ganhando importância nos centros das cidades, tornando-se locais de permanência e de atividades econômicas, motivadas pelo comércio e pequenas atividades manufatureiras, o que fez com que as ruas ganhassem importância e fossem vistas.

Dessa forma, o Código visava, primordialmente, ordenar a forma de organização da pequena população do núcleo urbano. As ruas tinham pouca utilização e as casas, enfileiradas, davam a impressão de concentração.

O nome das ruas era estipulado de acordo com as características das mesmas, mantidas pelo poder público para a satisfação do povo. De 1845 a 1870, os nomes vinculavam-se, em

⁹ Ibid., p.161

sua maioria, aos santos da Igreja Católica; de 1871 a 1881, contemplavam figuras históricas; e a partir de 1886 passaram a ser numeradas¹⁰, visando modernidade, progresso e racionalidade.

Machado (1983) faz as mesmas afirmações, indicando que, por resolução da Câmara Municipal, de 20 de dezembro de 1885, criaram-se avenidas no sentido leste para oeste, e as ruas, no sentido norte para sul –

de conformidade com a indicação do Dr. Siqueira Campos, a Avenida Um sairia perpendicular à porta da Estação da Companhia Paulista, e todas as Avenidas à sua direita receberiam números pares, e as colocadas à sua esquerda ficariam com os números ímpares. A rua de número um seria aquela que passasse em frente à porta da Estação, seguindo-se as outras ruas em ordem numérica crescente em direção a oeste, porém paralelas à rua de número um (p.43).

Ainda no contexto da década de 1880, foi proposta pela Câmara de Vereadores a consolidação de um Jardim Público, aos moldes dos jardins europeus (*boulevares*). Porém, em análise junto às Atas da Câmara Municipal, nada fica muito explícito com relação a essa questão. Dados indicam que a inauguração do mesmo se deu no dia 15 de novembro de 1888, e seu projeto de lei é de autoria do Senhor Comendador Joaquim José Rodrigues Torres, durante a presidência do Senhor Barão de Grão Mogol, empossado em 1887.



Figura 2: O Jardim Público visto pela Avenida 1 no início do século XX

Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteado” – Coleção de Fotos Rio Claro.

¹⁰ Praticamente em toda a cidade de Rio Claro, exceto raras exceções, as ruas e avenidas são identificadas por número, por exemplo: rua 1, avenida 1, rua 20, avenida 20.



Figura 3: O Jardim Público visto pela Avenida 1 nos dias atuais.
Fonte: NATIVIO, 2007.

Tanto o Álbum Histórico do Município de 1922 quanto o de 1951 fazem referência ao Jardim e suas características, como a substituição das grades de pau pelas de ferro, cercando o mesmo, permitindo o livre trânsito até as 18 horas.

De acordo com a 2ª Sessão da Câmara, de 11 de maio de 1887, foi indicado que se colocassem quatro portões, um em cada face do Jardim, fechando as aberturas dos cantos.

Porém, verifica-se que meses depois o mesmo não foi feito como pôde ser constatado na 6ª Sessão, de 31 de março de 1888, quando o Presidente indicou a mesma questão, porém enfatizando que “a Câmara resolve que os portões sejam provisoriamente de madeira e que a Comissão encarregada do ajardinamento posteriormente os colocará de ferro”.¹¹

¹¹ LIVRO DE ATA, nº 15 – 01/1888-01/1980, p.19.



Figura 4: O Portão que cercava o Jardim Público, década de 1900.

Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteado” – Coleção de Fotos Rio Claro.



Figura 5: Família no Jardim Público, em frente ao pé de eucalipto e a figueira, descendo a Avenida 1, do lado direito, perto da entrada, em 04 de março de 1893.

Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteado” – Coleção de Fotos Rio Claro.

E inúmeras outras colocações foram apontadas com relação à limpeza e ajardinamento, construção de um quiosque (sem fim específico), contratação de um zelador, montagem de um chafariz e torneiras em pontos determinados do Jardim.

Também com relação às ruas, as Atas da Câmara são claras quanto às aberturas e benfeitorias, calçamento pelo sistema de “Paralelepípedo” a partir de abertura de concorrência e características mínimas dessas.

Podem-se observar, também, preocupações com relação à delimitação da cidade –

Do Collector de Recados desta cidade pedindo a nomeação de uma Comissão de 2 Vereadores para proceder a demarcação dos limites desta cidade para a determinação das casas sujeitas ao lançamento de imposto predial, de conformidade aos artigos 3º e 7º do Regulamento Provincial de 23 de agosto de 1881. Aprovado.¹²

O Segundo Código de Posturas foi lançado em 1893, contendo 239 artigos e tendo como característica principal a divisão da cidade em dois perímetros – central (compreendendo o trecho entre as avenidas 9 e 12, e ruas 1 e 9, além de lugares com sarjeta) e suburbano (restante da cidade e seu entorno), e alinhamento, nivelamento e edificação das ruas em forma de tabuleiro de xadrez, o que já foi exposto anteriormente.

Para Garcia (1996), a partir desse período a cidade ganha ímpeto, quer em termos de desenvolvimento, quer em crescimento, pois com a instalação das linhas férreas, expande-se o mercado, com conseqüente elevação da procura de bens e serviços, tornando-se um núcleo de importância no interior do Estado.

Em 05 de fevereiro de 1900 foi proposto o prolongamento do Jardim Público e, mais uma vez, a colocação de um gradil de ferro, como já vinha sendo proposto desde 1887. Já em dezembro de 1900, propôs-se a construção de um coreto no mesmo Jardim, o qual foi demolido em 1963 por ordens do prefeito vigente, sem motivos aparentes, o que foi considerado um ato criminoso pela população local. Porém, em 1971 ergueu-se um novo coreto que, segundo os moradores, é mais imponente, moderno e espaçoso. E foi somente em 1916 que teve início o calçamento da cidade com paralelepípedos, o que foi proposto na Câmara em 1887.

De acordo com Troppmair (1997, p.11),

marco histórico rioclarense, o Jardim Público, cujas obras foram concluídas em 1902, mas que já existia como “Praça da Matriz Nova” tem, entre suas exuberantes folhagens, muita coisa para contar. Cada escultura, cada árvore tem sua história inserida no contexto da vida de Rio Claro. Muitas gerações têm suas vidas ligas à esse Jardim.

Recentemente voltou a ser cogitado o cercamento do Jardim, conforme a reportagem que segue,

¹² LIVRO de ATA, nº 14 – 04/1886-12/1887, Sessão de 07 de junho de 1886, p.11.

Jardim Público pode voltar a ser cercado - De acordo com reportagem veiculada, encontrou-se em discussão na Câmara de Vereadores projeto que previa novo cercamento do Jardim. O mesmo é defendido por técnicos do Setor de Parques e Jardins da Prefeitura, como medida de segurança, frente ao risco de queda de árvores já comprometidas e como medida de preservação do patrimônio natural e histórico da cidade, passando por um processo de revitalização e posterior transformação em bosque, com horários determinados de funcionamento. Porém, o projeto foi veemente contestado pela Secretaria Municipal de Agricultura, vinculada ao Setor de Parques e Jardins e responsável pela manutenção do Jardim e demais praças da cidade (JORNAL DIÁRIO DE RIO CLARO, 11/02/2006, P.7)

O Terceiro Código surgiu em 1918, contendo 563 artigos. Em agosto de 1956, o Projeto de Lei nº. 14/56 constituiu uma Comissão Especial para organizar o plano urbanístico da cidade, e a Lei nº. 2492 de agosto de 1992 criou o Plano Diretor de Desenvolvimento de Rio Claro, com 214 artigos.

A partir de então, o centro da cidade desenvolve-se em seu núcleo inicial, principalmente no entorno do Jardim Público, com a formação de importantes ruas de comércio e prestação de serviços, como a atividade bancária.

Para Machado¹³,

a região central da cidade de Rio Claro, até há bem pouco tempo, apresentava a concentração de residências de muitas famílias tradicionais. Com a aceleração do desenvolvimento da cidade, cujos efeitos se fazem sentir de muitas formas, percebe-se a mudança de panorama dessa região central, isto é, a concentração de veículos, “boites”, lanchonetes, sofisticação no seu comércio e um sem número de serviços. Os antigos armazéns e mercearias cederam lugar aos modernos supermercados. Em um momento, o centro da cidade era destinado às famílias mais abastadas, e os bairros periféricos àqueles, na sua grande maioria, de escala social mais baixa. Agora, os descendentes das famílias de tradição na cidade é que se dirigem para alguns bairros mais afastados do centro da cidade [...].

¹³ Ibid., p.114.

O centro deixa de ser residencial e passa a ser ocupado pelo comércio e serviços, para os quais a existência de estacionamentos torna-se uma necessidade.

Inúmeros autores argumentam que é o centro que identifica a cidade, além de possuir uma realidade espacial, social e histórica – é multifuncional e, ao mesmo tempo, integrador, dispersor e concentrador de indivíduos e mercadorias. É o coração vivo da cidade, com memórias das mais diversas; e parte do sistema urbano – é para onde todos se dirigem e, em contrapartida, de onde se deslocam para interagir com outros pontos da cidade¹⁴.

Assim, a imagem que se tem de um lugar é, ao mesmo tempo, criação mental e social, estabelecendo relações de uso e suporte físico. Para Landim (2004), o grande número de informações e elementos presentes no espaço urbano não permite mais ao indivíduo identificar-se com o seu entorno.

Analisando o centro de Rio Claro, coloca que o portão principal da Estação formava um eixo de ligação com o Jardim Público e seu passeio principal (perpendicular à Avenida 1, com o portão da Estação), sendo constituído por dois quarteirões com palacetes e casas de comércio.

E acrescenta,

o passeio principal do Jardim Público de Rio Claro, projeto de Dieberger, forma um eixo de ligação com a estação ferroviária, resquício de quando a ferrovia era importante e a classe dominante construiu suas casas em torno do Jardim e na rua que fazia a ligação direta com a estação. Esse Jardim ocupa duas quadras, possui dois espelhos d'água e uma vegetação luxuriosa e exuberante, constituindo um exemplar muito bem conservado dos jardins públicos ecléticos característicos da segunda metade do século XIX.¹⁵

Além dos cinco casarões substituídos por estacionamentos que compõem nosso objeto de estudo, como na citação acima referida, em todo o entorno do Jardim Público podiam ser observados diferentes casarões, com arquitetura diferenciada, conferindo uma estética de embelezamento ao centro da cidade.

Contudo, foram demolidos para outros fins. E, infelizmente, acredita-se que, por falta de interesse dos diferentes órgãos que constituem o poder público local e que escrevem a dita

¹⁴ Vieira, 2002; Scarlato, 2004; Spósito, 1991.

¹⁵ Ibid., p.117.

“história oficial” da cidade, imagens que pudessem reproduzir o que aqui estamos enfatizando, não puderam ser acessadas e exibidas, e não recebemos qualquer alegação plausível para tal fato.

O Jardim possui, assim, um tratamento paisagístico rico, visando quebrar a frieza do espaço movimentado que se configura ao seu redor, sendo esse carregado de significação histórica e social, como pode ser observado pela reportagem vinculada por um jornal local.

Histórias e curiosidades do Jardim Público - Além de seu rico tratamento paisagístico, com a existência de um sub-bosque, a antiga mureta que fechavam o Jardim e as entradas em pórticos de ferro, ainda temos no Jardim a Gruta do Leão e bancos doados por antigas empresas da cidade. Monumentos, como bustos de personalidades locais e nacionais e obras-de-arte, como a Fonte do Índio, de Diana, a Caçadora e a do Anjo da Concórdia também fazem parte da história do local, porém foram cercados por grades, a fim de protegê-los contra os sucessivos ataques de vandalismo que vinha sofrendo, principalmente com pichações (JORNAL DIÁRIO DE RIO CLARO, 20/01/2008, P.13).

Cabe ressaltar também, a importância do entorno do Jardim Público da cidade para a realização de diferentes manifestações sociais e culturais, como desfiles cívicos (comemoração do aniversário da cidade e Dia da Independência, por exemplo); passeatas e manifestos grevistas; desfiles carnavalescos (como ocorre até os dias de hoje, em que na sexta-feira que antecede o carnaval, um tradicional bloco existente, a “Esquina do Veneno”, faz seu desfile reunindo inúmeras pessoas, de crianças a idosos).

Segundo Garcia (1996), de 1948 a 1992 foram criados atos, leis e decretos visando a organização do espaço central, como:

- Lei nº. 37 de 24 de agosto de 1948, que determina locais para pontos de estacionamento de veículos;
- Lei nº. 49 de 15 de setembro de 1948, que cria a zona comercial da cidade (ampliada em 1950 pela Lei nº. 139);
- Lei nº. 51 de 30 de setembro de 1948, que determina o estacionamento de veículos junto ao Jardim Público;
- Lei nº. 1113 de 28 de maio de 1969, que regula o estacionamento de veículos e o trânsito de caminhões na zona central da cidade;

- Lei nº. 2538 de 26 de março de 1993, proíbe a colocação de bicicletas, motos e mobyletes sobre as calçadas, impedindo o livre acesso dos pedestres em toda a sua extensão.

E, nos dias atuais, encontra-se em discussão a questão dos vendedores ambulantes que ocupam parte do Jardim com suas barracas.

Além disso, o Plano Diretor do Município (Lei nº. 2492, de 06/08/1992), prioriza em diversos artigos a questão urbana, da seguridade da população e o sistema viário. Enfatiza que os padrões urbanísticos vigentes devem garantir segurança e qualidade de vida, além de uma distribuição justa dos benefícios e ônus que decorrem desses padrões.

No Título II, da Política Urbana, o Artigo 13, parágrafo II, traz a “implantação de um sistema viário urbano hierarquizado”, com condições funcionais e dimensionais. Mais adiante, ao abordar a relação da Infra-Estrutura Viária e dos Transportes Urbanos, o Plano cita, no Artigo 24 que “na implantação de um sistema viário e no sistema de tráfego, serão dadas prioridades ao sistema de transporte coletivo urbano, ao uso de bicicletas e à segurança do pedestre”, além de se obedecer a normas concernentes ao uso do passeio público e normas quanto aos horários de funcionamento do sistema comercial, para se evitar congestionamentos (Artigo 31, parágrafo IV e VIII).

A elaboração do Plano Diretor data de 1992, e cabe ressaltar que o mesmo foi reformulado no ano de 2006 e ainda encontra-se em discussão para aprovação, pode-se averiguar que, na teoria, as intenções de normas que garantam qualidade ao centro e ao sistema viário do mesmo são repletas de boas intenções. Porém, a prática é contrária¹⁶.

Vale lembrar aqui que muitos autores já argumentaram que o reticulado urbano em xadrez é projetado única e exclusivamente para o automóvel, tornando o espaço um mero local de passagem, sem contemplação, sem referenciais de identidade.

Desse modo, acrescenta-se que, de acordo com dados do CIRETRAN (Circunscrição Regional de Trânsito), no ano de 2007, estima-se que Rio Claro contava com um número total de 170.000 automotores entre automóveis, motocicletas, ciclomotores e caminhonetes. Além disso, não podemos deixar de levar em consideração o elevado número de ciclistas que podem ser encontrados na cidade e a falta de bicicletários no centro, o que faz com que esses mesmos ciclistas deixem suas bicicletas junto a postes de luz e placas de sinalização, prejudicando o

¹⁶ Na Minuta do Projeto de Lei do Plano Diretor de Rio Claro (2006), é utilizado o termo “sistema de mobilidade urbana” em substituição ao termo “sistema viário do município”, preconizado na implantação do Plano, em 1992.

trânsito de pedestres que, na maioria das vezes, têm que circular na rua, ao lado dos automóveis.

Assim, segundo Dupuy ([s.d.]), essa individualização do transporte particular em detrimento do transporte coletivo reflete o estatuto que as sociedades modernas concedem ao indivíduo, isto é, a impossibilidade de viver a vida ao extremo e alcançar a liberdade de escolhas de destino que o automóvel lhe propícia, incitados pela propaganda e pelas facilidades de crédito para compra.

2.3. O Centro de Rio Claro e o Jardim Público: os dias atuais

O centro das cidades contempla a multifuncionalidade, além de seu valor histórico e simbólico, relacionando-se aos distintos momentos da técnica e, sobretudo, da dinâmica imobiliária, sendo uma realidade espacial, social e histórica, representando a maneira como os processos sociais moldaram o espaço em um período específico da produção social.

Com isso, o centro é o lugar para onde as pessoas se dirigem para realizar determinadas atividades e também, de onde todos se dirigem para fazer com que estas atividades interajam com outras que se localizam fora daí (então, é um local que, ao mesmo tempo em que concentra, integra e também dispersa, sejam pessoas, atividades ou serviços).

Para Alves (1999, p.135), “é a diversidade de atividades e funções existentes no centro que o fazem atraente e referencial para a população”. E mais além, argumenta que “é no centro que as coisas acontecem, que conflitos também se dão, e é nesse local que muitos, às vezes, sentem-se como participantes da vida da cidade” (p.138).

Já Vieira (2002, p.114) cita que “o centro, dentro da estruturação urbana, reflete a forma como os processos sociais estruturaram o espaço em um dado período da organização social”.

O centro materializa, assim, as necessidades da reprodução do capital e da reprodução social, em um processo entre a apropriação e a dominação do espaço – lugar da racionalidade estatal e do encontro entre todos. Porém, enquanto lugar simbólico vai perdendo essa característica, em lugar da racionalidade econômica e funcional ditada pelos agentes que detêm o poder nesse espaço (Estado e promotores imobiliários), restringindo os usos no mesmo, como pode ser observado claramente em Rio Claro.

Dessa forma, centro e comércio estão unidos, visto que é a existência do comércio que representa da melhor maneira a imagem do centro – o consumo permite compreender esse espaço central, por meio da mercantilização deste, isto é, a imagem do centro enquanto mercadoria, sofrendo constantes processos de revalorização imobiliária, visto ser esta quem direciona os diferentes investimentos na cidade.

De acordo com Certeau, Giard e Mayol (1996), a relação dos indivíduos com o centro da cidade remonta a um sentimento de beleza, devido à profusão de belos objetos expostos em vitrines, incitando o desejo e o “ter” em detrimento do “ser”. É a permissão livre de sonhar com uma outra vida, com um outro lugar, esquecendo-se do real.

A variedade dos estabelecimentos é grande e, no centro de Rio Claro, concentram-se principalmente em uma rua, denominada de Rua 3, compreendendo, aproximadamente, sete quarteirões, contando-se o Jardim Público. Porém, nas adjacências podem ser encontrados estabelecimentos, mas estes não formam um *continuum*, sendo mesclados com antigas residências, edifícios ou prestadores de serviços, como médicos, dentários, advocatícios e empresas de empréstimo consignado.

Para a população que circula, trabalha ou reside e que geralmente não detendo conhecimento sobre a produção deste espaço central, o vê como algo dado e não produzido socialmente. E o vê como um espaço gestado urbanisticamente por um administrador público – o Estado – que investe nesta área central, justificando que é aí que se concentram as atividades que geram riquezas para a coletividade. Então, normatiza e transforma o espaço, que não passa mais a ser visto como uma produção social, mas sim, como fruto de uma administração que, por meio de ações técnicas planejadas, exercem um controle sócio-espacial da área, esquematizando a vida cotidiana da população, homogeneizando, fragmentando e hierarquizando esse espaço, em um verdadeiro processo de dominação, como veremos mais adiante.

Desta maneira, o Estado intervém estrategicamente nesta área, a fim de torná-la mais produtiva, por meio de uma lógica racionalista que pode muito bem ser observada nas ações que este impõe ao uso da rua, visto que esta deve favorecer a circulação de veículos, o que restringe a possibilidade de seu uso para outras funções que não a da circulação. O centro, assim, não pode parar e tem que ser pensado enquanto um organismo com o dever de funcionar bem, favorecendo o fluxo rápido e evitando bloqueios e congestionamentos.

Essa questão, quanto ao uso da rua e as atividades comerciais que se desenvolvem no centro, propiciaram o levantamento de outra questão junto à área, que seria a implantação de um calçadão na rua de maior movimento comercial em Rio Claro, idéia já cogitada por governos municipais.

Assim, a aplicação de questionários junto aos comerciantes do centro mostrou-se pertinente em nossa pesquisa, visto ser a área comercial de maior movimento na cidade, aquela existente não somente nas adjacências do Jardim, mas no entorno do mesmo¹⁷.

¹⁷ Cabe ressaltar que, em um primeiro momento, optamos por aplicar esses questionários somente aos comerciantes e não aos consumidores, por serem os primeiros os que apresentam maior manifestação e resistência em assuntos que envolvam qualquer tipo de transformação no centro da cidade.

De acordo com Landim (2004, p.114), quando se refere às principais ruas de comércio nas cidades do interior paulista, salienta que,

nessa rua, que funciona como um marco referencial, e adjacências, concentram-se a maior parte do comércio local e eventualmente as grandes cadeias de loja, assim como bancos e instituições financeiras. Consequentemente, o trânsito de pessoas e veículos costuma ser intenso¹⁸.

Os questionários aplicados por nós referentes à implantação de um calçadão junto a Rua 3, com extensão da avenida 3 à avenida 8 (compreendendo 5 quarteirões), totalizaram 48 estabelecimentos comerciais, relacionados aos mais variados tipos de produtos, como calçados e confecções; bolsas, acessórios e bijuterias; cosméticos e drogarias; presentes; decoração; brinquedos; alimentos; jornais e revistas; ótica; têxtil; materiais elétricos; hotel; imóveis.



Figura 6: Rua de maior movimento comercial no centro de Rio Claro.

Fonte: NATIVIO, 2008.

O questionário foi elaborado com o intuito de saber a opinião dos diversos comerciantes com relação à implantação de um calçadão nos moldes dos que existem em grandes centros brasileiros, como nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, visto o elevado fluxo diário de pessoas, principalmente nos primeiros 10 primeiros e 5 últimos dias do mês, que acabam por dividir espaço com automóveis, motocicletas e bicicletas (vide **ANEXO I** – Modelo do questionário aplicado).

¹⁸ A autora cita como exemplo, as cidades de Bauru e São Carlos, que transformaram a rua principal de comércio em área para pedestres.

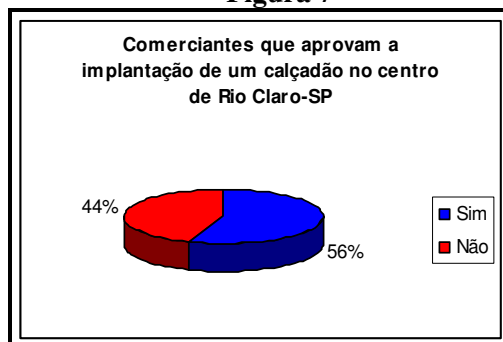
Dessa forma, após um levantamento de todos os estabelecimentos existentes na localização determinada, procuramos entrar em contato com a gerência ou proprietário de cada um desses pontos comerciais, enfatizando o motivo de nossa pesquisa e que a aplicação desse questionário compunha uma questão hipotética – a da implantação de um calçadão, visto que não existe nenhuma proposta em pauta pela Prefeitura Municipal ou até mesmo pela Associação de Comércio e Indústria ou de moradores.

Muitos comerciantes mostraram-se receosos e até mesmo amedrontados em expor tal opinião, alegando que tal assunto gera polêmicas sem tamanho e até mesmo discórdia entre colegas de profissão. Apesar de afirmarmos que em momento algum o nome do estabelecimento seria exposto e que esta pesquisa não tinha qualquer ligação com a Prefeitura Municipal, respeitamos a posição desses comerciantes e pudemos observar que os mesmos compõem uma classe que, lutam entre si individualmente, mas que também reconhecem quando a união deve existir para garantir seus direitos junto à Associação Comercial.

Dos 48 questionários aplicados no período de 03 a 14 de março de 2008, 21 não foram respondidos (totalizando 44%) e pelos motivos mais variados. O principal argumento dos comerciantes era o de não quererem se manifestar sobre o assunto; por vezes, alguém responsável pela gerência ou o próprio proprietário não estava presente e o funcionário preferiu não se expor frente a um assunto que, para ele, era cabível a seu superior.

Em alguns estabelecimentos, os funcionários nos respondiam categoricamente que a gerência deveria ser procurada somente quando se tratasse de assuntos relacionados diretamente à loja e/ou com clientes da mesma. Outros comerciantes informaram que a falta de tempo para responder o questionário os impedia de expor sua opinião. E tivemos também o caso de um proprietário estrangeiro, de origem asiática, que não sabia a língua portuguesa e que, de acordo com uma funcionária, era impossível o mesmo responder o questionário.

Entretanto, consideramos que os questionários respondidos, por representarem 56% do total entregue, é uma amostragem que nos permite visualizar a opinião dos comerciantes sobre o assunto.

Figura 7

Fonte: Pesquisa direta
Organização: NATIVIO, 2008.

Dos questionários aplicados, 56% (15 questionários) mostraram-se favoráveis à implantação, se houvesse de um calçadão na área delimitada pela pesquisa.

A justificativa mais utilizada pelos comerciantes refere-se à segurança que, para os mesmos, é praticamente nula no centro da cidade de Rio Claro. Muitos argumentaram que inúmeras pessoas não se dirigem ao comércio central devido ao caos que se instala entre pedestres e automóveis, pois ambos não respeitam as faixas de trânsito e não há fiscalização por parte da Guarda Municipal e da Secretaria de Trânsito.

De acordo com um elevado número de comerciantes, a Prefeitura não se preocupa com o assunto e não permite que os mesmos busquem uma solução para isso. Nas palavras de um lojista –

Basta observar o sábado que precede o quinto dia útil do mês, quando parte da população recebe seus benefícios e o comércio funciona até as 18 horas. As calçadas ficam intransitáveis e a Secretaria de Trânsito não se preocupa nem em fechar a rua para permitir que os consumidores transitem mais livremente. Fora que há carros estacionados nos dois lados da rua atrapalhando a visualização das vitrines (LOJISTA A, 2008).

Além disso, outros comerciantes argumentaram sobre a questão do Parquímetro, que se estende por toda a zona central comercial –

Acho vantajoso, porque as pessoas não se preocupariam com a área azul que atrapalha o movimento (LOJISTA B, 2008).

Muitas pessoas não param na Rua 3 por ter que pagar parquímetro, mas sem o fluxo de carros e com o calçadão, traria mais conforto e segurança para pedestres ao andarem na Rua 3, de preferência aos sábados, que o fluxo de pedestres é maior (LOJISTA C, 2008).

Dessa forma, muitos lojistas argumentaram que a implantação de um calçadão traria maior desenvolvimento para o centro da cidade, dinamizando-o, visto que, para alguns comerciantes, devido ao sistema de Parquímetro, ao alto fluxo de automóveis e calçadas superlotadas muitos consumidores preferem fazer compras em lojas de bairros mais afastados ou no “shopping center” para não se depararem com todos esses obstáculos.

A implantação de um calçadão, então, dinamizaria a economia da cidade, tornando o centro um lugar agradável para a população, que poderia realizar suas compras sem problemas. Além disso, alguns comerciantes enfatizaram a falta de apoio da Prefeitura Municipal que, para eles, “parece ter se esquecido do centro da cidade e do Jardim Público, de onde o povo foge” (LOJISTA D, 2008).

Esses acreditam que a Prefeitura deveria buscar exemplos em cidades onde um modelo como esse fez sucesso. Nas palavras de um comerciante –

Traria uma boa vantagem para o comércio, a concentração de pessoas seria maior e o trânsito de pessoas seria bem mais tranquilo. Pelo motivo de não existir rua, com certeza as vendas melhorariam. Isso é o que falta para o comércio de Rio Claro (LOJISTA E, 2008).

Quanto aos que se colocaram contra a implantação de um calçadão totalizaram 44% (12 questionários). A maior justificativa desses refere-se ao fato de que um calçadão no centro de uma cidade, para eles considerada de pequeno porte, como Rio Claro, traria muito mais desvantagens do que vantagens, e a maior desvantagem seria uma diminuição no fluxo de pessoas.

Para a maior parte dos comerciantes, o centro da cidade não possui um número de estacionamentos suficientes que comporte um modelo de área central como esse, “porque a falta de local para estacionar já torna o comércio da Rua 3 complicado. Funcionaria se no caso fosse criado um bolsão de estacionamento gratuito” (LOJISTA F, 2008).

“Em Rio Claro as pessoas gostam de andar de carro e de estacionar na frente das lojas onde vão comprar. E a cidade também teria que ter mais estacionamentos na área central” (LOJISTA G, 2008).

“Traria complicações no trânsito de automóveis na área central e o público que vem ao centro de carro teria que estacionar mais longe, indo contra a intenção de ficar perto das lojas de destino” (LOJISTA H, 2008).

De acordo com esse mesmo comerciante, o centro da cidade precisa de medidas mais urgentes do que a implantação de um calçadão, principalmente medidas relacionadas ao Jardim Público que, para ele, precisa de uma revalorização completa, desde iluminação e tratamento da flora, até a retirada total de ambulantes –

No mês passado mesmo, vi um grupo de escoteiros lavando um dos bustos do Jardim. Claro que a iniciativa deles é mais que louvável, mas a Prefeitura deveria se envergonhar de ver que é um grupo de crianças e adolescentes que estão fazendo um trabalho em que existem pessoas que são pagas para fazer. Eu soube que há mais de 6 meses foi liberada uma verba para revalorizar o Jardim. Onde foi parar que até agora não fizeram nada? Você tem coragem de andar nesse Jardim a noite? Porque eu não tenho. E esses ambulantes tinham que ser destinados para um camelódromo, e não ficar aí, tornando o lugar pior do que é (LOJISTA H, 2008).

Aliada a essa questão do Jardim Público, inúmeros comerciantes enfatizaram que a livre circulação de pessoas com a implantação de um calçadão (para eles, já existe a livre circulação nas calçadas), aumentaria a violência no centro, principalmente aquela referida ao número de assaltos, como o que já ocorre com esse modelo em grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, diminuindo ainda mais o fluxo de consumidores. Para um comerciante, “possibilitaria o aumento de assaltos, como podemos constatar nos noticiários, em São Paulo, Rio de Janeiro que são grandes centros e possuem um enorme fluxo de pessoas. Acredito que o aumento no fluxo de pessoas não traria aumento no fluxo de caixa das lojas” (LOJISTA I, 2008).

Observamos que a maior segurança justificada pelos que são a favor da implantação de um calçadão, é o oposto do que argumenta os que são contra, referindo-se ao aumento no número de assaltos. Acabam sendo duas faces de uma mesma moeda.

Porém, dois comerciantes nos chamaram a atenção com relação à opinião exposta pelos mesmos. Ao expor a justificativa de nossa pesquisa, observamos que se mostraram receosos e até mesmo céticos quanto à mesma. Como informaram que não poderiam responder ao questionário na mesma hora, retornei na manhã do dia seguinte, imaginando que me entregariam a folha em branco. Mero engano.

Por serem comerciantes que já estão na mesma localização há mais de 20 anos, conhecem, viram e sabem muitas das transformações pelas quais o centro da cidade passou. E foram categóricos ao serem contra essa implantação –

Não somos favoráveis ao calçadão, pois tivemos uma experiência negativa neste sentido a qual foi prejudicial tanto financeira como na queda do fluxo de pessoas. Quem convive no setor observa que em certos dias da semana, do mês, o número de veículos (automóveis, motos e bicicletas) é maior que o número de pedestres, pois a Rua 3 é uma rua extensa e livre. Somos favoráveis a uma intervenção urbanística na área central com reforma do Jardim; calçadas novas; jardinagem; lixeiras; nova iluminação, se possível, à vapor de sódio; mais flores nos canteiros; limpeza. Na Rua 3 temos problema com alto acúmulo de água, tanto pluvial como água já servida. Em dias de chuva não é possível atravessar a rua naturalmente, e em época sem chuva, há acúmulo de água suja ocasionando mal cheiro e, também, o risco da dengue (LOJISTA J, 2008).

Para esse lojista, o custo da implantação de um calçadão também recairia sobre os comerciantes, visto que a própria Prefeitura não cuida da limpeza das ruas ou do Jardim, ademais de um calçadão. Enfatizou que o centro da cidade tem problemas muito maiores para serem resolvidos.

Quanto à experiência negativa que o lojista relatou, refere-se à implantação de um “calçadão às avessas”, como ele declarou informalmente. Há alguns anos, a Prefeitura fechou com enormes vasos de palmeiras imperiais o trecho que compreende a Rua 3 entre as Avenidas 2 e 6.

Segundo o mesmo, a Prefeitura gastou um valor exorbitante com esses vasos, que mais pareciam adornos no meio da rua, visto que a passagem de automóveis ficava impedida, mas não de motocicletas e bicicletas. Em suma, em menos de três meses a Prefeitura ordenou a retirada dos vasos, “já tudo morto”, como disse o lojista.

Para ele, esse fato demonstrou que os lojistas não se animaram com isso e que o poder municipal de Rio Claro não tem gabarito para cuidar do centro da cidade, que possui problemas que necessitam de soluções mais urgentes do que a implantação de um calçadão que, poderia ser bem visto externamente como uma ação positiva da Prefeitura, mas que traria efeitos negativos para o comércio como um todo.

Chamou-nos a atenção também o argumento de um outro comerciante, que atua no comércio da cidade há mais 40 anos –

A implantação de um calçadão na Rua 3 virá prejudicar o comércio. Há tempos foi feito um teste com restrição de veículos e em menos de 3 meses foi desativado. Se fosse bom para o comércio, os estabelecidos na Rua Governador, em Piracicaba, já teriam implantado. O calçadão é necessário onde o volume de pessoas ocupam toda a rua além das calçadas. Como exemplo, temos as ruas São Bento e Direita em São Paulo. Na Rua 3, depois do horário bancário, conforme a hora, se dermos um tiro, não acertamos ninguém (LOJISTA K, 2008).

Para esse lojista, não é assim que o comércio da cidade vai se dinamizar. Como enfatizado por um outro comerciante, o aumento no fluxo de pessoas não significa maior lucro às lojas, visto que, para muitos, o centro já não possui um elevado fluxo diário de pessoas, a não ser em determinados períodos do mês.

Obviamente, esta é uma questão que poderia gerar um aprofundado debate entre os comerciantes do centro da cidade. Porém, não é o cerne de nossa pesquisa, mas procuramos adentrar nessa questão pelo fato de abordarmos a existência de estacionamentos no entorno do Jardim Público da cidade. Para muitos comerciantes e para a população em geral, o Jardim Público, além de ser um marco paisagístico, é o cartão postal do centro da cidade, por onde muitos transitam para se dirigir aos estabelecimentos comerciais da Rua 3, deixando seus automóveis nesses mesmos estacionamentos¹⁹.

Todas essas questões apontadas pelos comerciantes suscitaram também indagações quanto ao Jardim Público e o que este significa, hoje, para o centro e para a cidade como um

¹⁹ Observou-se nitidamente, em conversas informais com alguns comerciantes, sobre a questão da preservação de patrimônios em Rio Claro que, para os mesmos, isso não é “necessário” na cidade que, para eles, “necessita modernizar-se mais e atrair investimentos”. Basta revitalizar o Jardim Público que, com maior embelezamento, seria um atrativo a mais no centro. Nas palavras de um desses comerciantes, “o povo que consumir e não saber se aquela casa foi construída em tal ano e por tal pessoa” (LOJISTA L, 2008).

todo, principalmente com o elevado número de camelôs que podem ser encontrados no passeio público.

O comércio em si é a atividade que consiste em trocar, vender ou comprar produtos, mercadorias, valores etc.; troca de produtos por outros produtos, ou de produtos e serviços por valores, ou de valores por outros valores, visando, num sistema de mercados, ao lucro (MELO & TELES, 2000).

O ambulante (ou camelô, como é popularmente chamado) é aquele que se locomove, que anda ou migra, ou que não tem lugar fixo; que se transporta sempre de um lugar para outro, ou melhor, aquele que não se fixa em um só lugar, como comprador ou vendedor, para exercer o seu comércio. O informal é aquele que não aparece ou se recusa a aparecer sob uma forma definida²⁰.

A economia informal ganhou destaque no espaço urbano nos últimos anos, principalmente quando os empregos estáveis foram cessando, transformando as tradicionais relações trabalhistas. O setor formal é o do grande capital, da organização burocrática, da mão-de-obra qualificada, da tecnologia, marcado pela ajuda governamental e pela escassez atual de vagas; já o setor informal pode ser definido pela inexistência de barreiras à entrada, operando em pequena escala, atuando em mercados competitivos e não regulados²¹, além de apresentar preços mais competitivos, trabalho volumoso e sem contrato legal, pequena margem de lucro e nulidade de ajuda governamental.

Santos (1979) nos dá uma visão geográfica ao colocar o setor informal ou circuito inferior como um mecanismo de integração que oferece o máximo de oportunidade de trabalho com um volume mínimo de capital.

Este tipo de comércio teve seu aumento desencadeado com a diminuição dos empregos e uma necessidade de criação de novos postos de trabalho que não é atendida pela economia formal. O setor passou a ser visto desde então como absorvedor de mão-de-obra expulsa de outros setores econômicos.

No Jardim Público de Rio Claro, o número aproximado de ambulantes é de 25 (cresceu entre 2007 e 2008, principalmente a venda de alimentos). Observa-se que não há mais concentração somente no passeio principal (Avenida 1), pois agora concentram-se também na extensão da Rua 3 entre as Avenidas 1 e 2 (dados levantados por pesquisa direta).

²⁰ Idem, 2000.

²¹ Idem, 2000.

Existem várias barracas denominadas de “hippies” (mais ou menos 6), com a venda de brincos, pulseiras, anéis, colares e cintos feitos artesanalmente, geralmente com sementes, cordas, madeira e crochê. As barracas não possuem cobertura e há uma pequena mesa com uma toalha, onde os produtos são expostos – de forma muito bem organizada (dados levantados por pesquisa direta).

Barracas de “produtos naturais”, com a venda de sementes, pós, chás e temperos medicinais e orgânicos; barraca de “conserto de relógios”, com o conserto de relógios, a troca de pilhas e pulseiras, além de amolar alicates, tesouras e venda de relógios (dados levantados por pesquisa direta).

E ainda, barracas de venda de produtos “diversos”, principalmente “cds” e “dvds” (produtos pirateados), relógios e capas para celular. Mas há também venda de brincos, colares, pulseiras e anéis; óculos de sol; bolsas de couro e crochê; chinelos e sandálias de couro; carteiras; bonés; disqueteiras; fones de ouvidos; “walkmans”; roupas; brinquedos; baterias e cabos para celular. O foco é a venda de “cds” e “dvds” piratas e relógios de grifes falsificados que possuem um preço mais baixo aqui, quando comparados a estabelecimentos formais que vendem o mesmo tipo de produto, onde a diferença de preço chega a atingir até R\$20,00 (dados levantados por pesquisa direta).

Pode-se encontrar também engraxates que, para muitos, “remontam ao passado”. Geralmente, são trabalhadores na faixa etária acima dos 50 anos, que já não mais se encaixam no perfil do mercado de trabalho formal e que, com esse trabalho, procuram complementar a “precária” renda mensal que possuem. A procura por esse tipo de serviço é feita também por senhores aposentados que tem no Jardim Público um lugar de encontro matutino durante os cinco dias úteis da semana (considerando o serviço bancário) e também aos domingos, onde há encontro do Grupo de Seresteiros.

Observa-se que esse comércio informal, por apresentar uma ampla diversidade de produtos oferecidos e preços atraentes, que podem ainda ser “pechinchados” (por exemplo, um cd por R\$5,00 e 3 por R\$10,00), é freqüentado por todas as faixas etárias, de crianças à idosos. Estes últimos apresentam maior freqüência principalmente durante os primeiros dias úteis do mês, devido ao recebimento de benefícios previdenciários. Mas a maior circulação ainda fica a cargo dos jovens e adolescentes (15-25 anos), com a venda de cds e dvds a baixo preço.

Devido ao aumento do número de barracas no Jardim Público, a imprensa escrita local tem lançado com freqüência matérias sobre o assunto:

Revitalização do Jardim Público prevê retirada de vendedores ambulantes - De acordo com projeto enviado á Câmara Municipal, prevê-se o fechamento do Jardim e sua reforma em um período entre 40 e 50 dias, de forma a revitalizar desde os monumentos presentes, até iluminação elétrica e banheiros, envolvendo inúmeras Secretarias do Município. O projeto envolve também a retirada dos ambulantes e transferência dos mesmos para uma área ainda a ser estudada. Caso ocorra um acordo entre Prefeitura, ambulantes e a sociedade em geral, haverá padronização das barracas e incentivos municipal para essas atividades (JORNAL DIÁRIO DE RIO CLARO, 10/02/2006, P.26).

Alguns meses depois, o assunto volta a ser notícia,

Câmara vota hoje projeto que regulamenta comércio informal - Foi elaborado um projeto visando à retirada dos ambulantes do Jardim Público, destinando-os para uma área específica, uma espécie de “camelódromo”, com uma série de regras que deverão ser seguidas tanto por aqueles que já estão atuando, como para aqueles que pretendem ingressar nesse tipo de atividade, como licença de funcionamento e permissão para uso do solo pelo comerciante, o que ficará a cargo da Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento e Meio Ambiente. E o comércio ambulante de alimentos, da Secretaria Municipal de Saúde. Além disso, o projeto também procura estabelecer leis com relação á restrição de locais para instalação dessas atividades em determinados pontos do Centro. Porém, nada ficou decidido (JORNAL DIÁRIO DE RIO CLARO, 05/09/2006, P.24).

Procuramos entrar em contato com os ambulantes para saber qual a posição dos mesmos com relação á atuação do poder público local e dos comerciantes formais frente à questão da localização dessa atividade no Jardim Público e da “possível” remoção para os denominados “camelódromos”.

Porém, os mesmos não quiseram se manifestar sobre a questão. Informalmente, um dos ambulantes alegou que é no Jardim que a “movimentação” acontece e que é ali que a

Prefeitura deveria criar infra-estruturas para que pudessem exercer suas atividades de modo legal e não em outro local²².

No centro da cidade de Rio Claro, a presença de policiais pode ser verificada de segunda a sábado durante o período de funcionamento do comércio. Nos primeiros dias úteis do mês, devido à alta movimentação bancária com o recebimento de benefícios previdenciários (aposentados e pensionistas), a ronda é feita no entorno de todo o Jardim Público (Banco Bradesco, Santander, Banco do Brasil, Itaú, Caixa Econômica Federal, Caixa Econômica Estadual, Unibanco e Banco Real). Nos demais dias do mês, concentram-se no Jardim, na Avenida 1 com a Rua 4, com a Base Comunitária Móvel.

Com relação à limpeza, verifica-se um elevado número de garis varrendo o Jardim. Realmente, não se nota a presença de sujeira, como papéis de bala, sorvete, panfletos, garrafas de água ou latas de refrigerante no chão. A limpeza é feita, inclusive, entre as folhagens (Secretária de Agricultura).

Há um elevado número de entregadores de panfletos e também, um alto número de crianças e adolescentes vendendo balas e doces e pode-se observar que os produtos são comprados pelos “senhores aposentados” que se encontram nas manhãs no Jardim, e concentram-se, principalmente, nos bancos da Rua 4 entre as Avenidas 3 e 1, e na virada, por todo o passeio da Avenida 1. É interessante ressaltar a “rotatividade” que pode ser vista, isto é, vão de um banco a outro, conversando entre si. Falam sobre futebol (as chamadas “rodadas” do final de semana – o melhor e o pior jogador, o melhor e o pior lance, brincam entre si com relação ao time predileto); contam piadas (um mais entusiasmado que o outro); sobre carros; as notícias do dia (que saem nos jornais locais); sobre suas esposas, filhos e netos.

²² Cabe ressaltar que a Prefeitura Municipal instalou, no ano de 2006, a “Praça dos Artesãos”, em frente ao shopping center da cidade. No local, foram construídos pequenos quiosques, todos padronizados, para abrigar atividades comerciais informais. À época, os ambulantes que exercem suas atividades no Jardim Público, alegaram que o local não foi construído adequadamente, o que desfavoreceria a atividade (referente a exposição dos produtos à venda), além da pouca movimentação no local.



Figura 8: Comércio ambulante no passeio principal do Jardim Público
Fonte: NATIVIO, 2008.

Durante nossa observação sistemática de campo, em uma manhã de segunda-feira, nos deslocamos até o Jardim Público: por volta das 09 horas, o comércio começava a abrir suas portas e o vai-e-vem de pessoas, seja dirigindo-se para o trabalho ou para realizar qualquer atividade, ia aumentando. Assim como aumentava o número de veículos circulando e a procura por locais para estacionar, visto que, certos pontos no entorno do Jardim são destinados para taxistas. Caminhando, pudemos notar um número, até que elevado, de “aposentados”²³ sentados nos bancos, sozinhos, lendo seus jornais, ou em grupo, conversando fervorosamente.

Troppmair (1990, p.2), já enfatizava esse fato, argumentando que “você já observou que o Jardim tem seus períodos? De manhã, lá estão os aposentados discutindo e reclamando os descontos especificados nos holerites e tentando entender o plano do Governo [...]”.

A intenção dessa caminhada era unicamente observar, porém, parece que quando não prevemos, as coisas acontecem de forma mais rica. Passando próximo a um desses bancos, disputado por um grupo de cinco a sete homens, notei que falavam dos mendigos e pedintes que circulavam por ali e se não era realmente melhor voltar a cercar o Jardim com grades, fechar o portão em determinado horário e construir uma guarita de segurança.

As expressões e exclamações eram as mais variadas – “sim!”, “não!”, “mas o que é que é isso?”, “está querendo voltar no tempo?”. Não consegui ficar indiferente – não presenciei este fato no Jardim, mas as fotografias que vi da época me vieram logo à mente, e me aproximei discretamente do grupo. A conversa fluiu melhor do que se houvesse sido programada.

²³ Todos já rotulam de “aposentados” os “senhores” idosos que freqüentam diariamente o Jardim Público.

Sem um gravador ou papel e caneta para documentar todas aquelas palavras, eu só podia contar com minha memória e que ela permanecesse ativa o tempo necessário para que chegasse a casa e transcrevesse para o papel tudo o que tinha ouvido.

Eles não sabiam meu nome e muito menos eu o deles, mas isso não importava. Eles sabiam tanto e tinham o que eu precisava: memória. Contaram sobre os desfiles que ocorriam no entorno do Jardim; sobre os charreteiros, que até os anos de 1930 ou 1940 faziam o mesmo trabalho que hoje fazem os taxistas (sobretudo porque o tio de um desses senhores era charreteiro e, pelo menos uma vez por semana, o levava para dar um passeio); sobre o Coreto, que foi demolido na década de 1960, sem motivo nenhum, e que depois fizeram outro; sobre os monumentos, que não eram cercados, mas que com o vandalismo não teve outro jeito; e sobre os ambulantes que, para alguns, são sim um problema que a Prefeitura tinha que resolver.



Figura 9: Coreto, no Jardim Público de Rio Claro, hoje.
Fonte: NATIVIO, 2008.

Em certo momento, um senhor usou a expressão “A Toca”. Uns sorriram, dizendo “bons tempos! Pena que acabou!”, e outro “ainda bem, era um pardieiro!”. Contaram sobre as noites de sábado e tardes de domingo, como era bom para a cidade ter um lugar assim, familiar (o que, obviamente, o senhor que disse que era um pardieiro não concordou!), de encontro, onde se podia paquerar, conversar... Mas, acabou. “Tá aí, ó! Olha o que virou!”, disse um deles apontando para o estacionamento do Banco Bradesco.

Lembraram-se também do casarão da Família Cartolano, dizendo o quanto era imponente e exuberante. Um senhor até se lembrou de que o pai contava que lá se faziam

finos jantares, que eram comentados nos jornais locais, nos dias que se seguiam. Comentavam, inclusive, sobre o incêndio que destruiu o casarão, o quanto acharam lastimável, mas um tanto quanto estranho.

Se esse bate-papo durou uns trinta minutos, pareceu uma eternidade. Eram tantas informações, tantas palavras, lembranças. A conversa arrefeceu com o horário – fome, saída dos netos da escola, medicação, os motivos eram inúmeros. Mas, o bate-papo informal foi mais que válido, foi revelador – a memória urbana ainda está presente nas lembranças desses homens.

E que essas mesmas memórias possam ser passadas para seus filhos e netos, pois que, principalmente esses últimos, jamais verão a paisagem dos casarões que seus avós viram.

E toda essa questão da memória urbana ganha e perde importância, dependendo da faixa etária dos rioclarenses, mas podemos afirmar que, ao capital imobiliário, é muito mais compensatório construir o novo do que reciclar o velho e manter patrimônios arquitetônicos.

Há também, no Jardim, em alguns dias do mês, montagem de barracas de alimentos, com a venda de doces, salgados e refrigerantes, por Grupos de Terceira Idade ou Instituições Benéficas, além de uma banca de venda de “cds” para meditação e barracas de venda de produtos artesanais.

É nessa área do Jardim que se observa um grande número de mendigos e pedintes, principalmente pela presença do hamburgueiro “Lanche do Padre”, bastante conhecido pela população que, aberto praticamente nas 24 horas do dia, atrai um grande número de consumidores devido ao baixo preço do alimento, mesmo sem o local ter um mínimo de higiene.

Com relação ao Coreto, este praticamente não tem uso e está bastante deteriorado e sujo, com a pintura das paredes gasta e o corrimão de madeira descascado. Em alguns períodos, é usado para apresentação de grupos de dança e capoeira, além da apresentação de bandas musicais (**Figura 9**).

Fato notório é que no entorno de todo o Jardim pode-se encontrar pontos de táxi, além de vagas destinadas para estacionamento de veículos oficiais (tanto do Paço Municipal, quanto da Secretaria Municipal de Saúde), e bicicletários, que tiveram seu número elevado frente às constantes reclamações da população.

Todos esses levantamentos denotam que são nestes espaços ditos públicos que as intervenções urbanas são mais intensas e prioriza o fluxo, principalmente o de capital, e no caso do Jardim Público de Rio Claro, houve uma alta popularização do uso desse espaço.

Isto é, o centro possui uma lógica e a presença dos ambulantes no Jardim vem mostrar uma forma de sobrevivência da população que não consegue se empregar no mercado formal capitalista.

O que queremos enfatizar é que esse sistema capitalista alcança todos os lugares da cidade, subestimando o valor de uso ao valor de troca. O Jardim, enquanto lugar do encontro é tomado pela lógica da reprodução dos espaços produtivos para a realização econômica – a vida cotidiana orientada para e pelo consumo.

Assim, o espaço público atual, que deveria ser o da sociabilidade, privilegia a circulação. Ou seja, o espaço público, hoje, destina-se à passagem e não à permanência – enquanto derivação do movimento, é personificado no automóvel e invadido pela mercadoria.

As intervenções diretas do poder público e de empreendedores locais, como os promotores imobiliários, estão baseadas em valores econômicos e ideológicos, transformam o perfil e a funcionalidade dos lugares, fazendo com que os espaços públicos sejam privatizados “simbolicamente” pelos diferentes grupos, com acessibilidade limitada e controlada, o que denota que a acessibilidade a este espaço é, em última instância, hierárquica.

Então, o Estado impõe restrições ao uso do centro, fazendo com que perca sua dimensão pública, valorizando-se privadamente e tornando-o um lugar da dominação, ou seja, Estado e promotores imobiliários valorizam o uso privado do espaço, tornando o espaço público lugar da norma e da regulação do processo produtivo.

A produção do espaço enquanto mercadoria por meio da propriedade privada transformou os diferentes usos do centro, fazendo com que a vida se realizasse muito mais no âmbito dos espaços privados, negando a apropriação e esvaziando as possibilidades de realização da vida humana, isto é, o indivíduo apropriando-se do espaço no seu uso, no plano do vivido, com relação à identidade e o sentimento de pertencimento.

De acordo com Carlos (2007, p.188),

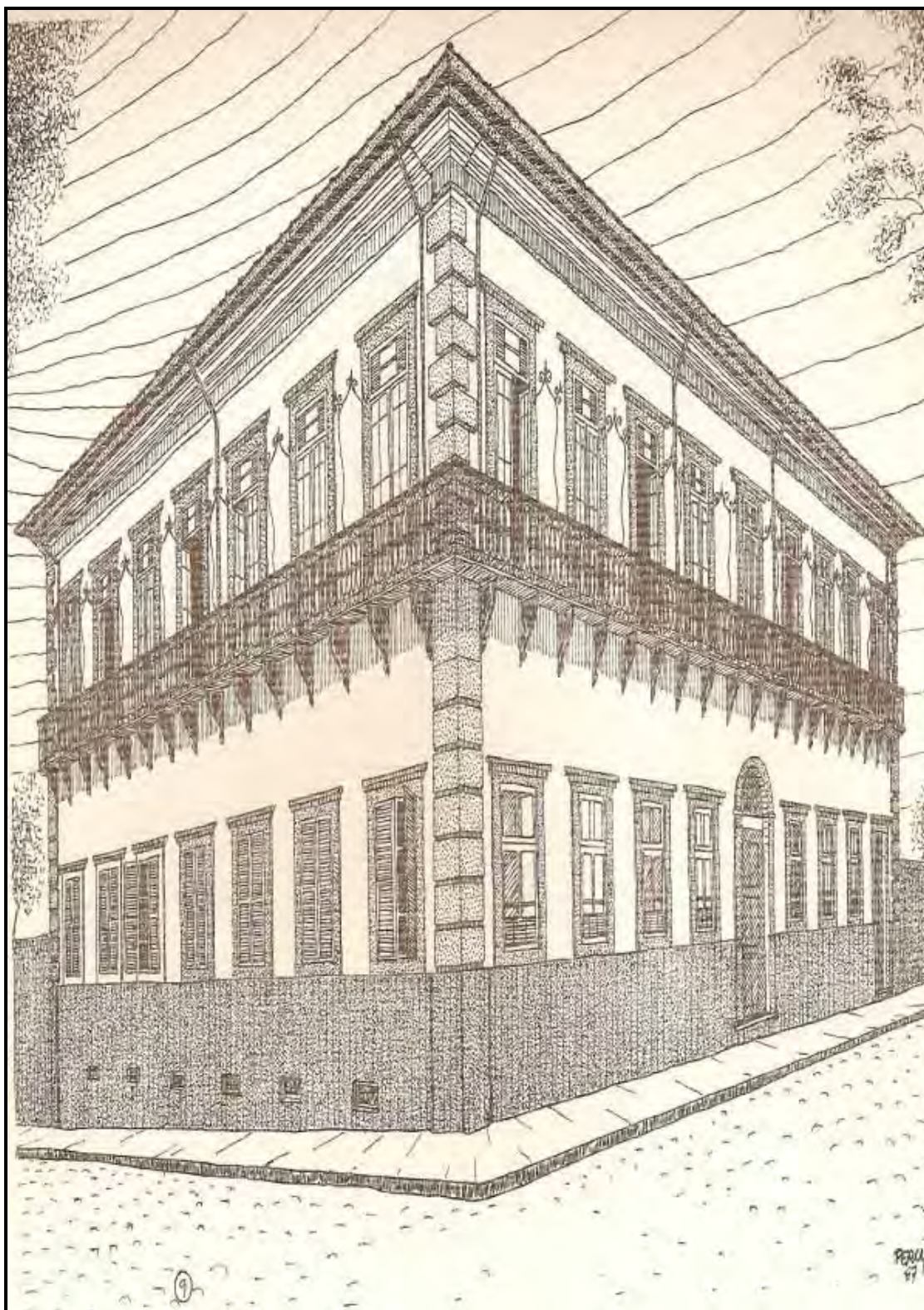
a própria produção do espaço como mercadoria através da generalização da propriedade privada subsumiu as formas de uso da cidade, capturando-lhe todos os momentos possíveis de apropriação – a vida se realiza cada vez mais no âmbito dos espaços privados. [...]. Deste modo, no plano da prática sócio-espacial, a realização da propriedade privada, como forma condicionante da apropriação, redefine os usos dos espaços-tempos da vida cotidiana, orientando a

prática sócio-espacial urbana às exigências da realização da reprodução capitalista.

Complementando essas idéias, Vieira (2002, p. 339) coloca que,

a hegemonia do modo de produção impõe às relações sociais de produção as suas características. Assim, o uso do espaço tende a ser o uso homogeneizado, regulamentado dado ao espaço pelo Poder Público e pela classe dominante. O espaço aparece mais como produto do que como obra.

É este o direito à cidade de que nos fala Lefebvre (2006), o direito à vida urbana transformada e renovada, o direito à apropriação, do ir e vir, o direito de o indivíduo se reconhecer na paisagem e de encontrar marcas e vestígios da produção cultural de seu grupo em seu espaço. Espaço este que deveria ser público e de vivência, e não um espaço marcado pelo racionalismo com “paisagens não identitárias”, sem vivência e sem experimentação.



*Residência de José Luís Borges, Barão de Dourados. Hoje sede do Museu Histórico e Pedagógico Amador Bueno da Veiga. Avenida 2 com Rua 7.
Percy Oliveira, "Imagens", 1987.*

CAPÍTULO III – ANTIGAS FORMAS: ENTRE A PRESERVAÇÃO E A ANIQUILAÇÃO

Nos dias atuais, o que podemos averiguar nas ruas das cidades, é um número cada vez maior de automóveis circulando. Em Rio Claro, principalmente no centro da cidade, no entorno do Jardim Público, lugar de destaque no município, nota-se um verdadeiro conflito entre os automóveis, motocicletas e bicicletas, demonstrando uma constante luta por espaço. Este conflito parece não ser notado pelos olhos do cidadão comum, que continua a indagar a falta de espaço para estacionar.

Todavia, em Rio Claro a solução parece ter sido rápida e simplificada; isto porque o centro passou por uma radical transformação com a proliferação dos estacionamentos.

Aqui, então, abordaremos como esses estacionamentos foram implantados no entorno do Jardim Público, o papel da modernidade, e a relação entre memória urbana – o que permanece em nossa memória por meio de imagens-lembranças e o que nos esquecemos; e patrimônios históricos – o que é considerado importante, relevante e simbólico no espaço de nossa vida cotidiana.

3.1. Da Destruição à Significação do Moderno: os estacionamentos

A partir de uma análise dos capítulos anteriormente apresentados, verifica-se que a sociedade, em sua dinâmica e contradições, produz e reproduz o espaço de forma contínua agregando-lhe valor. Fundamentalmente por ser, hoje, o espaço mercadoria estratégica, observa-se que os conflitos em sua apropriação são ampliados.

Isso denota que a produção e reprodução do espaço estão em constante dinâmica, isto é, em constante transformação, surgindo, a cada dia, mais e mais paisagens modernas, mas que no fundo revelam grandes rugosidades.

O que queremos argumentar é que sempre se constrói espaço, mudando ou não seu caráter anterior. Contudo, o que aqui salientamos é que no centro da cidade de Rio Claro muda-se o caráter anterior da paisagem. Com a demolição dos casarões e edificações com arquitetura diferenciada, constroem-se em seu lugar estacionamentos que, na verdade, são formas-vazias que não necessitam de edificações, mas sim de um amplo espaço, com demarcações de tantos em tantos metros para abrigar automóveis, cobertos ou não para proteção contra as intempéries, e uma pequena guarita para a administração.

Os estacionamentos são formas-vazias, mas não vazias de conteúdo. Pois o conteúdo desta forma está centrado na lógica dos espaços de fluxos, permitindo uma maior e mais rápida circulação no espaço central.

O fato é que a demolição dos casarões transformou a paisagem, instaurando-se um novo uso, sem vestígios do passado.

É a cidade moderna em constante processo de mutação, em que as relações de poder, as atividades econômicas, a sociabilidade, transformam-se continuamente, sobrepondo espaços e tempos distintos. É o desenvolvimento do moderno desprezando o passado, travestido nos investimentos imobiliários.

Assim, qual o papel dos estacionamentos/automóveis e quais as consequências desses para as cidades e, concomitantemente, para a sociedade como um todo?

Inúmeros autores avaliaram essa questão, como Jacobs (2003), que enfatizou que os automóveis são os maiores desencadeadores da destruição urbana, pois transformam as ruas em espaços imprecisos, sem sentido, “lugar algum”. Afirmou, ainda, que não existem compatibilidades entre automóveis e as cidades, visto que esses brigam entre si por espaço, com os automóveis exercendo pressão para o surgimento de novos estacionamentos.

Esta é a “paisagem automobilística”, determinada por Relph (1987), que é completamente racionalizada e artificial, com o automóvel modernizando e degradando a paisagem urbana, simplificando a vida de seu proprietário, mas em contrapartida, complicando a do pedestre, que divide e, ao mesmo tempo, perde seu espaço na rua.

Silva (2001, p.471) assinala que,

no universo cada vez mais instigante que constitui a cidade e o urbano, o advento do automóvel provoca uma verdadeira revolução. Sua invenção e posterior produção em série definem novas formas de paisagem urbana, redesenham a malha da cidade, modificam a estrutura urbana, delimitando espaços, integrando uns, isolando outros. O automóvel, testemunho e sujeito principal da revolução nos transportes, induziu a expansão da malha urbana, encurtou distâncias, distanciou bairros e ampliou as possibilidades de formação de franjas periféricas. Sua popularização é responsável por uma contradição perversa que aceita e regenera as facilidades e os problemas decorrentes de seu uso.

Ou seja, pela acessibilidade que o automóvel disponibiliza, valoriza-se o espaço de fluxos na cidade, com a superação de distâncias e alterações fisionômicas cada vez mais crescentes na paisagem, rompendo com sua identidade.

A racionalidade comercial progressista prioriza o transporte particular em detrimento do coletivo e também obstrui o espaço do caminante, isto é, do pedestre. Essa prioridade do veículo particular acaba por refletir distorções de mentalidade e defeitos de planejamento, além, é claro, da extrema influência da indústria automobilística.

Isto também foi muito bem analisado por Baudrillard (1997), quando o mesmo avalia a questão da superação do sujeito pelo objeto, argumentando que o automóvel é o objeto em si por excelência, que resume em si a velocidade, o prestígio, a técnica, a diferenciação, fazendo subsistir o sistema de necessidades junto ao de produção.

É o valor posicional do objeto, contrapondo as dimensões de poderio e as dimensões do mundo, isto é, deslocamento e velocidade, com mobilidade sem esforço passando a mensagem de redução do mundo – funcionalidade vertiginosa como centro de uma subjetividade: triunfalismo do objeto, liberdade, modernidade, automatismo... *status*!

O sujeito transpõe espaços e atinge novos limites. Dissolvendo distâncias e diminuindo o tempo de percurso, dá ao portador do veículo uma visão diferenciada do espaço

por onde circula – a rua pavimentada como o lugar, *a priori*, para sua passagem, isto é, o direito de circular livre e fazer uso desse seu objeto de modo completo.

Assim, o automóvel tem papel predominante no estabelecimento dos fluxos de transporte e da organização urbana. E é na rua que o valor de uso sobrepõe-se ao de troca, tornando-se espaço de fluxo dos automóveis, direcionando toda a vida das cidades.

De acordo com Sávio (2002, p.36),

[...] o automóvel foi alterando a forma de circular na cidade, pois, por sua própria autonomia de locomoção, ele passa a requerer ruas livres e desobstruídas para a sua livre circulação em velocidade, em oposição a espaços que, se não eram mais de livre circulação [...] eram de convívio da população que se viu isolada por novos e velozes fluxos de veículos.

Isto é, as necessidades de circulação vão invadindo o espaço público e ocasionando sua decadência enquanto lugar de sociabilidade: os portadores desses veículos já não mais possuem uma organização do tempo que lhes permitam contemplar conversas no Jardim, por exemplo.

O grande número de carros particulares presente nas cidades, hoje, traz em seu bojo o aumento da necessidade de espaços para estacionamento – uma “função improdutiva”, mas fundamental na cidade do automóvel.

Desse modo, os estacionamentos emergem enquanto imagem de segurança, frente à violência que assola os dias atuais. Relph (1987, p.77), enfatiza que esses surgiram nos Estados Unidos nos anos de 1950 e “[...] são elementos paisagísticos tão simples que ninguém parece ter-lhes prestado grande atenção”.

No Brasil, embora a indústria automobilística tenha se instalado na década de 1950 os automóveis passaram a ter maior evidência a partir de 1970, quando esta indústria acelerou seu processo de produção, incentivando o transporte individual em detrimento do coletivo. Então, os estacionamentos surgiram não somente como sinônimo de segurança, mas sim, para suprir a falta de “espaços estacionáveis” nas ruas e avenidas públicas.

Em Rio Claro-SP, isto se torna mais que evidente, pois o centro da cidade concentra atividades das mais diversas e há convergência da população de todos os bairros para esse local. Com isso, tem-se a sensação que o espaço é uma raridade, visto que o entorno do Jardim conta com grande número de taxistas, a materialização de estacionamentos aí se torna

uma atividade rentável, mesmo com a introdução do sistema de Parquímetro, que limita a permanência do automóvel por hora.

Embora os estacionamentos sejam pagos por 30 minutos, uma hora ou diária, é mais vantajoso ao indivíduo, não tanto em termos econômicos, mas em comodidade, pagar pelo uso do estacionamento, sem preocupar-se em estar de hora em hora renovando seu *ticket* de uso, como tem que ser feito com o sistema de Parquímetro. A partir da implantação desse sistema²⁴, pôde-se verificar um aumento elevadíssimo no uso dos estacionamentos e o surgimento de outros em quadras adjacentes ao Jardim. Em grande parte esses estacionamentos pertencem a uma rede de franquias, que funciona da seguinte forma: cabe ao interessado procurar a mesma, que esta lhe apresenta estratégias e subsídios necessários para o negócio. Aqueles que pertencem a proprietário particular, este geralmente já possui o negócio em outros pontos da cidade.

As **Figuras 10 e 11** vêm representar o elevado número de estacionamentos existentes nas adjacências do Jardim Público e também, a localização dos pontos de parquímetro na zona central da cidade.

²⁴ Os Parquímetros foram implantados no segundo semestre do ano de 2006 em toda a zona central da cidade. Praticamente em todos os bairros podem ser encontrados os pontos para retirada do *ticket*, além de funcionários que fiscalizam a área durante todo o período de funcionamento, que é das 9 da manhã às 18h30 min.



Figura 10: Estacionamentos localizados nas adjacências do Jardim Público
Elaboração: NATIVIO, 2008.



Figura 11: Pontos do Parquímetro para emissão de *ticket* na zona central da cidade
Elaboração: NATIVIO, 2008.

O espaço, assim, é locado enquanto simples mercadoria, ou seja, o indivíduo paga por um “pedaço do espaço”, por um período de tempo que julga pertinente para a realização de seus afazeres.

De acordo com Lipovetsky (2007, p.112),

invadindo o cotidiano, atingindo o conjunto das atividades humanas, a ordem do tempo precipitado faz desaparecer, ao que nos dizem, a distância e o recuo necessários ao pensamento, destrói os universos simbólicos, encerra o homem no imediatismo ativista.

Dessa forma, os espaços urbanos são subordinados à troca, e o indivíduo consome o espaço para si, sem vivenciá-lo, senti-lo ou compreendê-lo. O capitalismo em sua constante evolução vai criando espaços para o consumo e estimulando o consumo do próprio espaço.

Como bem afirma Carlos (2002, p.186),

o consumo do espaço se analisa no movimento de generalização da transformação do espaço em mercadoria, que impõe ao uso a existência da propriedade privada das parcelas do espaço. Assim, o processo de reprodução do espaço aponta para a tendência da predominância da troca sobre os modos de uso, o que revela o movimento do espaço de consumo para o consumo do espaço.

Deste modo, podemos verificar que a cidade, enquanto lugar do capital, é produzida de forma que alguns lugares vão perdendo algumas características e adquirindo outras, como é o caso dos estacionamentos, que racionalizam o espaço.

Ou seja, nas cidades procura-se a ocupação dos melhores espaços, com excelente localização, dotados de serviços públicos e com boas vantagens, garantindo o valor da terra. E isso nos permite explicar o porquê da localização dos estacionamentos no entorno do Jardim Público de Rio Claro: localizam-se onde existem atividades que demandam movimentação diária, o que recai na figura do “ponto” que é o valor potencial que cada lugar possui para ser utilizado na área urbana, principalmente nas áreas centrais. E tem na especulação imobiliária todos os instrumentos necessários para sua reprodução e continuidade.

Além disso, a questão dos estacionamentos nos permite, ainda, avaliar o papel da modernidade. Inúmeros autores argumentaram que a modernidade é uma realidade única, ao mesmo tempo sólida e volátil. Enquanto perda da medida e crise dos sentidos fragmenta a

sociabilidade – é a racionalidade técnica estabelecendo uma nova forma de dominação por meio de consciências manipuladas.

Ou seja, a modernidade como uma máscara, seria um simulacro criado pelas elites e pelo Estado, tornando-se irrepresentativa e inverossímil. Seria nada mais que um projeto emancipador, a auto-regulação e a racionalização da vida social com o individualismo crescente, como enfatiza Arendt (2001), de que a época moderna faz com que o homem, onde quer que vá, encontre apenas a si mesmo.

A modernidade é, então, o transitório, o efêmero, o contingente. Experiência de tempo e espaço, de si e dos outros, das possibilidades e perigos – unidade de desunidade. É ver o mundo e a si em constante desintegração e renovação, buscando novas realidades.

No Brasil, o projeto modernizador rejeita o passado, com uma ideologia progressista com reformas urbanísticas que transformaram a face das cidades, em um movimento de valorização do novo, com substituições correspondendo à inovação.

Milton Santos (1997) afirma tal fato, ao salientar que os objetos nos servem para atender a finalidades específicas. Isto significa que esses objetos fazem com que o indivíduo crie uma nova relação com o espaço, em que este contém novas acelerações, como forças concentradas para criar o novo, na forma de funcionalidade e fluidez, em que, a cada nova técnica, o espaço é construído sucessivamente.

Ambos, o novo e o velho, estão contidos na história e permanentemente em estado de mudança: apesar das contradições que encerram, convivem lado a lado. No caso dos estacionamentos, o novo substitui o velho, sem função, sem uso. É a modernidade que condiciona junto a si a racionalidade e a funcionalidade.

Isto é: este novo lugar, o estacionamento, não permite ao indivíduo vivenciar o espaço. Ele está ali para realizar alguma tarefa e nada mais, com o lugar tornando-se fantasmagórico ou, como prefere Auge (1994), tornando-se não-lugar, sem identidade, sem relações – é a ausência do lugar em si mesmo.

O que queremos enfatizar é que a presença dos estacionamentos, hoje, no entorno do Jardim Público de Rio Claro, é fato e notório. E ainda mais notório torna-se, ao verificarmos que uma forma é substituída por outra, contendo função, mas sem história, sendo formas-vazias, viúvas da história. História que se apagou com a demolição e a modernidade com a metamorfose de transformar o “antigo” em “velho”. Formas sem sentido em nossas cidades modernas, apinhadas de gente, de automóveis, de coisas para se fazer, se comprar, se vender...

Tornou-se necessário demolir esses casarões para que o novo, no caso, os estacionamentos, pudessem imperar.

Além do que, os estacionamentos, hoje, compõem uma nova paisagem no centro da cidade, isto é, essa fluidez presente no espaço permite que sua paisagem seja constantemente alterada, mudando a organização desse espaço – a paisagem expõe, então, a história do desenvolvimento humano, apreendido diferentemente no tempo e no espaço.

Dentre os quatro Estacionamentos que compõem nossa área de estudos, optou-se por aplicar os questionários em apenas um deles. A justificativa para essa escolha reside no fato de que, dos quatro pontos, três pertencem a diferentes franquias, o que dificultava nossa comunicação junto à gerência dos mesmos, uma vez que os responsáveis não se encontram na cidade e também por possuírem como política interna a não participação em qualquer tipo de pesquisa que, segundo os mesmos, atrapalhem o funcionamento dos estabelecimentos. Proíbem ainda a colocação de panfletos com propagandas nos pára-brisas dos automóveis, cartazes fixados nas paredes ou entregadores de papel no portão de entrada do estabelecimento.

Dessa forma, somente um Ponto não pertence a redes de franquias – o Ponto 3. Assim, para não interferir no funcionamento do estacionamento ou trazer constrangimentos aos usuários, a gerência optou por ela própria aplicar os questionários – de um total de 100, o maior número possível, dentro de um período estipulado.

O questionário aplicado teve como intuito abordar, além da memória dos usuários, qual a opinião dos mesmos quanto aos motivos pelos quais fazem uso do estacionamento frente ao Sistema de Parquímetro, implantado em toda a área central da cidade (vide **ANEXO II – Modelo do questionário aplicado**)²⁵.

Dos 100 questionários aplicados, 58 foram respondidos. De acordo com um funcionário do estacionamento, a opção do usuário em não responder ao mesmo (o que totalizou 42% dos questionários), geralmente vinculava-se a falta de tempo ou até mesmo pelo não comprometimento com o assunto (apesar de que, em momento algum, os mesmos deveriam se identificar).

²⁵ Enfatizamos aqui, que a aplicação desses questionários visou, prioritariamente, abordar os motivos pelos quais os usuários fazem uso do estacionamento frente ao Sistema de Parquímetro e não adentrar na questão do porque esses indivíduos se dirigem ao centro da cidade, seja para fazer uso das atividades comerciais ou qualquer outra atividade aí existente (de acordo com uma funcionária de um dos estacionamentos, a partir da implantação do Parquímetro no centro da cidade, houve maior procura pela vaga de mensalista junto aos estacionamentos, por indivíduos que trabalham na área central).

Enfatizamos que, para uma melhor apresentação de certas informações dadas pelos entrevistados, optamos por classificar os bairros onde os mesmos moram por Região, de acordo com tipologia estabelecida pela Prefeitura Municipal (e desde já salientamos que, para todos os questionários aplicados adotou-se o mesmo critério). E também com relação à profissão declarada pelo entrevistado, as informações serão apresentadas no formato de tabela, para melhor compreensão e análise (vide **ANEXO III**, sobre a regionalização dos bairros de Rio Claro).

Uma visualização dos mesmos pode ser visto pelo **Mapa 2**.

Um perfil dos usuários pode ser observado nas figuras a seguir:

Figura 12

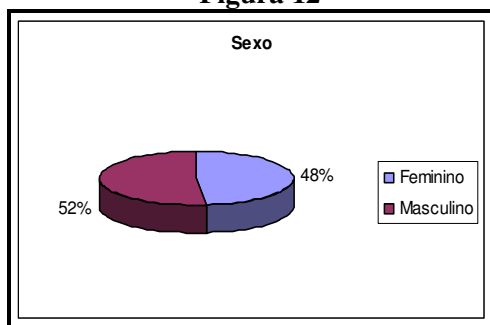
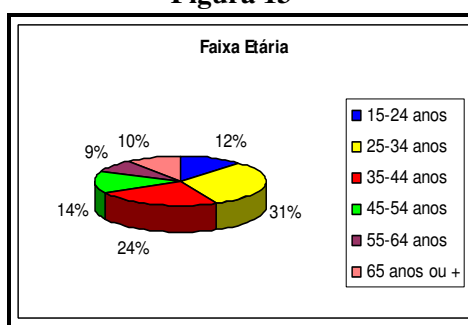


Figura 13



Fonte: Pesquisa indireta
Organização: NATIVIO, 2008.

Figura 14

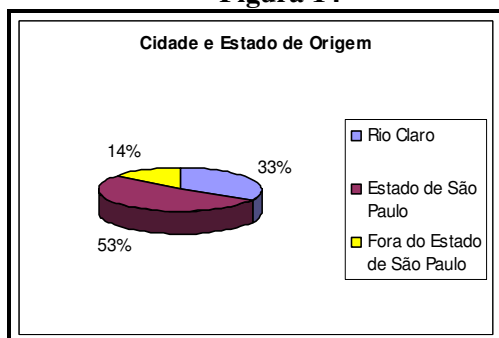
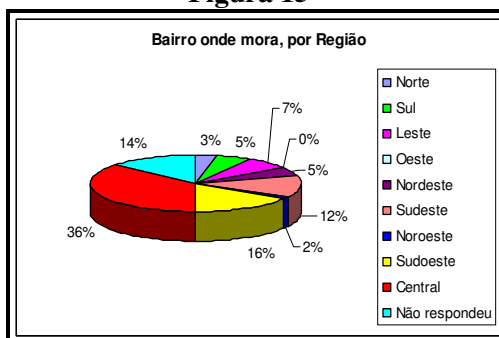
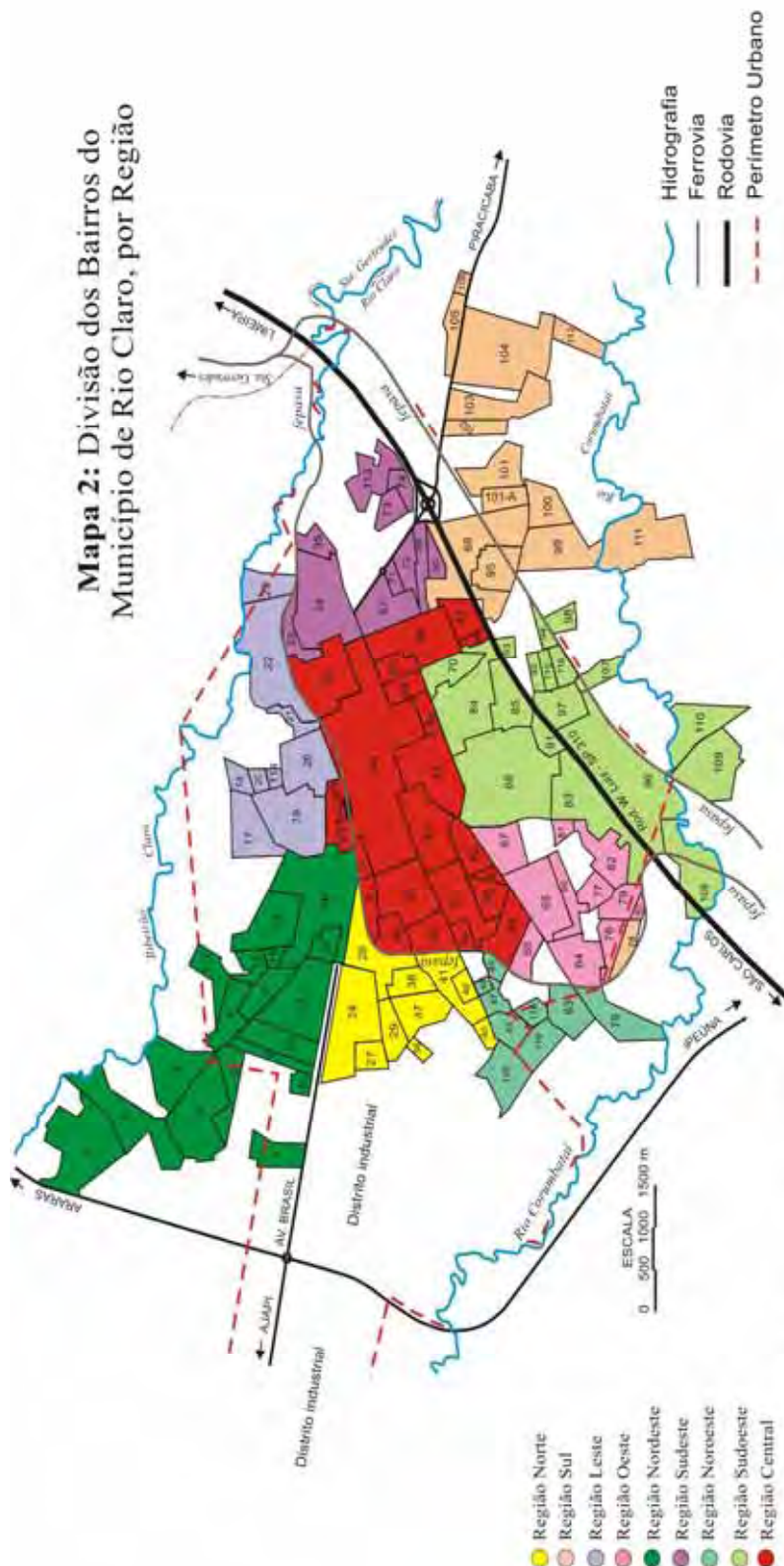


Figura 15



Fonte: Pesquisa indireta
Organização: NATIVIO, 2008.

Mapa 2: Divisão dos Bairros do Município de Rio Claro, por Região



- | | | | | | | |
|------------------------------------|------------------------------|---------------------------------|----------------------------|-----------------------------------|----------------------------------|------------------------------|
| 1- Residencial Florence | 19- Vila Indaia | 37- Parque das Indústrias | 55- Bairro São Bernardo | 73- Jardim Kennedy | 91- Jardim São Paulo II | 100- Jardim Esmeralda |
| 2- Conj. Recreio das Águas Claras | 20- Jard. N. Sra. da Saúde | 38- Jardim Indígena | 56- Bairro da Consolação | 74- Jardim Anhangüera | 92- Vila Anhangüera | 110- Jardim Bom Sucesso |
| 3- Parque Mãe Preta | 21- Vila Horta Floresta | 39- Jardim Primavera | 57- Bairro do Estádio | 75- Jardim Boa Vista | 93- Jardim Novo Horizonte | 111- Jardim Nova Rio Claro |
| 4- Vila Industrial | 22- Vila Paulista | 40- Jardim Primavera e Expansão | 58- Jardim Cidade Azul | 76- Jardim Penorana | 94- Jardim Paulista | 112- Parque São Conrado |
| 5- Conj. Resid. de I.S. Vila Verde | 23- Jardim Condor | 41- Jardim Ipanema | 59- Jardim Olinda | 77- Jardim Paulista II | 95- Jardim Ipanema (COHAB) | 113- Jardim São Conrado |
| 6- Vila São Miguel | 24- Jardim Floridiana | 42- Jardim Chervizon | 60- Vila Elizabeth (BNH) | 78- Jardim Panorâmica Complement. | 96- Chácara São Pedro | 114- Jardim Itapua |
| 7- Parque dos Eucaliptos | 25- Jardim do Ipir | 43- Vila Operária | 61- Jardim Alto do Santana | 79- Jardim das Palmeiras | 97- Jardim Conselheiro | 115- Jardim N.S. Saúde II |
| 8- Jardim Parque Residencial | 26- Bairro Cidade Nova | 44- Zona Central | 62- Vila Santa Terézinha | 80- Jard. Cap. Plenas Expans. | 98- Nova Venezia | 116- Res. Dos Bosques |
| 9- Jardim Village | 27- Jardim Santa Clara | 45- Parque São Jorge | 63- Jardim Santa Maria | 81- Jardim Matheus Mansero | 99- Jardim Rosa das Palmeiras | 117- Res. Benjamin de Castro |
| 10- Conj. Hab. Arco Íris (CECAP) | 28- Vila Martins | 46- Chácara Boa Vista | 64- Recanto Parelho | 82- Jardim Res. Santa Eliza | 100- Jardim Esmeralda | 118- Res. São João |
| 11- Vila Criação | 29- Jardim Hipódromo | 47- Jardim São João | 65- Parque Universitário | 83- Grande Regina | 101- Jardim Guarábára | 119- Res. das Flores |
| 12- Jardim Bandeirante (COHAB) | 30- Vila Salgueiro | 48- Jardim São Caetano | 66- Jardim Wenzel | 84- Cidade Claret | 101-A- Jardim Guarábára II | 120- Jardim Progresso |
| 13- Vila Nova | 31- Vila Aparecida | 49- Jardim Azul | 67- Jardim Boa Vista | 85- Jardim Mirassol | 102- Vila Roraima | |
| 14- Jardim América | 32- Bairro da Saúde | 50- Jardim Kerani | 68- Jardim São Paulo | 86- Jardim Shangailá | 103- Jardim Novo II | |
| 15- Vila São José | 33- Vila Santo Antônio | 51- Vila Santa Helena | 69- Vila do Rádio | 87- Jardim Rio Claro | 104- Recanto Conquista Vila Rica | |
| 16- Vila Azeite | 34- Cidade Jardim | 52- Bairro Santa Cruz | 70- Jardim Claret | 88- Chácara Luisa | 105- Recanto São Carlos | |
| 17- Vila Boa Vista | 35- Jardim Resid. Copacabana | 53- Bairro Santa Cruz | 71- Bairro Olímpico | 89- Jardim Quarentena | 106- Jardim Maria Cristina | |
| 18- Jardim Vila Bela | 36- Conj. Hab. Boa Esperança | 54- Bairro Boa Maria | 72- Município | 90- Jardim dos Trevo | 107- Jardim Sigal | |
| | | | | | 108- Novo Jardim Wenzel | |

Des. Gilberto Dinizque
Organização: NATIVO, 2008.

Tabela 1 - Profissão declarada pelos entrevistados

Profissão Declarada	Quantidade	Profissão Declarada	Quantidade
Geólogo	1	Manicure	1
Dona de Casa	1	Corretor de Imóveis	1
Estudante	5	Secretaria	3
Dentista	3	Empresário	2
Mecânico	1	Motorista	2
Autônomo	2	Vendedor	1
Veterinário	1	Escriturário	1
Aposentado	7	Carteiro	1
Comerciante	8	Contador	1
Costureira	1	Auxiliar de Escritório	1
Biólogo	1	Administrador	1
Professor	2	Operador de Caixa	2
Bancário	1	Não respondeu	4
Advogado	3		

Fonte: Pesquisa indireta

Organização: NATIVIO, 2008.

Quando indagados sobre os motivos pelos quais preferem fazer uso de um estacionamento ao invés do Sistema de Parquímetro, 50% dos usuários apontaram a questão da segurança, os estacionamentos oferecem vantagens frente ao fato de o automóvel ficar estacionado nas ruas e avenidas da cidade que, além de não possuírem espaço para isso, correm o risco de furto ou qualquer outro tipo de acidente. Além disso, os estacionamentos, quanto a essa questão da violência, oferecem um outro atrativo, que é o seguro contra roubo, já incluso no valor pago pelo usuário no total de horas utilizadas.

Geralmente, o preço é fixado por hora, com um pequeno acréscimo para cada hora excedente, com diferenciação entre automóveis e motocicletas (hoje, há preço estabelecido até mesmo para a guarda de bicicletas, pois devido ao número insuficiente de bicicletários no centro, são alvo de furtos constantes e diários).

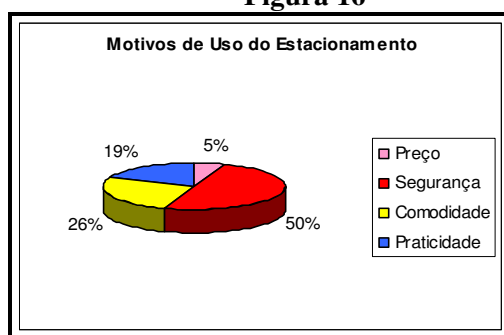
Esses estacionamentos, além de funcionarem durante o expediente comercial, também funcionam aos finais de semana à noite (principalmente sextas-feiras e sábados) devido aos estabelecimentos de entretenimento que existem nas proximidades, como clubes, danceterias, bares, lanchonetes e restaurantes.

Outro motivo apontado pelos usuários, está na comodidade que o estacionamento oferece (26%), pois ao utilizar o Sistema de Parquímetro, há preocupação quanto ao período de tempo do *ticket* emitido, que é de uma hora. Ao ultrapassar esse período, se o *ticket* não for renovado, o motorista é multado.

Dessa maneira, o estacionamento, aparece como uma alternativa de “despreocupação”, pois o usuário deixa seu automóvel na hora em que quiser e volta quando terminar de desenvolver suas atividades (desde que dentro do prazo de funcionamento do estabelecimento) e paga o valor pelas horas utilizadas.

O motivo preço foi o menor apontado pelos usuários, visto a baixa variação entre os diferentes estacionamentos, e até mesmo com relação ao Sistema de Parquímetro.

Figura 16



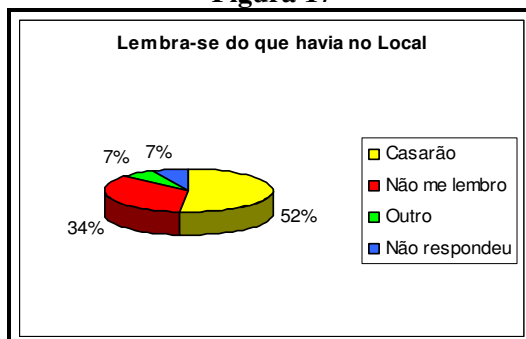
Fonte: Pesquisa indireta

Organização: NATIVIO, 2008.

De acordo com os usuários, o Sistema de Parquímetro, além de não oferecer nenhuma segurança ao motorista e, ao mesmo tempo, ser motivo de preocupação, pois há um período de tempo determinado a ser cumprido, o valor recolhido pelo mesmo não é revertido para a cidade, possui um valor elevado e é mal administrado.

Para os entrevistados, os estacionamentos aparecem, assim, como uma alternativa frente à violência constante nas cidades, sinal de melhoria e progresso no meio urbano.

Os usuários também foram indagados com relação à memória urbana, quando nos reportamos à questão se os mesmos se lembravam do que havia no local, antes de ser transformado em um estacionamento. Dos 58 questionários respondidos, 52% alegaram se lembrar de que no local, antes, existia um casarão e 34% responderam não se lembrar, fato que pode ser atribuído ao elevado número de usuários que não residem na cidade e fazem uso esporádico do estabelecimento ou que se mudou de outra cidade ou Estado para cá há pouco tempo, o que pode ser notado no Gráfico – Cidade e Estado onde Nasceu, em que 53% dos usuários responderam no Estado de São Paulo, em cidades variadas.

Figura 17

Fonte: Pesquisa indireta
Organização: NATIVIO, 2008.

Quando se pediu a opinião dos mesmos sobre a transformação verificada, as respostas foram as mais diversas, tanto prós quanto contra o fato.

Muitos responderam que preferiam não comentar sobre a questão, com expressões como “nada a declarar!”, “não gosto nem de comentar!”, “não sei” ou “prefiro ser neutro neste assunto!”, o que denotou não a falta de interesse no assunto, mas sim, falta de maior conhecimento sobre o fato em si.

Parte dos usuários se colocou a favor da transformação, alegando que a mesma foi sinônimo de progresso e modernização na cidade. De acordo com um deles, “do jeito que estava o casarão, foi melhor assim, pois as coisas têm que ser cuidadas”. Frente à alegação de que o estacionamento significou um progresso no meio urbano, a aparência abandonada do casarão não contribuía em nada para a paisagem urbana – “ficou melhor, pois a casa estava muito velha” ou “esse é um processo natural pelo qual passam as cidades hoje”.

Aliado a essa alegação, um usuário respondeu que “tudo o que não é preservado tem que ser transformado!”. Fato notório e presente no entorno do Jardim Público da cidade, pois de acordo com a declaração de um usuário, “o estacionamento caiu muito bem para todos os motoristas e, principalmente para o centro da cidade”.

Porém, muitos usuários se colocaram contra a transformação, indagando que “foi uma pena ter demolido o casarão, pois era um patrimônio”, “a casa estava muito velha, mas foi uma pena ter sido demolida” ou “foi um fato muito triste para a história da cidade”. Pôde-se notar que, parte desses usuários compõe a faixa etária entre 45-54, 55-64 ou 65 anos ou mais e participaram das constantes transformações pelos quais passou a cidade como um todo.

Muitos usuários também se colocaram em dúvida quanto à questão, enfatizando que a mesma trouxe, ao mesmo tempo, benefícios e desvantagens para a cidade – “fiquei triste por

ter perdido um patrimônio na cidade, mas por outro lado, ficou bom pelo estacionamento” ou, como sintetizou um usuário, “foi bom para a segurança dos motoristas, mas uma perda enorme para a história de Rio Claro”. São opiniões que se convergem e contradizem entre o chamado progresso e a existência de possíveis patrimônios da cidade.

O que chamou a atenção em dois questionários respondidos foi o fato de que, os usuários tendo nascido em outra cidade e vindo estabelecer residência em Rio Claro há poucos anos, alegaram se lembrar do que havia no local antes de ser transformado em estacionamento, não pelo fato de ter visto imagens ou qualquer outro tipo de material visual do mesmo, mas sim, porque “ouviram falar do casarão”.

De acordo com um desses usuários, foi através de uma colega de trabalho que soube o que havia no local – “não morava em Rio Claro na época, mas uma colega de trabalho me falou sobre a história da casa, que queriam tombar e que amanheceu queimada da noite para o dia, com a notícia em todos os jornais da cidade”.

Isto denota que é a memória urbana gravada na lembrança daqueles que a viram ou, simplesmente, “ouviram falar”, que também permitem que uma parte esquecida da história da cidade permaneça viva.

3.2. Memória Urbana: laços sociais versus a perda de identidade

Como salientamos anteriormente, a modernidade transforma os lugares, sendo sinônimo de presente e aponta o futuro, o novo, que rejeita muitas vezes o tradicional e invoca o funcionalismo. O ser moderno é transformar contemporaneamente os lugares em um mundo que não é mais aquele do passado. O tecnicismo coloca a nostalgia como um sentimento inútil, porém esta é inerente ao ser humano. Então, como uma sociedade marcada pela técnica caracteriza a memória?

A memória, do ponto de vista médico, é uma categoria biológica e psicológica que diz respeito à capacidade de armazenagem e conservação de informações no cérebro.

O termo tem sua origem etimológica no latim e significa a faculdade de reter e/ou adquirir idéias, imagens, expressões e conhecimentos adquiridos anteriormente, reportando-se às lembranças e reminiscências.

Na Grécia antiga, a memória conferia imortalidade ao ser humano, sendo personificada pela deusa *Mnemosyne*, que fazia do que passou o sedimento do presente e esteio do futuro. Sua filha, *Clio*, representava a História, seiva da eternidade e antídoto do esquecimento – ao mesmo tempo em que servia de alimento da memória, também a destruída (DELGADO, 2006).

O passado não pode ser destruído, pois sua destruição conduz ao silêncio. Destrói-se, então, sua forma física, mas não sua concretização na memória dos indivíduos.

Assim, a memória atua como conservação do passado através da lembrança, que é a sobrevivência do passado, possuindo assim caráter pessoal, familiar, grupal e social, refazendo-se continuamente, pois, como se diz na linguagem popular, “nunca se lê um livro duas vezes com os mesmos olhos!”. A memória, assim, é a arca de todas as coisas, retroagindo no tempo, buscando as origens do que se deseja.

Diversos estudos fizeram referência à compreensão do que seria a memória, seus mecanismos de funcionamento e a relação que estabelecem com o desenvolvimento cotidiano dos homens. Destacaram-se as idéias de:

- Bérghson: memória como função decisiva na existência, em uma relação do corpo presente com o passado. A conservação de estados psíquicos já vividos, isto é, a memória, levaria o sujeito a reproduzir formas de comportamento que já deram certo, em que a lembrança parte de um chamado do presente.

- Halbwachs: inseparabilidade do tempo e espaço na memória, isto é, o tempo da memória se concretiza quando encontra a resistência – memória como reconstrução de contextos sociais reais, individuais ou coletivos.

- Benjamin: memória como a capacidade épica, isto é, capaz de resgatar a aura do passado.

- Proust: memória pode ser voluntária, quando determinada por quem a lembra, ou involuntariamente, quando imagens e sensações do passado ocorrem ao acaso.

- Freud: memória como proteção das impressões, conservação²⁶.

Então, a memória articula a História com a vida cotidiana, em uma recomposição constante de dados, porém, permeada pelas ideologias que compõe determinada época.

Seus múltiplos significados referem-se a:

- Releitura de vestígios comportamentais, mentais, de valores;
- Retenção de elementos pertinentes a conhecimentos já adquiridos;
- Nexos entre o presente e experiência vivida, com a evocação do passado pela lembrança, afirmando identidades;
- Atualização do passado no eterno presente, em uma seleção entre o lembrar e o esquecer-se;
- Reconhecer espaços perdidos e reencontrados, além da experiência individual de vida, relacionada a conteúdos históricos sociais (DELGADO, 2006).

Inúmeros autores avaliaram a questão da memória e sua relação com a paisagem urbana. Nas colocações de Lefébvre (2006, p.47), “a cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas”.

Isto é, a memória mediatiza as transformações espaciais, feitas de clarões e fragmentos particulares, em uma insólita pertinência do tempo, em que o indivíduo vivencia sua cidade e a história dessa, com relação aos seus arredores e os elementos que este contém.

Isto significa que os indivíduos estabelecem ligações com as formas urbanas, seja em decorrência do passado histórico, seja por experiência – ter ouvido histórias, observado imagens, na leitura de um livro ou jornal.

²⁶ Com relação à memória e seus mecanismos de funcionamento, as idéias resumidamente apresentadas dos diferentes pesquisadores podem ser encontradas em BOSI, 2003.

Assim, a forma liga-se ao uso, à identidade e à memória: memória e espaço formam um laço social, com caráter identificador, em que o indivíduo se reconhece e define, ou seja, a memória pode, ao mesmo tempo, aproximar e retroceder o tempo, pois este é social.

Desse modo, o presente fundamenta-se no passado, em que a lembrança manifesta-se por meio de imagens-lembrança. Ou seja, o sentido dos lugares é criado por relações, referenciais, sentidos e usos da forma. Apoiada em imagens espaciais, a memória possibilita uma união dialética entre passado, presente e futuro, além de sua essencialidade residir na relação com a variável temporal, necessária para o desenvolvimento de nossa existência.

A consciência atrelada à memória, com apreensões instantâneas do real – contrai passado e presente em momentos diferentes de duração, em um processo rítmico de sobreposições que vêm à tona quando necessário.

Então, história e memória evitam que o ser humano perca referências fundamentais nas construções das identidades, isto é, o homem se auto-reconhecendo como sujeito de sua história. E atrelada ao tempo, a memória torna-se ponte de ligação integrando a própria temporalidade em movimento – tempo, memória, espaço e história caminham juntos, pois permitem registros do passado, afirmação de identidades e construções dinâmicas da história das cidades.

Cabe a ressalva, todavia, de que não podemos deixar de considerar que o homem, enquanto sujeito de sua própria história e da história do espaço em que vive, esbarra em interesses do capitalismo que, solidificado, possui respaldo político. Isto é, a cidade enquanto espaço social compreende planos econômicos para a realização da produção do capital.

Com isso, cabe a indagação a respeito de que, na cidade, a quem interessa a manutenção e o resguardo da memória e da identidade de um lugar que sofre intervenções diretas dos promotores imobiliários e do próprio poder público, provocando uma total transformação com a perda desses referenciais e sua nova produção enquanto mercadoria consumível.

Peixoto (2004) e Paes-Luchiari (2005) expressam outras idéias sobre essas questões. Para Peixoto, a memória não pode ser vinculada unicamente ao passado, mas sim aos vestígios da história.

O que quer dizer que o indivíduo tem que ter estado presente em determinada época ou momento, e em determinado espaço, para ter lembranças do mesmo. Essa memória pode

ser tanto herdada do passado, como construída e projetada no futuro (este é o “contar histórias”, que Bosi²⁷ evoca em suas obras).

Contudo, esses autores expressam idéias diferentes frente aos demais que analisam a questão da memória e, dentre eles, não podemos deixar de citar Maurice Halbwachs. Para ele, memória e história não podem ser julgadas separadas, são interdependentes, pelo simples fato de que história é tempo e somente a memória tem a capacidade de transitar entre os diversos tempos. E, além disso, ambas conferem identidade a quem recorda e conferem-lhe significados. Contudo, frisa que memórias, mesmo as individuais, pertencem a um quadro em que outras pessoas estiveram presentes, podendo essas senti-las com a mesma intensidade ou não.

Nas palavras do próprio autor,

[...] não é exato dizer que, para lembrar, é preciso que nos transportemos em pensamento fora do espaço, pois ao contrário é justamente a imagem do espaço que em função de sua estabilidade, nos dá a ilusão de não mudar pelo tempo afora e encontrar o passado no presente – mas é exatamente assim que podemos definir a memória e somente o espaço é estável o bastante para durar sem envelhecer e sem perder nenhuma de suas partes.²⁸

Assim, nem todas as cidades contam o seu passado, mas todas o contém – passado e futuro, memória e utopia – contidos no presente da cidade. Para Côrrea (2000), isso denota que, como um produto social resultado do trabalho social que transforma a natureza, a cidade guarda em si o passado, do qual emerge o presente, que condiciona o futuro.

Portanto, compreender a cidade significa compreender seus usos, suas diversidades e seus diferentes tempos. Le Goff (1990) salienta este fato, afirmando que “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro” (p.477).

O passado depende do presente, ou seja, é apreendido no presente, pois história é duração. O que significa compreender o presente pelo passado e o passado pelo presente. Então, nossa memória não se apóia na história apreendida, mas sim, na história vivida.

Com isto posto, que análise podemos apreender de nosso objeto de estudo, o entorno do Jardim Público, com a substituição de casarões por estacionamentos na área central de Rio

²⁷ 1994.

²⁸ Id., 2006, p.188.

Claro, área esta adensada, modernizada e diversificada, que acompanha a evolução técnica pela qual passa a sociedade? Essa área que contém tempos diferentes que se fazem presentes no mesmo espaço. O espaço central é também simbólico? Como fazer então a leitura dessas diferentes contradições?

A modernidade não pode aceitar o passado, pois aceitá-lo seria o mesmo que perder a razão. A técnica vai moldando a paisagem e a substituição das formas urbanas passa, muitas vezes, a ser sinônimo de inovação.

Le Goff²⁹ enfatizou que o passado só é rejeitado quando a inovação é considerada inevitável e socialmente desejável. Porém, as novas paisagens vão se consolidando nas cidades modernas. Proliferam-se os viadutos, autopistas, estacionamentos, conjuntos residenciais elitistas populares. É a paisagem urbana contemporânea sendo devastada por uma forte tendência homogeneizante: sabemos que não é em todos os lugares que o passado é rejeitado ou desaparece, a diferenciação e homogeneização em seus diferentes níveis dão os conteúdos dos diversos lugares.

Esta argumentação é coerente em nossa pesquisa, principalmente por tudo o que já salientamos anteriormente com relação ao papel do Estado, dos promotores imobiliários e da sociedade civil junto à história da cidade: a classe dominante mascara as histórias remanescentes de um local, de sua identidade, produzindo uma sociedade sem apego ao passado, todavia, não sem história, mas impossibilitada de um contato com esta, pois como salientado por Certeau, Giard e Mayol (1996, p.201), “se o evento é aquele que se conta a cidade não tem história, ela só pode viver se preservar todas as suas memórias”.

Desta forma, o centro da cidade deve ser visto como um espaço simbólico, como uma memória coletiva que conta a história de sua sociedade e o espaço por ela produzido, valorizando a herança histórica da cidade. Ainda mais por seu Jardim Público. No caso do centro da cidade de Rio Claro surgem novas questões. Onde está sua história? Se o lugar em que se vive vai tendo seu passado solapado, sem referências, sem especificidades, como não perder sua identidade?

Ou seja, observa-se que tanto o poder público local quanto os promotores imobiliários são omissos na área em questão no que diz respeito à manutenção da forma e referenciais urbanos. Pois são dois agentes que estão produzindo e reproduzindo este espaço constantemente, enquanto simples mercadoria que pode ser comprada e vendida

²⁹ 1990.

indistintamente, fragmentando o espaço e fracionando as relações de sociabilidade, além da memória e da identidade do lugar.

Assim, compreender a história das transformações pelas quais passam as cidades significa compreender a memória de seus usos em um diálogo entre passado e presente, e um processo de recuperação, como possibilidade. Em Rio Claro nunca houve uma preocupação com a preservação do que poderia ser patrimônio histórico, artístico e arquitetônico da área. Porém, para isso devemos adentrar na questão do que significa um patrimônio, sua instituição e preservação.

Hoje, passamos e continuaremos passando pelo processo de eliminação da paisagem herdada – basta verificar que, entre os anos de 2005 e 2006, mais uma casa³⁰ foi demolida no entorno do Jardim Público e em seu lugar instituiu-se mais um estacionamento.

Diante deste fato, nos questionamos sobre o que restará de nossa história, ou melhor, de nossa paisagem.

O homem vive no intervalo entre passado e futuro, em que o tempo não é um *continuum*, mas partido ao meio. As cidades são um produto do tempo e é nela que este se torna visível.

É a existência das diferenças que implica em modos de usar o tempo e o espaço. Porém, hoje, novas contradições são impostas – as relações espaço-tempo transformam-se pelas imposições dadas pela reprodução do capital – o espaço é distância e o tempo, aceleração.

Para Carlos (2001, p. 59),

[...] o momento atual transformou as relações espaço-tempo a partir das necessidades impostas pela reprodução do capital, na medida em que a técnica é, cada vez mais, uma força produtiva que transforma o espaço em distância e o tempo enquanto duração, aceleração técnica, como uma necessidade de superar a crise do capitalismo [...].

Assim, novas dinâmicas se formam com a mutação do espaço e o tempo sem substância – transformam-se em quantidade e esvaziam-se de significado, tornam-se abstratos, mas com nova identidade: empobrecem-se as relações sociais e impera o mundo da mercadoria pela reprodução do capital. É a cidade reduzida ao econômico.

³⁰ Localizada na Avenida 2 entre as Ruas 3 e 4.

O Jardim, hoje, é para ser consumido economicamente, está lá por estar, os indivíduos transitam sem presenciá-lo, se puderem evitá-lo, então, certamente o farão, ainda mais durante a noite, quando a iluminação é parca e a segurança, nenhuma.

Entretanto, ainda existem aqueles “antigos” habitantes³¹ que se sentam todas as manhãs para jogar conversa fora. A “vida” nesse local ainda existe, mas não com o mesmo sentido de antes.

Dessa forma, para traçar parâmetros entre as relações espaço-tempo e memória³², aplicou-se questionários junto à população que transita pelo Jardim Público, pois para abordar a memória de determinado lugar, tem-se que trabalhar em uma simultânea recuperação da história do e no lugar, pelo fato de que a memória urbana é multifacetada, ou seja, nem sempre é motivada por razões identitárias, visto que a imagem urbana é uma mercadoria que pode e gera lucro.

Porém, a memória urbana é hoje um elemento de extrema importância na constituição da identidade de um lugar – é a dinâmica da vida pessoal em conexão com processos coletivos.

São os relatos urbanos, pela memória que não tem mais lugar, que acrescentam à cidade visível, as “cidades invisíveis” de que nos fala Ítalo Calvino.

Então, recuperar a história, a tradição, a memória e o sentido de identidade que tudo isso engendra é parte das ações que devem ser tomadas não somente pelo poder público, mas também pela iniciativa privada e a sociedade civil como um todo.

Para tanto, aplicamos um total de 400 questionários (em uma proporção de 100 para cada estacionamento), no período de março a maio de 2008, durante o período de funcionamento do comércio, ou seja, das 9h às 18 h (enfatizamos de antemão que, apesar de trabalharmos com 5 pontos, em um deles optou-se por não aplicar o questionário, visto que o estacionamento foi vendido durante esta pesquisa e em seu lugar ergueu-se uma rede de farmácia, como abordaremos no momento oportuno).

Assim, nos posicionamos no lado do Jardim Público, mas sempre direcionados para o estacionamento que queríamos verificar. Quando abordadas, inúmeras pessoas demonstravam

³¹ Antigos, não no sentido de velhos ou idosos, mas naquele dos que vivenciaram a cidade, e ainda com uma alma jovem. Segundo dados da Fundação SEADE, para o ano de 2008, Rio Claro possui uma população de mais de 60 anos, que perfaz 12,44% da população, sendo o índice de envelhecimento no referido ano de 60,79%. Está assim, entre as cidades que lideram o ranking de número de idosos no país.

³² Como uma construção sobre o passado, atualizada e renovada no tempo presente.

resistência para responder, mas outras o faziam de pronto atendimento, argumentando a importância que viam em analisar a cidade.

Portanto, para analisarmos os questionários aplicados e o faremos ponto por ponto, ressaltamos que sempre iniciamos as análises com as informações básicas do entrevistado, como sexo; faixa etária; cidade e estado onde nasceu; bairro onde mora e profissão.

Argumentamos mais uma vez que, para uma apresentação mais nítida sobre as informações dadas pelos entrevistados com relação à profissão, optou-se por analisar a mesma por meio de tabela, ao invés de representação gráfica. Em com relação ao bairro onde o entrevistado mora, optou-se por classificar os mesmos por Região, conforme as determinadas pela Prefeitura Municipal (vide **ANEXO III** e vide também **Mapa 2**, na página 72):

Desse modo, para cada bairro apresentado pelo entrevistado, o classificamos de acordo com a regionalização municipal e o inserimos em gráfico.

Ademais, os entrevistados foram questionados com relação ao número de vezes por semana em que circulam pelo Jardim Público; por quais motivos transitam e se se lembravam do que havia naquele local antes deste ser transformado em estacionamento (vide **ANEXO IV** – Modelo de questionário aplicado).

Enfatizamos aqui também que, com relação aos motivos pelos quais o entrevistado transitava pelo Jardim, o mesmo tinha a opção de escolher mais de uma alternativa, portanto, optou-se por representar essas informações no formato de tabela e não graficamente.

A seguir, apresentamos as informações coletadas com a aplicação dos questionários e a análise dos mesmos com relação à memória urbana e, para tal, o faremos ponto por ponto, de acordo com o estabelecido para nossa pesquisa.

A análise será iniciada sempre com um perfil básico dos entrevistados, seguido de uma compreensão sobre os motivos pelos quais transitam pelo Jardim e finalizando com nosso objetivo principal, que é compreender o papel da memória urbana para a população.

Figura 18: Delimitação do Ponto 1

85

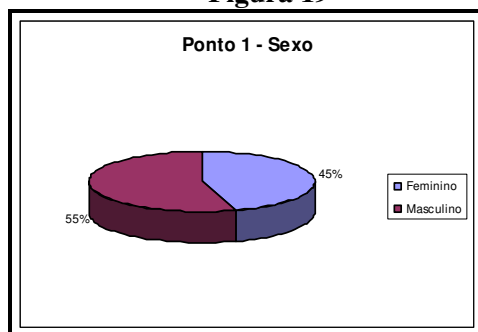
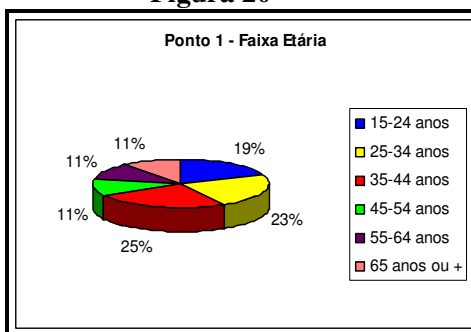
Ponto 1:

Data de construção - 1948

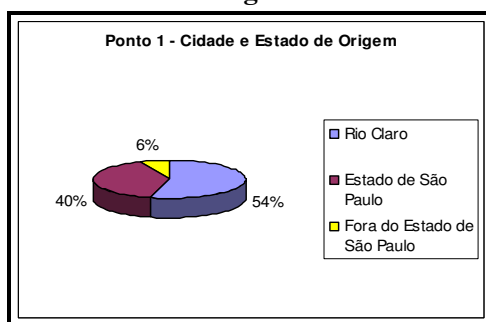
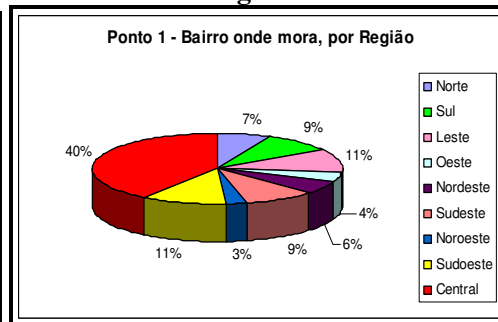
Data de demolição - Década de 1980



*Crédito Imagens: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro e NATIVIO, 2007.
Organização: NATIVIO, 2008.*

Figura 19**Figura 20**

Fonte: Pesquisa Direta
Organização: NATIVIO, 2008.

Figura 21**Figura 22**

Fonte: Pesquisa Direta
Organização: NATIVIO, 2008.

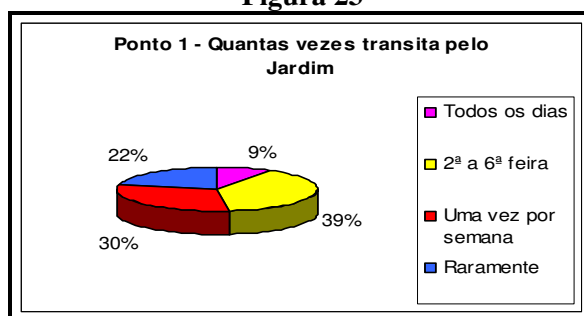
Tabela 2 - Profissão declarada pelos entrevistados que transitavam pelo Ponto 1

Profissão Declarada	Quantidade	Profissão Declarada	Quantidade
Secretaria	3	Operador de Caixa	2
Vendedor	8	Metalúrgico	1
Estudante	12	Biólogo	2
Contador	3	Fisioterapeuta	2
Bancário	5	Advogado	2
Comerciante	10	Enfermeiro	2
Manicure	2	Eletricista	1
Professor	9	Pedreiro	1
Dentista	5	Taxista	2
Geólogo	1	Recepcionista	2
Segurança	1	Farmacêutico	1
Operador Telemarketing	2	Engenheiro	2
Marceneiro	1	Gerente de Vendas	1
Mecânico	3	Encanador	1
Médico	3	Jornalista	1
Pedagoga	2	Administrador	2
Costureira	4	Analista de Sistemas	1

Fonte: Pesquisa Direta
Organização: NATIVIO, 2008.

Após indagarmos sobre essas informações, perguntamos aos entrevistados quantas vezes por semana e por quais motivos transitavam pelo Jardim.

Figura 23



Fonte: Pesquisa Direta
Organização: NATIVIO, 2008.

Como pode ser averiguado pelo gráfico acima, 39 entrevistados alegaram que transitam pelo Jardim de 2ª a 6ª feira, fato que pode ser correlacionado principalmente com o motivo trabalho.

Dos que alegaram transitar ao menos uma vez por semana – 30 entrevistados, esses geralmente o fazem pelo comércio, serviços e a existência dos diferentes bancos no entorno e proximidades do Jardim. Já os que disseram que raramente transitam (22 entrevistados), informaram que o fazem, principalmente, pelo uso do comércio e dos bancos; e os que alegaram o motivo diversão, são aqueles senhores os quais já abordamos anteriormente, que se reúnem no Jardim de 2ª a 6ª feira e, algumas vezes aos sábados e domingos, no grupo de seresteiros.

Tabela 3 - Motivos pelos quais os usuários transitam pelo Jardim

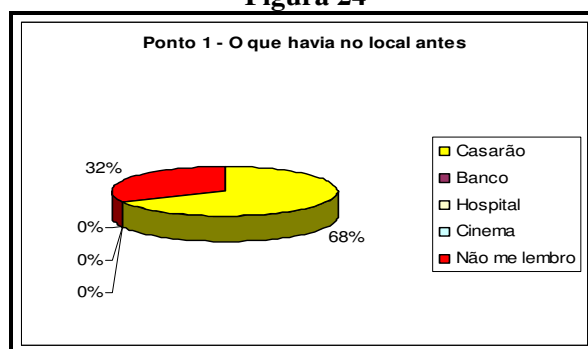
Motivos pelos quais transita pelo Jardim Público	Nº. de respostas dadas
Trabalho	34
Comércio	27
Serviços	27
Diversão	6
Estudos	7
Banco	36
Outros	0

Fonte: Pesquisa Direta
Organização: NATIVIO, 2008

* : Os entrevistados tinham a livre decisão de optar por mais de um motivo.

De posse dessa resposta, atingimos o objetivo da aplicação de nosso questionário: a memória urbana.

Figura 24



Fonte: Pesquisa Direta
Organização: NATIVIO, 2008.

Dos 100 entrevistados, 68 deles se lembraram de que no local, antes de transformar-se em um estacionamento, havia ali “A Toca”, um famoso Bar e Restaurante que era freqüentado por inúmeras pessoas, como local de descontração e encontro entre amigos.

Alguns entrevistados disseram ser aquele um local de encontro amigável, um lugar que era de todos e onde cada um podia expor sua opinião. De acordo com um entrevistado, era um “local de intelectualidade” –

“Nós falávamos sobre política, futebol, os problemas da cidade, tomando alguma bebida e sempre de forma descontraída. Onde acontece isso em Rio Claro, hoje?”.

Inúmeros outros alegaram ter freqüentado o local e feito amizades que perduram até os dias de hoje e o sentimento de saudosismo e, sobretudo, o lamento, parece ser parte desses discursos: muitos não hesitaram em contar histórias, fatos, lembranças que viveram e presenciaram ali. Lembranças que, segundo uma entrevistada –

“Parece até que foi ontem que eu vinha aqui nesse lugar todos os sábados e, quando conseguia convencer meu pai, até no domingo à tarde eu dava uma passadinha!”.

E a tristeza com que iam revelando essas lembranças também era aparente –

“Era um tempo bom que não volta mais, menina. Hoje, para sair de casa tem que se pensar duas vezes tamanha a violência. E na época da Toca, a gente podia sair à noite sem medo, podia andar pelo Jardim, que dava gosto. Hoje, eu ando no Jardim, mas de dia, que sei que tem policial ali, porque tem bastante gente... Mas antes, antes não... A gente podia

andar aqui a noite sem medo, e até quem vinha na Toca, quando estava muito cheio lá dentro, ficava aqui no Jardim, paquerando, admirando...”

“No tempo da Toca”, este trecho de um dos depoimentos nos leva a refletir sobre a forte representação que tem esta forma-conteúdo para a memória coletiva. “A Toca” de fato é um elo forte entre passado-presente que ao desaparecer da paisagem do centro de Rio Claro, foi capaz de gerar uma ruptura e uma quebra na identidade do lugar.

Foram inúmeros depoimentos que, se todos transcritos aqui, serão até mesmo demasiados, pois todos enfocam um mesmo sentimento: a saudade e até mesmo a falta de sociabilidade que praticamente não existe mais no centro da cidade hoje.

O que mais nos chamou a atenção nesses relatos foi o que um dos entrevistados disse – *“Eu lutei para tombar a Toca, sabia? Mas, não deu em nada, né... Veio um pessoal de São Paulo pra cá, que trabalhava com essas coisas, pra ver se a gente conseguia colocar na cabeça do prefeito e das pessoas que queriam comprar a propriedade, que isso era do povo, era onde o povo se reunia, dava risada, bebia, mas se controlava. E era um lugar que não tinha diferença, todo mundo podia vir. Mas deu tristeza, porque além de ninguém na Prefeitura ter apoiado, o próprio dono preferiu vender. É o medo, né... De que o negócio não desse mais certo, e acabou decidindo que vender era o melhor negócio, ele saía no lucro e o pessoal do Banco também, só que a gente ficou a ver navios!”*.

Para muitos dos entrevistados hoje, resta a memória que, para os mesmos, está muito bem guardada e até mesmo alegaram que lamentam que a juventude de hoje não possa ter um local de confraternização, onde possam sentar, conversar sobre assuntos diversos, possam se olhar, enfim se sociabilizar –

“Olha, eu adorava vir na Toca e meu pai deixava, porque minha irmã mais velha vinha comigo, pra namorar. Mas eu vejo minha neta hoje. Outro dia fui buscar ela num clube e meu Deus... Uma barulheira e perguntei pra ela como ela conseguia enxergar as pessoas lá dentro, de tão pouca luz que tinha. Sei que hoje, isso é o legal pra eles, mas eles podiam ter tanto mais, né... Ela diz pra mim que ficar sentada num lugar conversando é careta, que eles querem agito. Mas o nosso agito, há um bom tempo atrás era muito mais saudável, mal sabe ela...”.

Daqueles que informaram não se lembrar do que havia no local, notamos ser os que compõem a faixa etária entre 15 e 24 anos, principalmente estudantes do ensino médio e aqueles que nasceram em outra cidade e residem no município há poucos anos.

Ademais, enfatizaram que para a cidade é mais compensatório o estacionamento nessa localidade do que um lugar de descontração. Como nos disse uma entrevistada –

“Ponto de encontro já tem demais nessa cidade, enquanto que um lugar onde possamos deixar nosso veículo em segurança para fazer o que precisamos no centro, tem de menos!”.

Isso denota que a memória urbana pode possuir diferentes graus de importância para os habitantes da cidade – para alguns, o saudosismo é uma maneira de manter viva lembranças de uma época que, infelizmente, acabou. Para outros, o saudosismo não permite que o progresso possa se instalar e permitir que a cidade alcance, cada vez mais, um desenvolvimento digno das grandes cidades brasileiras.

Ponto 2:

Data de construção - Década de 1930

Data de demolição - Década de 1990



*Crédito Imagens: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro e NATIVIO, 2007.
Organização: NATIVIO, 2008.*

Figura 26

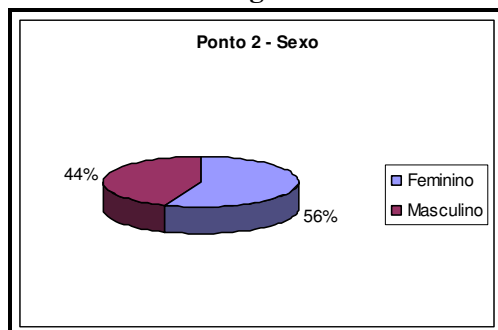
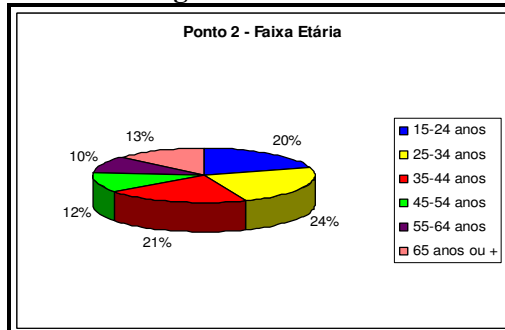


Figura 27



Fonte: Pesquisa Direta
Organização: NATIVIO, 2008.

Figura 28

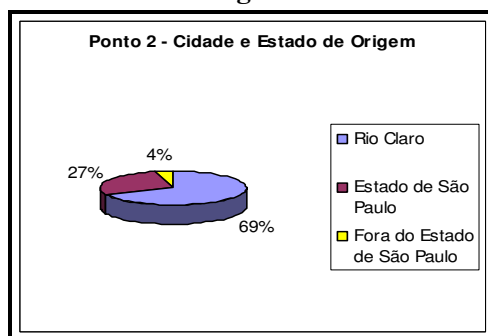
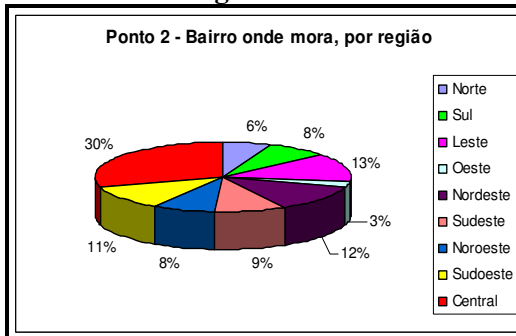


Figura 29



Fonte: Pesquisa Direta
Organização: NATIVIO, 2008.

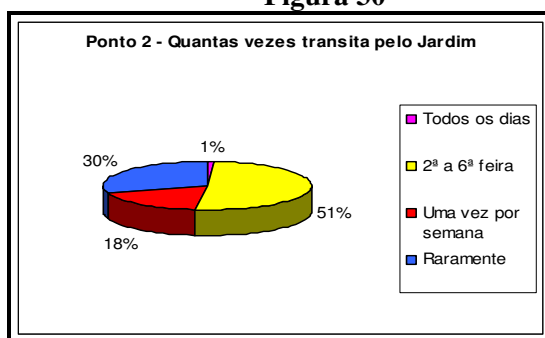
Tabela 4 - Profissão declarada pelos entrevistados que transitavam pelo Ponto 2.

Profissão Declarada	Quantidade	Profissão Declarada	Quantidade
Taxista	5	Bibliotecário	3
Vendedor	10	Dentista	3
Professor	9	Manicure	3
Estudante	12	Advogado	3
Contador	2	Médico	3
Geólogo	1	Bombeiro	2
Comerciante	9	Alfaiate	1
Costureira	3	Escriturário	1
Secretaria	7	Arquiteto	2
Eletricista	2	Enfermeiro	1
Bancário	2	Engenheiro	1
Recepcionista	5	Farmacêutico	1
Administrador	2	Segurança	1
Mecânico	4	Operador Telemarketing	1
Biólogo	1		

Fonte: Pesquisa Direta
Organização: NATIVIO, 2008.

A partir dessas informações básicas fornecidas pelos entrevistados, questionamo-los sobre o número de vezes que transitam pelo Jardim e por quais motivos o fazem.

Figura 30



Fonte: Pesquisa Direta
Organização: NATIVIO, 2008.

De acordo com 51 entrevistados, transitam pelo Jardim de 2ª a 6ª feira e o mesmo argumento apresentado pelos entrevistados do Ponto 1, foram aqui apontados pelo motivo trabalho.

Dos que alegaram transitar uma vez por semana (18 entrevistados), o fazem pelo uso dos serviços e bancos disponíveis no centro da cidade. E os que disseram raramente transitar, o fazem principalmente pelo uso do comércio e serviços aí presentes.

Tanto com relação ao Ponto 1 quanto ao Ponto 2, os que alegaram transitar pelo Jardim pelo motivo estudo, geralmente são estudantes provenientes de bairros distantes e que fazem uso do sistema de transporte público com destino ao terminal de ônibus na Estação Ferroviária, localizada há dois quarteirões do Jardim.

Tabela 5 - Motivos pelos quais os usuários transitam pelo Jardim

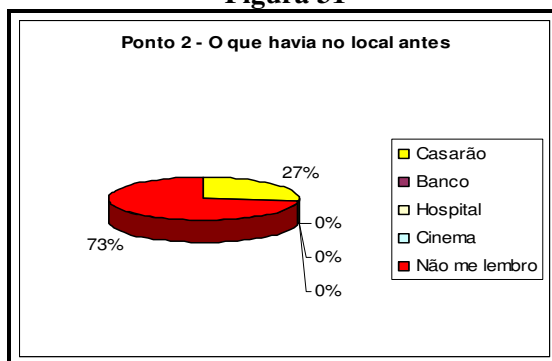
Motivos pelos quais transita pelo Jardim Público	Nº. de respostas dadas
Trabalho	37
Comércio	24
Serviços	17
Diversão	5
Estudos	12
Banco	32
Outros	0

Fonte: Pesquisa Direta
Organização: NATIVIO, 2008.

* : Os entrevistados tinham a livre decisão de optar por mais de um motivo.

Já referente à memória urbana, indagamos aos entrevistados, se os mesmos lembravam do que havia no local antes.

Figura 31



Fonte: Pesquisa Direta
Organização: NATIVIO, 2008.

Dos 100 entrevistados, somente 27 se lembraram do que havia no local e observamos que os mesmos inserem-se na faixa etária entre 55-64 anos e 65 anos ou mais. São aquelas pessoas mais velhas, que acompanharam as principais transformações verificadas no centro da cidade.

Porém, dos que alegaram se lembrar, somente uma entrevistada foi além de responder a opção “casarão” e falou algumas poucas palavras sobre o mesmo –

“Olha, filha, lembro muito pouco, porque também, já passei da idade de lembrar de tudo. Mas era um casarão muito bonito, viu. Era vistoso, dava até pra ver de longe, parecia até um castelinho e tinha um jardimzinho na frente bem cuidado. Também, quem mora num casarão daqueles, tinha que ter dinheiro...”

Essa senhora foi a única que nos falou algo sobre o local. Os demais que alegaram se lembrar, responderam rapidamente que era um casarão e nada mais.

Esse é um dos pontos que menor número de informações encontra-se disponível. Há até mesmo contradições com relação ao real proprietário do mesmo e, por esse motivo, optamos por não nomear os pontos pelo nome de seu proprietário, mas sim, por número para não apresentarmos dados inconsistentes.

Observa-se que a representação social desta forma-conteúdo não tem grande significância como a da “Toca”, e isto pode ser compreendido pelo uso privado da mesma, que não gerou aquele tipo de elo dado pelo uso e apropriação como no outro caso.

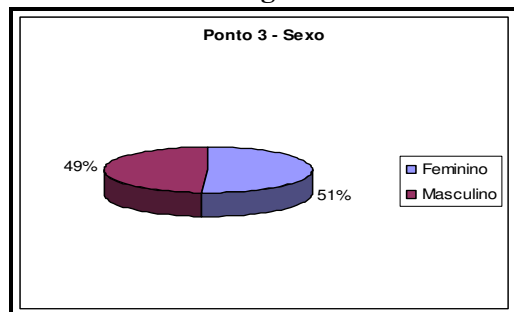
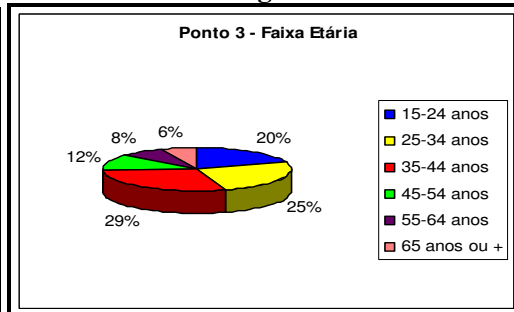
Ponto 3:

Data de construção - 1922

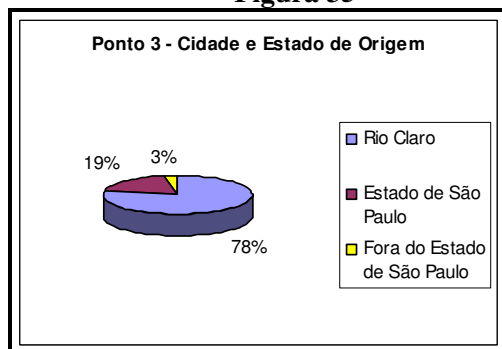
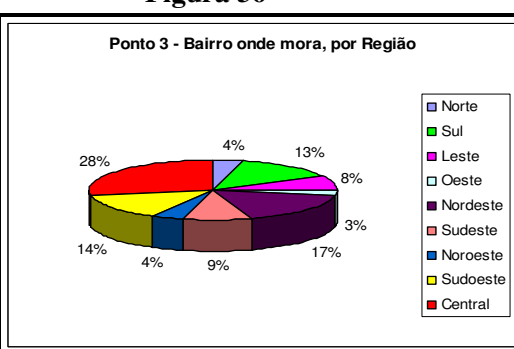
Data de demolição - 1994



*Crédito Imagens: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro e NATIVIO, 2007.
Organização: NATIVIO, 2008.*

Figura 33**Figura 34**

Fonte: Pesquisa Direta
Organização: NATIVIO, 2008.

Figura 35**Figura 36**

Fonte: Pesquisa Direta
Organização: NATIVIO, 2008.

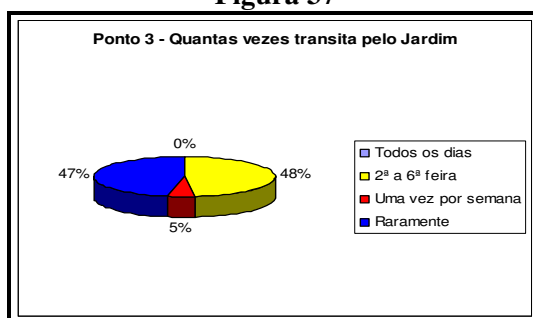
Tabela 6 - Profissão declarada pelos entrevistados que transitavam pelo Ponto 3.

Profissão Declarada	Quantidade	Profissão Declarada	Quantidade
Pedreiro	4	Taxista	2
Estudante	13	Costureira	3
Professor	8	Dentista	4
Arquiteto	3	Manicure	2
Médico	5	Escriturário	2
Advogado	4	Analista de Sistemas	1
Secretaria	7	Eletricista	1
Bombeiro	3	Operador Telemarketing	2
Bancário	3	Jornalista	2
Recepcionista	4	Contador	3
Vendedor	9	Geólogo	1
Comerciante	5	Bibliotecário	1
Biólogo	2	Enfermeiro	1
Mecânico	2	Engenheiro	3

Fonte: Pesquisa Direta
Organização: NATIVIO, 2008.

Quando argumentados sobre o número de vezes que transitam pelo Jardim e por quais motivos.

Figura 37



Fonte: Pesquisa Direta
Organização: NATIVIO, 2008.

Dos 100 entrevistados, 48 informaram que transitam de 2ª à 6ª feira pelo Jardim, fato vinculado ao motivo trabalho. Concomitantemente, 47 entrevistados alegaram transitar ao menos raramente, principalmente pelo uso do comércio e serviços disponíveis no centro da cidade, como consultórios médicos, financeiras, agências dos correios e lotéricas.

Aqueles que disseram que transitam pelo Jardim uma vez por semana (5 no total), fizeram referência ao uso dos bancos existentes.

Mais uma vez notamos que os motivos vinculados a trabalho e uso de banco foram os mais respondidos pelos entrevistados, como nos questionários aplicados nos Pontos 1 e 2. Com relação ao motivo diversão (4 escolhas) e estudos (10 escolhas no total), a resposta é a mesma daquela encontrada nos questionários aplicados nos demais pontos – são os senhores que se encontram de 2ª à 6ª feira no Jardim e estudantes que, no mesmo período da semana, fazem uso do transporte coletivo e vêm de bairros mais afastados da região central.

Tabela 7 - Motivos pelos quais os usuários transitam pelo Jardim

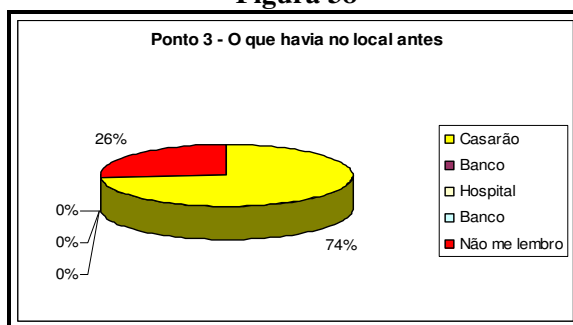
Motivos pelos quais transita pelo Jardim Público	Nº. de respostas dadas
Trabalho	34
Comércio	27
Serviços	10
Diversão	4
Estudos	10
Banco	37
Outros	0

Fonte: Pesquisa Direta
Organização: NATIVIO, 2008.

* : Os entrevistados tinham a livre decisão de optar por mais de um motivo.

De posse dessas informações, questionamos os entrevistados com relação a memória urbana.

Figura 38



Fonte: Pesquisa Direta
Organização: NATIVIO, 2008.

Este casarão é um dos mais conhecidos³³, pela população de nossa área de estudo e é, também, o que mais foi vinculado na mídia, principalmente meses antes de sua demolição, como veremos mais adiante.

Dos 100 entrevistados, 74 se lembraram do que havia no local antes de transformar-se em estacionamento.

Para muitos entrevistados, era um local imponente, como argumentou uma senhora –
“Nossa, era muito elegante, de muito bom gosto, refinado. Era um cartão postal aqui do centro de tão bonito que era. Mas, infelizmente, acabou da forma como acabou. Foi uma pena a família ter tido tanto descuido assim”.

A maior parte dos entrevistados lembra-se do local dessa maneira, como um cartão postal do entorno do Jardim Público –

“Olha, até hoje não entendo direito o que aconteceu com esse casarão, viu. Quer dizer, no fundo, no fundo, eu entendo, mas na verdade, não quero entender. A família culpa uns mendigos por um incêndio, mas, tem sua parcela de culpa também. Só porque queriam tombar o casarão, transformar em patrimônio da cidade, colocou abaixo?”.

Um outro entrevistado fez as mesmas argumentações –

“Poxa, iam tombar o casarão, ser patrimônio não só de Rio Claro, mas do Estado inteiro. Tinha que tombar esse aí, a Toca. A gente não tem mais nada de antes aqui, só o Jardim mesmo e nem o Coreto é o original da fundação do Jardim. Agora, só tem aquele casarão ali,

³³ Destaca-se aqui o fato deste ter sido o último dos quatro casarões estudados a ser demolido, em 1994.

mas vai ficar de pé por quanto tempo mais. Logo, logo, colocam no chão. Bom, pelo menos eu vi tudo que tinha aqui nesse entorno, viu menina. Meus filhos também viram, mas meus netos não vão ver, só ouviram falar. E ouviram falar porque de vez em quando, nas férias, trago eles aqui pra dar uma volta e contar as histórias da cidade, sabe”.

O casarão ao qual é feito referência pelo entrevistado, é o único que ainda existe no entorno do Jardim Público. Porém, sua aparência já está bastante deteriorada, com um jardim frontal mal cuidado e há especulações de que a venda do mesmo será inevitável e de que já existem potenciais interessados na compra do mesmo, como o Instituto Nacional do Seguro Social, que possui sua agência bem ao lado, e pelo Banco Itaú, na esquina do quarteirão.



Figura 39: Único casarão ainda existente no entorno do Jardim Público.
Fonte: NATIVIO, 2008.

Pode-se observar que, dos que disseram não se lembrar do que havia no local antes (um total de 26 entrevistados), são aqueles que residem há menos de 10 anos no município, visto que a demolição do casarão se iniciou em setembro de 1994, com um “suposto” incêndio provocado por mendigos que, segundo a família, invadiram o local à noite para abrigar-se do frio.



Figura 40: Casarão incendiado em setembro de 1994.

Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Pentead” – Coleção de Fotos Rio Claro.

Logo após a ocorrência do incêndio, a imprensa escrita local notificou o fato:

Casarão da Rua 3 foi incendiado - Como relatado por policiais que atenderam ao chamado da vizinhança e bombeiros que trabalharam no local, o incêndio foi de proporção destrutiva, oferecendo riscos à rede elétrica do local como um todo. O motivo do mesmo seria averiguado o mais rápido possível, segundo informações do Corpo de Bombeiros da cidade (JORNAL DIÁRIO DE RIO CLARO, 14/09/1994, P.6).

O casarão não estava mais sendo ocupado pela família, e segundo alegação da mesma, estava passando por reformas estruturais, porém, encontrava-se em processo de deterioração e com constantes reclamações da vizinhança, principalmente pelo jardim frontal mal cuidado, como foi noticiado pela imprensa local:

Proprietário do Casarão da 3 não deixou limpeza ser feita - De acordo com a reportagem, foi registrado um boletim de ocorrência pelo Secretário do Departamento de Serviços Municipais da Prefeitura, de que o proprietário do Casarão não permitiu a entrada de funcionários para a limpeza externa da propriedade, não alegando os motivos de tal proibição (JORNAL DIÁRIO DE RIO CLARO, 03/09/1994, P.6).

Nesse mesmo período, havia sido dada entrada pedido de tombamento do casarão por membros da sociedade civil, junto ao CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo). E também, havia na época dois tipos de interesse na compra do imóvel: um por clube local que argumentava manter a arquitetura do mesmo e outro para construção de um estacionamento.

Da ocorrência do incêndio que destruiu parte significativa do casarão, o CONDEPHAAT manifestou-se publicamente na mídia local, como pode ser observado na reportagem:

Condephaat mantém processo de tombamento do casarão da rua

3 - O órgão estadual responsável pela preservação dos patrimônios que fazem parte dos bens tombados do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), manifestou-se sobre o incêndio ocorrido no casarão da rua 3 que se encontrava em fase de estudo para tombamento. Segundo este órgão, todo e qualquer imóvel em processo de tombamento, não pode sofrer mutilações como a ocorrida, sendo o mesmo de responsabilidade de seu proprietário zelar pela integridade do bem, independente do mesmo já ser tombado ou não. Após um relatório completo da Prefeitura Municipal, do Corpo de Bombeiros e da Delegacia de Polícia sobre o responsável pela atitude criminosa, o CONDEPHAAT informou que tomará as medidas cabíveis, dentro da legislação estadual específica para tal fim (JORNAL DIÁRIO DE RIO CLARO, 17/02/1995, P.3).

Desse modo, a partir da manifestação do órgão responsável pelo tombamento do imóvel, a família proprietária do casarão também manifestou-se publicamente, a fim de zelar não somente pela integridade de seu nome, o qual sentiu-se danoso, mas também pelo imóvel como um todo.

Proprietários de imóvel contestam Condephaat - Proprietários do

casarão da rua 3 manifestaram-se publicamente contra as acusações levantadas pelo Condephaat, de que seriam os responsáveis pela destruição do imóvel. Segundo os mesmos, o próprio órgão deve ser responsabilizado, pois foi pela demora na decisão do tombamento que o bem foi se deteriorando, visto a dificuldade que existe de se obter do

órgão aprovação de qualquer natureza para intervir no bem e mantê-lo (JORNAL DIÁRIO DE RIO CLARO, 06/09/1995, P.6).

Em contrapartida, o mesmo órgão – CONDEPHAAT sentiu-se no direito de responder aos argumentos apresentados pela família proprietária do imóvel.

Condephaat rebate críticas e retoma polêmica do casarão - De acordo com manifestação pública dos proprietários do casarão da rua 3, o Condephaat rebate as críticas recebidas, alegando que em momento algum acusou os proprietários de serem os responsáveis pelo incêndio que destruiu o imóvel, mas sim, de que os mesmos são responsáveis pela manutenção do bem – sendo este tombado ou não, e por sua conservação enquanto encontra-se em estudo para tornar-se patrimônio urbano de Rio Claro. Alegou ainda que, se abrir precedente para que o proprietário faça o que bem entender com o imóvel enquanto este se encontra em estudo, não haveria patrimônios arquitetônicos inteiros em nossas cidades (JORNAL DIÁRIO DE RIO CLARO, 13/06/1995, P.3).

Ponto 4:

Data de construção - Década de 1930

Data de demolição - Década de 1990

Data de construção da nova forma - 2007



*Crédito Imagens: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro e NATIVIO, 2007.
Organização: NATIVIO, 2008.*

O casarão que existia nesse Ponto é também muito lembrado pela população. Porém, observa-se que a lembrança faz referência ao uso do local, e não à sua edificação ou à importância do mesmo para a cidade.

Contudo, optou-se por não efetuar a aplicação de questionários junto à população que transita pelo Jardim, fazendo referência a este Ponto, pelo fato de que o estacionamento aí existente foi vendido no mês de maio de 2007 para uma rede de farmácias e drogarias que se localizava a um quarteirão do local.

De acordo com o proprietário do estacionamento, a violência constante que seu estabelecimento vinha sofrendo com assaltos e ameaças a seus funcionários, foi o motivo pela venda da propriedade. O mesmo alegou que a violência que ocorria no estacionamento estava se estendendo para sua vida pessoal, isto é, chegou a ser seguido até sua residência após fechar o estabelecimento, e a mesma foi assaltada.

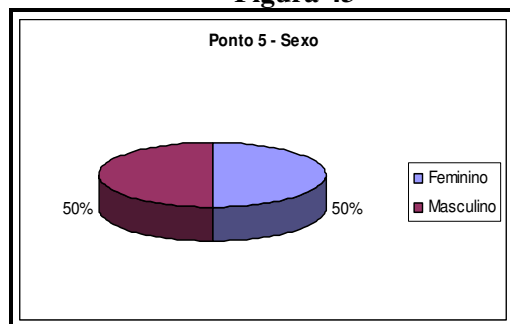
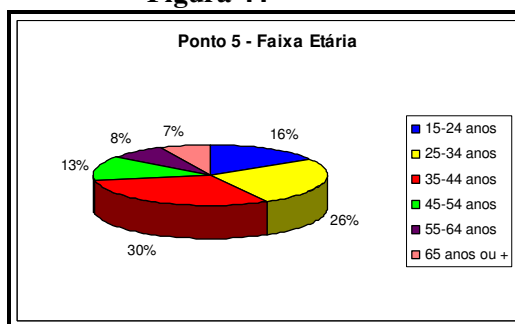
Deste modo, é este um local que nos permite, acima de tudo, verificar que o centro da cidade passa e continuará passando por transformações constantes, com sua paisagem cada vez mais alterada e distinta de seu passado.

Ponto 5:

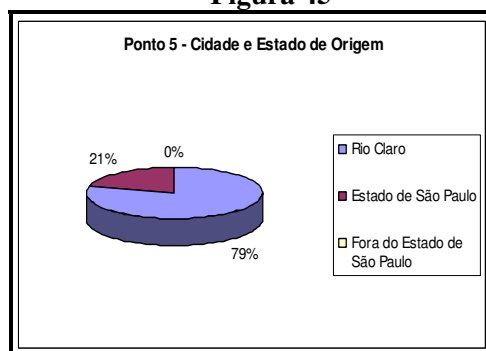
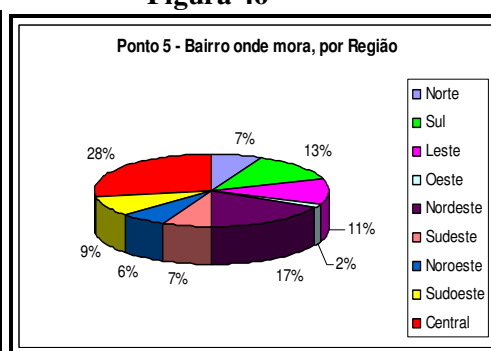
Data de construção - Década de 1940
Data de demolição - Década de 1970



*Crédito Imagens: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro e NATIVIO, 2007.
Organização: NATIVIO, 2008*

Figura 43**Figura 44**

Fonte: Pesquisa Direta
Organização: NATIVIO, 2008.

Figura 45**Figura 46**

Fonte: Pesquisa Direta
Organização: NATIVIO, 2008.

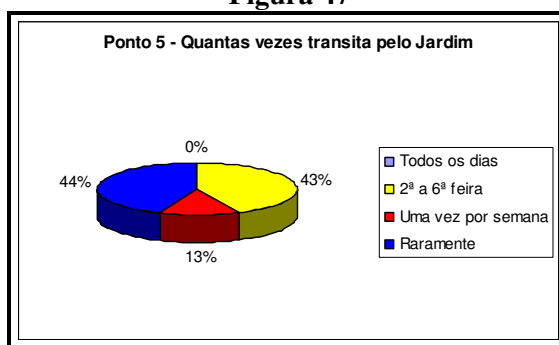
Tabela 8 - Profissão declarada pelos entrevistados que transitavam pelo Ponto 5.

Profissão Declarada	Quantidade	Profissão Declarada	Quantidade
Bancário	5	Geólogo	2
Contador	4	Manicure	2
Comerciante	2	Biólogo	3
Professor	5	Taxista	2
Vendedor	12	Farmacêutico	1
Bombeiro	3	Engenheiro	1
Estudante	13	Advogado	6
Alfaiate	2	Recepcionista	4
Costureira	5	Arquiteto	3
Secretaria	6	Pedreiro	4
Escriturário	1	Encanador	2
Marceneiro	2	Enfermeiro	3
Dentista	4	Operador Telemarketing	2
Médico	1		

Fonte: Pesquisa Direta
Organização: NATIVIO, 2008.

Os entrevistados foram questionados sobre o número de vezes em que transitam pelo Jardim e quais os motivos desse trânsito.

Figura 47



Fonte: Pesquisa Direta
Organização: NATIVIO, 2008.

Dos 100 entrevistados, 43 alegaram que transitam pelo Jardim Público de 2ª à 6ª feira, principalmente vinculados ao motivo trabalho, e 44 disseram que passam pelo Jardim raramente, seja por motivo de uso das atividades de comércio ou de serviços que o centro da cidade oferece. Porém, o motivo banco teve 41 escolhas, vinculando-se tanto aos que transitam pelo Jardim de 2ª a 6ª feira, quanto os que o fazem raramente, mas fundamentalmente, aqueles que transitam uma vez por semana.

Com relação ao motivo diversão e estudos, transitando de 2ª a 6ª feira, a referência é a mesma daquela encontrada junto aos questionários aplicados nos demais pontos – são os senhores que se encontram para conversar, e estudantes que provêm de bairros distantes do centro da cidade pelo sistema de transporte urbano.

Tabela 9 - Motivos pelos quais os usuários transitam pelo Jardim

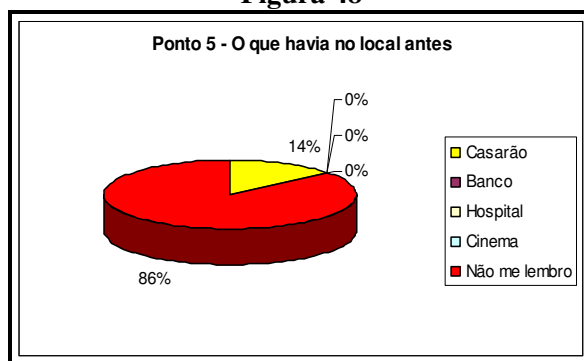
Motivos pelos quais transita pelo Jardim Público	Nº. de respostas dadas
Trabalho	32
Comércio	26
Serviços	13
Diversão	4
Estudos	13
Banco	41
Outros	0

Fonte: Pesquisa Direta
Organização: NATIVIO, 2008.

* : Os entrevistados tinham a livre decisão de optar por mais de um motivo.

A partir dessas informações, pudemos verificar se os entrevistados lembravam-se do que havia no local antes de ser transformado em estacionamento.

Figura 48



Fonte: Pesquisa Direta
Organização: NATIVIO, 2008.

De todos os questionários aplicados, esse ponto foi o que apresentou o menor número de indivíduos que se lembram³⁴ dele: dos 100 entrevistados, somente 14 deles se lembraram do que havia no local antes.

Observa-se que aqueles que se lembram compõe a faixa etária a partir dos 55 anos, porém, lembraram-se muito vagamente, argumentando que ali funcionava uma loja, mas que não se recordavam ao certo de quê.

Este também é um ponto que contém pouquíssimas informações e muitas delas contraditórias, pois já se enfatizou que ali funcionava um estabelecimento de venda de eletrodomésticos e eletrônicos no andar térreo e consultórios médicos e odontológicos no andar superior. Outra ênfase foi dada ao uso da propriedade pelo Banco do Brasil durante longos anos.

Contudo, nada ficou esclarecido e, infelizmente, essa é uma memória que vai se perdendo cada vez mais, pois o estacionamento ali existente já é uma marca para a população de um “bom uso do espaço”, como argumentou uma das entrevistadas.

Assim, em Rio Claro o poder público parece não ter a preocupação com essas formas antigas que poderiam existir até hoje. Afinal, para quê? Elas esbarram em interesses do público sobre o privado, alterando valores imobiliários e adentrando nas leis de mercado, pois o “tombar um bem” significa respeitar uma série de regras que envolvem não só a edificação, mas também seu entorno e, sobretudo, seu valor.

³⁴ Isto pode estar vinculado ao longo tempo de desaparecimento da antiga forma (década de 1970).

O valor simbólico não tem o mesmo nexo valorativo do valor “imobiliário”, e assim o proprietário pensa o tombamento como um prejuízo.

É lastimável ver o passado histórico de uma cidade sucumbir à modernidade, à racionalidade, à funcionalidade e à velocidade. O foco é a circulação, o principal objeto é o automóvel. Como fazer conviver a memória e a realidade inexpressiva do presente?

Para Estado e promotores imobiliários, com o envelhecimento ou a perda de uso desses imóveis, ao invés de renovarem sua forma física, é o espaço que passa a ser desconstruído a partir da demolição, com um novo uso e um novo ciclo de acumulação se iniciando.

O correto se torna substituir os restos e embelezar a cidade para o moderno e o novo, sempre.

3.3. Patrimônios e a Prática do “Preservar” na Cidade de Rio Claro-SP

Na atualidade, com os progressos técnicos e sociais, além das diversas melhorias nas condições de vida por parte da população, evidencia-se um verdadeiro discurso da “substituição”, em que mutações transformam os modos de vida e a organização da sociedade, tornando certas formas obsoletas, como um obstáculo ao novo modo de urbanização mediado pela modernidade.

Com isso, o espaço produzido de uma cidade permite ao indivíduo reconhecer-se e sentir-se parte desse meio, como um elo entre si e o espaço onde vive ou vivência seu cotidiano.

Assim, todo e qualquer bem, imóvel ou não, considerado patrimônio, deve ser destinado ao usufruto de uma comunidade, principalmente as edificações que possuem maior relação com a vida de todos, atuando sobre a memória (mediada pela afetividade).

Isto significa que o patrimônio deve ser tido e visto como parte integrante da paisagem urbana e, sobretudo, do desenvolvimento das cidades, perpetuando elementos e objetos, isto é, a materialidade da cidade, resistindo às alterações e buscando lançar uma ponte entre o passado (resguardando sua memória), o presente (sentido e vivenciado) e o futuro (inevitável).

Como já salientado por inúmeros autores, a arquitetura é um dos únicos meios do qual dispomos para conservar vivo um elo com o passado que é parte de nosso ser e nossa vivência. Isto é, as construções guardam em si os vestígios do passado e estabelecem uma ligação com ele.

É este o papel exercido pela “referência”, que produz uma identidade, que é o suporte da memória, visto que a identidade conforma-se a partir de experiências reais e significativas. Portanto, o lugar (referido na forma) e a memória (apoiada em imagens espaciais) são indissociáveis.

Desse modo, diversas indagações surgem sobre o porquê tomar. O tombamento de um bem traz em si a preservação de remanescentes arquitetônicos que refletem em suas formas um arranjo espacial anterior ao atual.

Ou seja, principalmente nos centros das cidades, a arquitetura residencial representa a tecnologia, o modo de vida de um determinado grupo social de certo período histórico. Essa arquitetura é testemunho dos modos de vida dos que a conceberam e também dos que ali viviam representando as necessidades e a estética própria do período.

Então, como salientou Moreira (2004, p.19),

[...] a preservação no âmbito urbano implica a construção de visões da história, entendida como o estudo e a interpretação dos acontecimentos, pensamentos e objetos de uma cultura ao longo do tempo. A relação com a história se dá na medida do conhecimento, avaliação e invenção necessários à decisão sobre o que permanecerá e o que será suprimido na questão urbana.

A preservação pode ser vista como a possibilidade de firmar a identidade do lugar, frente aos processos que vão transformando o mundo de modo cada vez mais global e homogêneo.

Assim, o ato de preservar implica na conscientização e, concomitantemente, na identificação de algo relacionado com a memória e ao passado. A estes, confere-se um valor que justifique sua manutenção no tempo (ADAMS, 2002).

Dessa forma, mais que uma edificação, os bens imóveis que enfocamos em nossa pesquisa são a história da cidade também. História de uma sociedade composta pela elite cafeeira, que construiu esse local. História que envolve silêncios, singularidades, rupturas e a integração do presente. História, sobretudo da sociabilidade de uma geração que hoje se sente ameaçada pela identidade urbana perdida.

O preservar significa, então, construir identidades com base na memória coletiva, recompondo o passado e, sobretudo, dando uma reutilização social a esse espaço, como forma de herança e registro para o futuro.

O patrimônio é um direito social do cidadão e possui uma dinâmica de uso própria, isto é, é produto de uma cultura social, diferentemente apropriado, interpretado e evidenciado, possuindo caráter tanto normativo quanto simbólico.

A noção de patrimônio surge no século XIX, como a possibilidade de posse pública de um bem, assegurado pelo Estado em nome da coletividade, com um caráter nacionalista, sagrado, prestigioso e elitista³⁵.

Entre os anos de 1960-1970 instaura-se um processo de democratização desta noção, visando encurtar as distâncias entre as instituições de preservação e os sujeitos sociais, isto é, a população, com uma participação mais efetiva e direta dessa nas decisões de preservação e sobre os bens selecionados para tal fim³⁶.

³⁵ NIGRO, 2001.

Dentre as principais ações efetivas mundialmente na questão do patrimônio, temos:

- Carta de Atena (1931) – salvaguarda como expressão de uma cultura anterior, visando somente monumentos arquitetônicos edificadas.
- Carta de Veneza (1964) – ampliou-se a noção de monumento histórico, englobando sítios urbanos e rurais, além de obras modestas.
- Carta de Machu Picchu (1977) – a qualidade físico-ambiental do monumento passa a ter importância, respondendo às necessidades humanas.

No Brasil, a questão do patrimônio tem suas bases nas diretrizes internacionais. A primeira ação foi com o Decreto nº. 24.735, de 24/07/1934, que visava como Patrimônio Histórico e Artístico protegido, somente o Museu Histórico Nacional³⁷.

Em 1937, o Decreto-Lei nº. 25, de 30/11/1937, cria o SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover em todo o país e de maneira permanente o tombamento, a conservação, o conhecimento e o enriquecimento do patrimônio histórico e artístico nacional. Ou seja, o tombamento é sancionado como instrumento de proteção do patrimônio, em que a conservação é tida como de interesse público³⁸.

Com a Constituição Federal de 1988, buscou-se ampliar a noção de patrimônio a nível nacional, com políticas mais consistentes e que garantissem de forma adequada e ágil a proteção dos bens.

É o Artigo 216 da referida Constituição que amplia essa noção e o universo de bens culturais móveis e imóveis do país, com normas de defesa dos bens culturais que garantam o resgate da memória coletiva, como prática de um modo de vida e acúmulo de conhecimentos que o homem desenvolveu.

Além disso, evoca o que constitui o patrimônio brasileiro, como bens de natureza material ou imaterial, tomados em conjunto ou isoladamente.

Na esfera estadual, a Lei nº. 10.247, de 22/10/1968 criou o CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, com a finalidade de proteger, valorizar e divulgar o patrimônio cultural no Estado de São Paulo que, como conjunto de bens existentes em seu território, pelo valor que possuem, merecem atenção e proteção diferenciada do poder público³⁹.

³⁶ Idem, 2001.

³⁷ Idem, 2001.

³⁸ Idem, 2001.

³⁹ Com relação à legislação específica do Condephaat, a mesma pode ser encontrada em <<http://www.cultura.sp.gov.br>>.

Todo cidadão tem o direito de solicitar junto a este órgão a proteção de bens que considere importantes para a preservação da memória e da identidade, além da preservação ambiental. Tal ação é feita pelo tombamento, que é o ato de preservação jurídica, isto é, é o reconhecimento oficial de que determinado bem é portador de representação cultural, histórica, social e simbólica, devendo ser cerceada por um conjunto de ações efetivadas pelo poder público, por meio da aplicação de legislação específica do Poder Executivo – a nível federal pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), a nível estadual (pelo próprio CONDEPHAAT) e a nível municipal (através de Conselhos de Defesa do Patrimônio Municipal).

Na cidade de Rio Claro e os distritos que esta compreende, seis são os bens tombados pelo CONDEPHAAT:

- Estação Ferroviária, tombada em 1985;
- Gabinete de Leitura, tombado em 1987;
- Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, tombada em 1979;
- Sede da Fazenda de Grão Mogol, tombada em 1987;
- Sobrado do Barão de Dourados, tombado em 1975;
- Usina Hidrelétrica de Corumbataí, tombada em 1982.

Sobre a atuação do CONDEPHAAT em Rio Claro, algumas notícias foram veiculadas na mídia local:

Condephaat poderá rever tombamentos em Rio Claro - Com a destruição do casarão da rua 3, que estava em processo de tombamento, por um incêndio, o Condephaat decidiu averiguar os estudos em andamento na cidade de Rio Claro, visto que o incêndio ocorrido, encontrava-se na área de entorno da Estação Ferroviária, bem já tombado pelo órgão. O mesmo enfatizou que nenhum tipo de alteração pode ocorrer num raio de 300 metros de um bem tombado, sem aprovação do órgão, ainda mais alterações em um bem que deveria ser tombado. O prefeito do município manifestou-se, pedindo que o Condephaat reveja essa questão do envoltório das propriedades, pois tal fato vinha trazendo problemas aos proprietários da área (JORNAL DIÁRIO DE RIO CLARO, 16/09/1994, P.3).

Além disso, a imprensa escrita local também apresentou reportagens diversas sobre a questão do imóvel tombado e quais as diretrizes a serem seguidas pelo proprietário do imóvel:

Intervenção em imóveis no Centro depende de análise do

Condephaat - O presidente do Condephaat manifestou-se sobre a questão de alterações, quaisquer que sejam, que possam ocorrer no entorno de áreas tombadas e também, sobre a preservação do traçado urbano original da cidade de Rio Claro, que se encontra em andamento. O mesmo enfatizou que o órgão deverá ser comunicado sobre qualquer transformação que se queira efetuar na área, estando o infrator que o fizer sem aprovação, sujeito à penalização. A questão divide opiniões entre Prefeitura Municipal, proprietários da área e a Ordem dos Advogados do Brasil, que se colocou totalmente contra a preservação do traçado original da cidade, alegando que a mesma trará atrasos ao desenvolvimento e progresso da cidade (JORNAL CIDADE, 01/07/2003, P.18).

Manutenção do bem tombado fica por conta do proprietário - O

Diretor de Patrimônio do município manifestou-se sobre as ações do Condephaat em Rio Claro, informando que todo e qualquer cidadão pode pedir o tombamento de um bem que considere importante, juntamente com o poder público local. Enfatizou também que o bem tombado é de inteira responsabilidade de seu proprietário, que deve zelar pela manutenção da propriedade e que o entorno da mesma também deve ser resguardado, de acordo com as leis específicas do órgão (JORNAL CIDADE, 12/08/2006, P.9).

Após a ocorrência do incêndio que destruiu parte de um casarão (o qual já analisamos anteriormente) que estava em processo de estudo para tombamento, o CONDEPHAAT passou a manifestar-se constantemente na mídia, com relação à sua legislação referente ao entorno de todo e qualquer bem tombado:

Condephaat dita regras para a área de entorno do patrimônio - O

delegado do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis (CRECI) de Rio Claro, manifestou-se quanto às atuações do Condephaat na cidade, alegando que a preservação de bens tombados acarreta atrasos não somente para os proprietários, que tem seu imóvel desvalorizado, mas para a cidade como um todo, que acaba tendo sua evolução travada, visto todas as restrições que o órgão impõe para o bem em si

e seu entorno. O órgão também apresentou seus argumentos, de que nenhum bem tombado é imune de venda, locação ou transferência, mas que o mesmo deve ser feito sobre aprovação, visto que, a partir do momento em que um imóvel é tombado, tona-se patrimônio urbano da população, com melhorias para sua qualidade de vida e para a memória futura (JORNAL CIDADE, 20/08/2006, P.26).

O Projeto de Lei nº.5788/90, que instaura o Estatuto da Cidade, estabelecendo diretrizes gerais da política urbana, já preconizava no Artigo 10, incisos X e XI, a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído – patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico.

Assim, o patrimônio é uma vertente particular de atuação do poder público. Garcia (1996) salientou que, pela Lei nº. 2492 de 06 de agosto de 1992, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento de Rio Claro, contendo 214 artigos, o Artigo 13º, Inciso V, “De sua Política Urbana e Diretrizes Gerais”, instaura que deve se efetuar a

implantação e consolidação de um programa de preservação do Patrimônio Histórico, Natural e Cultural integrado à política estadual específica e levando em consideração os valores da comunidade local.

No Capítulo IV, intitulado “Da Cultura”, o Plano traz em seu Artigo 168, que a política cultural do município deverá enfatizar práticas a partir das noções de memória e identidade, produções voltadas para o mercado cultural, e a universalização do acesso aos bens culturais.

Além disso, o referido Capítulo prevê o inventário de todos os patrimônios do município, e a organização de um banco de dados com toda a produção cultural, atual e passada, do mesmo.

Porém, o que se torna mais pertinente em nossa pesquisa, é que o parágrafo II, do Artigo 169 do mesmo Capítulo, faz jus a criação de um Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e do Conselho Municipal da Cultura, que deveriam ser implantados e normatizados até 6 meses após aprovado o Plano.

Das referências que faz à Cultura e à criação desse Conselho, o Plano não traz, implicitamente, quais seriam as obrigações e deveres do mesmo quando de sua total efetivação.

Somente a reformulação do Plano (Minuta do Projeto de Lei do Plano Diretor de Rio Claro, 2006), incita em seu Artigo 171, que a política municipal de cultura deve voltar-se a reformas e restaurações de pontos considerados importantes na cidade, como o Centro Cultural “Roberto Palmari” e o “Solar da Baronesa de Dourados” (onde se localiza o Museu da cidade, já tombado pelo CONDEPHAAT). E também, não faz nem mesmo referência ao período destinado para a criação desses Conselhos.

Contudo, 16 anos após sua publicação e 2 anos de sua reformulação (e que ainda encontra-se em debate público), a criação desse Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico permanece única e exclusivamente no papel.

Uma notícia vinculada na mídia local, mais uma vez apresenta a possibilidade de um “CONDEPHAAT municipal”.

Rio Claro poderá ter um Condephaat municipal - O Secretário da Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento e Meio Ambiente fala sobre a criação de um Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Urbano de Rio Claro, que atuaria concomitantemente ao Condephaat, zelando pelos bens já tombados e selecionando aqueles com potencial para o mesmo. Enfatizou que isto está previsto na reformulação do Plano Diretor e que não deverá demorar a ser implantado, contribuindo para o desenvolvimento cultural da cidade como um todo (JORNAL CIDADE, 20/08/2006, P.26).

Tal Conselho, que deveria ser formado por membros da Câmara Municipal e representantes de diferentes setores da sociedade civil, reunindo-se quantas vezes se fizessem necessárias, deveriam instituir quais bens móveis e imóveis existentes no município mereceriam ser conservados por seu interesse público, sua vinculação a fatos históricos notáveis, além de seu valor artístico e cultural, articulando-se com os diferentes órgãos da administração municipal para o atendimento dessas finalidades⁴⁰.

E, sobretudo, na fiscalização do cumprimento da preservação, o que já possui amparo na legislação estadual para tal fim conferida pelo CONDEPHAAT, quais sejam:

- Manter um Livro de Tombo, no qual serão inscritos todos os bens selecionados para tal;

⁴⁰ No Estatuto da Cidade já há estabelecimento do que se convencionou chamar “gestão democrática”, visando a participação popular conjuntamente com a participação de agentes econômicos públicos e privados na formulação e execução de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano pelo interesse social.

- Vigilância e fiscalização permanente desses bens;
- Proibição de qualquer tipo de mutilação do bem sem prévia autorização e sob pena de multa, e o mesmo para qualquer tipo de obra que ocorra na vizinhança (em um raio de 300 m do bem) e, quando da necessidade de qualquer tipo de obra, a mesma deve ser comprovada.

Essas são ações que já há muito ministradas pelo CONDEPHAAT, mas que poderiam ter amparo em uma legislação municipal eficiente. Certamente, a existência de um Conselho deste tipo não impediria totalmente as transformações que verificamos em nossa área de estudos, pois, afinal, estamos tratando com homens capitalistas que possuem um bem monetário que gera lucro, principalmente no centro da cidade, área de elevado interesse imobiliário e comercial. É muito mais vantajoso vender o bem para qualquer outro fim do que aliená-lo (forma como é encarado o tombamento).

Porém, 10 anos antes da elaboração do Plano Diretor do município, uma carta executada a 15 de junho de 1982 pelos senhores Benedito Lima de Toledo, Carlos Lemos, Fábio Magalhães, Modesto Carvalhosa e Rubens Fernandes Júnior, quando estes visitaram a Câmara Municipal da cidade para debater o Anteprojeto de Lei de Proteção ao Patrimônio Cultural e Ambiental Urbano do Município de Rio Claro, retrata esta preocupação. O Anteprojeto apresentado para resolver a questão da venda do imóvel e sua destruição também corrobora para reafirmarmos que existiam pessoas atentas ao fato, mas que ao mesmo tempo essas ações não foram suficientes para inibir o processo de desmantelamento do patrimônio histórico de Rio Claro.

No mesmo ano, os autores colocam que, em nome da sociedade civil, ofereciam o Anteprojeto de Lei sobre a preservação do patrimônio cultural e ambiental urbano, a fim de que cessassem as demolições que vinham ocorrendo no centro da cidade.

E visavam como patrimônio bens de interesse individual e, sobretudo, aqueles que em conjunto, identificassem os elementos representativos de épocas, ciclos econômicos e estágios culturais da cidade, enfatizando uma série de benefícios tributários aos proprietários desses imóveis, como a transferência do direito de construir e isenção de taxas e suspensão dos créditos do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano).

Contudo, a valorização de qualquer paisagem que seja, como patrimônio, revela um campo de disputa entre três agentes que já analisamos anteriormente: o Estado, os promotores imobiliários e a sociedade civil. Esta disputa é tanto econômica, quanto política, social e simbólica.

Para Déak (1991), essa valorização que muitos chamam de patrimônio histórico, nada mais é do que um dos muitos usos do solo que se faz do urbano, o que significa que o ganho fica ou com o Estado, ou com os promotores imobiliários, mas jamais com a sociedade civil.

Isto reside na questão do preservar, visto que a população não considera esta ação prioritária, pois a mesma incide sobre uma propriedade privada.

Então, a partir da revalorização de antigos espaços, coexistindo passado e presente, deve-se dar um novo uso a esse, mantendo a essência do lugar com seus elementos. Ou seja, ao se pensar na preservação de qualquer bem, o uso dessa forma tem que ser social e de direito de circulação pública, mesmo com a segregação sócio-espacial que se evidencia no uso dos diferentes espaços que compõe o meio urbano.

Isso é afirmado por Mak (2007, p. 112), quando argumenta que,

[...] pode-se constatar que a manutenção do aspecto arquitetônico não se mostra suficiente para a preservação da memória e da identidade de uma construção. Após uma preocupação quanto à manutenção da forma, é na refuncionalização em si que reside o sucesso ou não da preservação da memória [...].

Assim, o que se constata é que a simples manutenção do aspecto arquitetônico não basta para a preservação da memória e da identidade, pois é pela manutenção da forma e seu uso que se dá essa preservação. Como salientado por Alves,

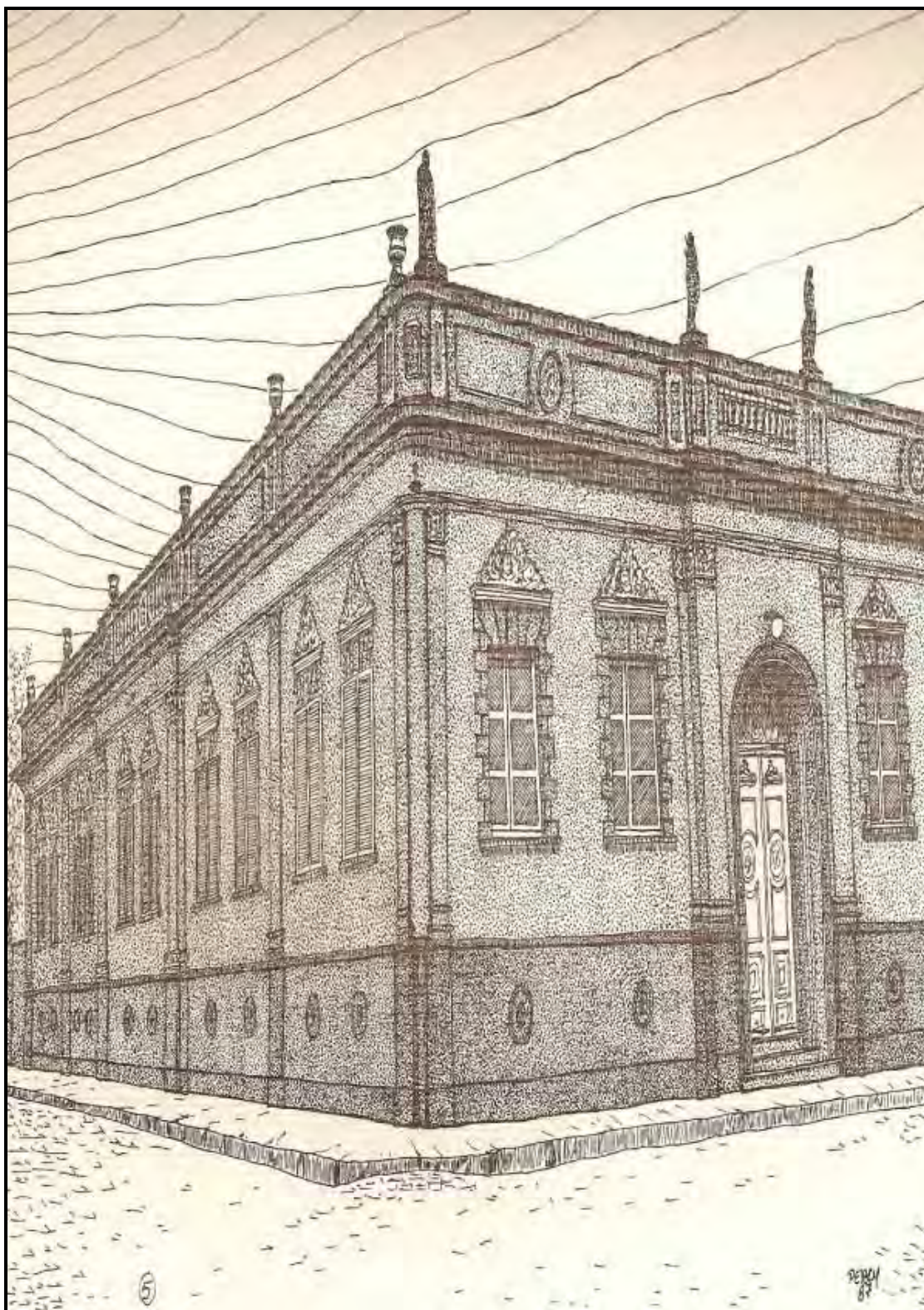
a conquista e controle do espaço exigem que este seja concebido como algo usável, capaz de ser dominado pela ação humana. Se as pessoas desconhecem o espaço, o domínio sobre se dará por poucos, o que garante a manutenção da hierarquização social no e do espaço e com isso sua segregação (1999, p. 125).

Desse modo, é a permanência de referências materiais e espaciais que permitem o reconhecimento do grupo social em determinado lugar – o resgate da memória no cotidiano e no significado do passado na vida dos indivíduos é parte de sua formação social, em que o direito a essa memória e ao patrimônio aparece como recuperação de luta frente à *amnésia social*⁴¹ que assola as cidades hoje.

⁴¹ Termo cunhado por NIGRO, 2001.

Para Serpa (2007, p.157), “(...) os processos de apropriação e produção do espaço urbano superpõe cada vez mais a vivência à experiência, provocando o isolamento dos indivíduos e impossibilitando a relação de troca com o outro (...)”.

Então, essa amnésia é desencadeada pelo sistema capitalista, que não consegue superar o equilíbrio entre preservar os investimentos passados e destruir esses mesmos para a abertura de um novo espaço para mais um ciclo de capital.



*Residência de Cândido José de Campos Ferraz, Barão de Porto Feliz, construída na segunda metade do século XIX. Avenida 2 com Rua 6.
Percy Oliveira, "Imagens", 1987.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No espaço urbano temos a sobreposição de diferentes tempos que conseguem garantir sua sobrevivência, desde que com novos usos e traduzindo a época moderna como sinônimo de progresso, racionalidade e desenvolvimento.

E é dentro deste mesmo espaço que diferentes agentes atuam, seja para impor regras, ou seja, para lutar por seus direitos – o Estado como agente com maior poder, por ser o único capaz de dispor de instrumentos que possam trazer mudanças notáveis não somente na estrutura urbana, mas na paisagem como um todo e, assim, no cotidiano de seus habitantes.

Porém, o Estado atua de acordo com interesses de outro agente que, além de dispor de determinado poder, dispõe do capital: os promotores imobiliários.

Com o aval do Estado, os promotores imobiliários vão moldando a cidade, penetrando em áreas antes vazias, dotando-as ou não de infra-estrutura, formando bairros populares periféricos em contrapartida com outros, que formam verdadeiras fortalezas muradas, com uma conotação estética sem igual, os condomínios fechados, o que é muito visível na cidade de Rio Claro.

Porém, maior atuação desse agente é notável principalmente no centro das cidades. Lugar da multifuncionalidade, com atividades comerciais, serviços, entretenimento e para onde se deslocam pessoas de todos os bairros, este se torna um local de atração de capital e investimentos.

A revalorização dos preços do solo nesta área pode ser compreendida pelo papel exercido pelas classes mais abastadas, de apropriar-se da elevada renda propiciada pela localização nos centros urbanos. E em Rio Claro isso pode ser averiguado pelo fato de que o centro, hoje, praticamente não contém residências, mas sim, edifícios comerciais e, aqueles residenciais possuem um valor exorbitante, seja do imóvel em si, quanto da chamada taxa condominial.

Com isso é a atração exercida pelo centro da cidade que, por meio da dinâmica imobiliária vai dirigindo os investimentos no espaço urbano.

E em nossa área de estudos, o entorno do Jardim Público de Rio Claro, com a substituição de antigos casarões por estacionamento, vemos que para os promotores imobiliários, um melhor aproveitamento do valor imobiliário neste espaço é a construção de

um novo bem sobre a terra, pois o aproveitamento da mesma recairia em gastos exorbitantes e, neste caso, desnecessários.

Temos então, que nesse processo de revalorização do espaço urbano vão destruindo as camadas do tempo impressas nas formas, dissipando os referenciais urbanos, até que esses praticamente deixem de existir na paisagem urbana.

É o espaço em constante mutação e o tempo acelerado de modo sem igual, com a cidade transformando-se do consumo “no” espaço para um consumo “do” espaço, pela ditadura do novo e do moderno.

Contudo, o ser moderno não é perder os vínculos com o passado. A possibilidade e ocorrência de que uma empresa imobiliária possa reger as transformações da cidade, fazendo com que sua população se veja desenraizada e sem referenciais na paisagem, parece algo destituído de sentido e uma contradição inerente da modernidade.

Mas nota-se que em Rio Claro a paisagem urbana como um todo não tem transformada somente suas formas arquitetônicas edificadas, que vão cedendo lugar ao novo, como também o próprio Jardim Público vê-se completamente modificado.

O Jardim Público antes, como local de encontro e de permanência, era um ponto de convergência, com a centralização de atividades cotidianas que acabavam por intensificar um maior intercâmbio social entre os indivíduos, com um domínio público, assim com a rua. Porém, na atualidade, tornou-se espaço da circulação, do comércio e da sobrevivência de uma camada da população. Isto é, o Jardim hoje é tomado pelo comércio informal de ambulantes que, gradualmente foram se apropriando desse espaço, comprometendo a acessibilidade e a circulação de pedestres.

E a rua tornou-se lugar prioritário do automóvel, considerado artefato técnico na construção do processo de modernização. Foi o objeto por excelência que interferiu na vida da cidade, não só por sua presença concreta, mas pelas consequências próprias desta presença, como a construção de espaços notadamente para sua circulação e a adaptação de ruas para sua passagem.

É o automóvel alterando as formas de circular na cidade. Em Rio Claro, observa-se que o centro da cidade organizou-se em função deste artefato, tornando “seu” espaço, espaço de circulação para o consumo cada vez mais acelerado presente na sociedade, hoje.

Vai produzindo e reproduzindo essa área continuamente, isto é, por sua “autonomia de movimento”, criou e continua a criar seu espaço, sendo os estacionamentos um fato que

denota que a cidade adaptou-se ao automóvel, visto que o inverso deveria ser prioridade – o automóvel adaptar-se à cidade por meio de políticas públicas eficientes.

Tal questão pode ser vista sem qualquer dúvida em nosso objeto de estudos: antigos marcos foram destruídos e substituídos pela construção de áreas para estacionamentos na região central da cidade. São as forças atuantes do mercado, que tornam muito mais vantajoso demolir um imóvel e erigir em seu lugar estacionamentos, um estabelecimento de que os indivíduos se queixam ser uma necessidade frente à violência que assola os dias atuais.

Esses casarões, edificados principalmente no centro das cidades, poderiam, caso fossem preservados, exercer um papel fundamental na consolidação da memória social, visto que o espaço urbano pode e é concebido como expressão material cultural e da identidade de determinada época, atuando como a expressão da contradição social, política e econômica da sociedade que a construiu.

Assim, a preservação desses casarões como uma valorização do passado, este, como dimensão mais importante da singularidade, estabelece uma relação identitária entre os indivíduos e o espaço, como um elo de identidade e de raízes.

Mesmo neste período de globalização em que vivemos, onde o “novo e o moderno” parecem não conseguir se inserir em um mesmo cenário que o “antigo e o velho”, vemos um momento de ruptura histórica, em que as atenções se voltam para a memória - os lugares são de mesma natureza, mas ao mesmo tempo, singulares.

Contudo, esta concepção não se realizou na cidade de Rio Claro. Dos cinco pontos em estudo, somente dois deles passaram por pedido de processo de tombamento para sua preservação e manutenção no tempo, mas que ao final, não se efetivou. A não consolidação dos mesmos recai em inúmeros argumentos, sendo o principal deles, o fato de que, para o proprietário, ter seu imóvel tombado significa alienação do mesmo, frente às inúmeras normas que existem quanto à venda, locação ou transferência por herança.

Outro argumento refere-se à questão de que a manutenção do imóvel fica como responsabilidade exclusiva de seus proprietários, o que para os mesmos significam gastos onerosos com um bem que não pode ser utilizado como se deseja.

Além do mais, inúmeros profissionais de diferentes segmentos colocam-se contra a preservação de determinados imóveis na cidade pelo tombamento, alegando que tal fato fere o direito de propriedade, comprometendo o progresso e o desenvolvimento de Rio Claro.

Ainda segundo esses mesmos profissionais, a memória da cidade pode conviver satisfatoriamente com o progresso que se vem verificando na região central.

Observamos isso pela aplicação de questionários à população que transita pelo Jardim Público, questionando-as sobre a lembrança do local. Dos quatro pontos de aplicação, dois deles foram muito lembrados por fazerem parte do cotidiano dos habitantes, seja por terem freqüentado o mesmo, ou pela edificação em si. Os outros dois pontos foram lembrados somente por aqueles que compõem a faixa etária acima dos 60 anos.

Mas verificou-se que, dos pontos mais lembrados, os “mais jovens” disseram lembrar-se pelo “já ouvi falar”, seja por seus pais ou avós. Questionamos-nos, então, até quando essas histórias serão “passadas de pais para filhos” para que essa memória permaneça viva, já que pela história dita oficial do município, muito é suplantado e o centro é visto como lugar de orgulho e desenvolvimento urbano.

Até mesmo o próprio poder público local parece demonstrar não se preocupar com essa questão da preservação e a atuação do órgão estadual específico para tal fim (CONDEPHAAT), quando já argumentou que este mesmo órgão deveria rever seus processos de estudo e sua legislação, visto que a mesma prejudica não somente os proprietários dos imóveis, mas a vizinhança do mesmo e a cidade como um todo.

Tal fato torna-se importante para nossa reflexão, pois é o mesmo “poder público” que se pronunciou quanto ao tombamento de dois dos pontos de estudo, solicitados por membros da sociedade civil, com todas as argumentações que colocamos acima e, sobretudo, por ser um governo que enfatiza e brada a história de sua cidade e que “um povo sem memória é um povo sem história”. Jargão mais que contraditório, visto que não condiz com as atuações no entorno do Jardim Público, o que recai na questão de que este mesmo poder público não tem a tradição em preservar reminiscências de um passado e a preservação da memória como um instrumento de produção e reprodução de um espaço mais coerente e com identidade frente ao período em que vivemos.

A intenção do preservar patrimônios, hoje, é um desafio para os poderes públicos, pois reportam ao passado dentro da formação histórica do lugar e também reportam à construção de uma responsabilidade coletiva, por ser um direito social do cidadão e o direito que este tem à cidade, o direito à vida urbana e ao uso e apropriação do espaço.

É então competência da gestão pública, não somente planejar a cidade, mas zelar pela preservação e proteção do patrimônio, regulamentando os usos do solo e suas edificações, fiscalizando e controlando a especulação imobiliária na área, além de garantir a participação popular nesta questão.

Nesse sentido, a preservação não deve se dar somente quanto aos usos que se fará do lugar, mas deve necessariamente englobar o cotidiano e o universo de trabalho dos indivíduos, pois é onde ocorrem as verdadeiras expressões de uma sociedade tão desigual e contraditória.

No entorno do Jardim Público, hoje, só existe um casarão que data da década de 1940. Seu fim só o futuro dirá, mas se a conduta do poder político continuar no mesmo perfil, esta forma também estará fadada a demolição.

Se existisse no município o cumprimento de suas leis, principalmente com a Lei de Incentivo Fiscal, em que é prevista a isenção de impostos e taxas para pessoas físicas e jurídicas que se dispuserem à realização de projetos culturais na cidade, muito seria diferente. Até mesmo se houvesse a consolidação de um Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio aos moldes do ocorrem em outras cidades, nossa paisagem urbana seria totalmente distinta do que é atualmente.

Se da aprovação do Plano Diretor do município em 1992, essas leis tivessem se consolidado, teríamos um entorno do Jardim Público, o próprio Jardim e o centro da cidade como um todo, com suas formas que contariam sua história, contariam seu passado e representariam uma época. E o desenvolvimento da cidade não seria nem melhor ou nem pior, mas seria diferente.

Contudo, cabe ressaltar que a criação de um Conselho desse tipo somente seria realmente eficaz, se composto por membros engajados nesta questão. E, sobretudo, se o poder público municipal se preocupasse atentamente com o fato de que as transformações que estão ocorrendo na paisagem central da cidade são tão rápidas, que não deixam vestígios de sua história.

Além de que, esse mesmo poder público, pelo Estatuto da Cidade e seu Plano Diretor, em suas políticas de ordenação e controle do solo, deve procurar evitar a especulação imobiliária. Mas estamos abordando agentes construtores do espaço urbano, detentores de poder e, sobretudo, capital, esbarrando em interesses privados.

A Geografia, enquanto ciência social que deve elucidar o presente tem muito ainda a contribuir no resgate da memória da cidade. Regressando ao passado para compreender o presente e esclarecer o futuro, deve recuperar o referencial dos lugares e seu conteúdo espaço-temporal – a memória ancorada no espaço é produzida dia a dia, por pessoas que compõem não somente estatisticamente a cidade, mas seu cotidiano e sua história.

No transcorrer desta pesquisa, não quisemos enfatizar o fato de que uma cidade deve viver das glórias de seu passado, pelo contrário, procuramos compreender que podemos muito

bem conviver com formas e marcos antigos e incluí-las na modernidade. Para tanto é necessário reconhecer que essas formas são vestígios daqueles que abriram caminho para o que se alcançou hoje.

REFERÊNCIAS

ABREU, I. G. de. Geografia Urbana: questões sobre sua natureza e seu objetivo. In: CARLOS, A. F. A. Os Caminhos da Reflexão sobre a Cidade e o Urbano. São Paulo: Edusp, 1994, p.129-135.

ABREU, M. de A. Contribuição do Estudo do Papel do Estado na Evolução da Estrutura Urbana. *Revista Brasileira de Geografia*, vol. 43 (4), 1983, p. 577-585.

_____. A Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987.

_____. Sobre a Memória das Cidades. *Revista Território*, ano III, nº. 4, jan./jun. 1998, Laget/UFRJ, p. 5-26.

_____. A Cidade Brasileira: 1870-1930. In: SPÓSITO, M. E. B. (Org.). Urbanização e Cidade: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: UNESP/Gasperr, 2001, p.35-44.

ADAMS, B. Preservação Urbana: gestão e resgate de uma história. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

ALMEIDA, N. M. (Org). Álbum de Rio Claro: documentário histórico ilustrativo do município de Rio Claro. Rio Claro, 1951.

ALMEIDA, R. S. de. Alternativas da Promoção Imobiliária em Grandes Centros Urbanos: o exemplo do Rio de Janeiro. In: VALLADARES, L. do P. (Org.). Repensando a Habitação no Brasil Rio de Janeiro: Zahar, 1983, p.169-199.

ALVES, G. da A. O Uso do Centro da Cidade de São Paulo e sua Possibilidade de Apropriação. Tese (Doutorado em Geografia). USP – FFLCH. São Paulo: [s. n.], 1999.

ALTHUSSER, L. Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado. 3ª Edição. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

ARENDT, H. Entre o Passado e o Futuro. 5ª Edição. São Paulo: Perspectiva, 2001 (Coleção Debates).

AUGÉ, M. Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

BAPTISTA, M. R. de B. Rio Claro: as pedras da cidade. Dissertação (Mestrado em História Social). USP – FFLCH. São Paulo: [s.n.], 1994.

BARBOSA, A. J. P. A Propriedade Imobiliária Urbana no Brasil entre Hobbes e Locke. Disponível em
<<http://conpedi.org/manaus////arquivos/Anais/Adilson%20Jose%20Paulo%20Barbosa.pdf>>. Acesso em 04 de fevereiro de 2008, às 19:40 h.

BARBOSA, L. A. Faces da Produção do Espaço Urbano em Cidades Médias: “os enclaves residenciais fortificados” em Limeira-SP. Dissertação (Mestrado em Geografia). UNESP – IGCE. Rio Claro: [s.n.], 2007.

BAUDELAIRE, C. Sobre a Modernidade: o pintor da vida moderna. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007 (Coleção Leitura).

BAUDRILLARD, J. O Sistema dos Objetos. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BENKO, G. Modernidade, Pós-Modernidade e Ciências Sociais. *Revista do Departamento de Geografia, Humanitas*, n.13, 1999, p.187-213.

BERMAN, M. Tudo o que é Sólido Desmancha no Ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BIDOU-ZACHARIASSEN, C. De Volta à Cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

BOSI, E. Memória e Sociedade: lembrança dos velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. O Tempo Vivo da Memória: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRAGA, R.; CARVALHO, P.F. de (Org). Estatuto da Cidade: política urbana e cidadania. Rio Claro: LPM/DEPLAN/UNESP-IGCE, 2000.

BRANDÃO, M. de A. O Último Dia da Criação: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador. In: VALLADARES, L. do P. (Org). Habitação em Questão. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p.125-142.

CALVINO, I. A Especulação Imobiliária. Tradução de Ildete de Oliveira Castro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

CARLOS, A. F. A. A Cidade. São Paulo: Contexto, 1992 (Coleção Repensando a Geografia).

_____. O Lugar no/do Mundo. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Espaço-Tempo na Metrópole: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. (Org.). Novos Caminhos da Geografia. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. A Metrópole Polifônica-Poliorâmica. In: SPÓSITO, M. E. B. (Org). Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: UNESP/Gasperr, 2001, p. 59-72.

_____ O Sentido da Cidade: as possibilidades da análise geográfica. *In*: SPÓSITO, M. E. B. (Org). Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: UNESP/Gasperr, 2001. P. 421-431.

_____ O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

_____ Metamorfoses Urbanas. *GeoTextos*, vol. 3, nº. 1 e 2, 2007. UFBA: Programa de Pós-Graduação em Geografia, p. 187-200.

CARMO, J. de A. do. Dinâmicas Sócio-Espaciais na Cidade de Rio Claro (SP): as estratégias políticas, econômicas e sociais na produção do espaço. Dissertação (Mestrado em Geografia). UNESP – IGCE. Rio Claro: [s.n.], 2006.

CARVALHO, P. F. de. Valor e Tributação do Solo Urbano – subsídios para a administração local. UNESP – IGCE – DPR. Rio Claro: [s.n.], 1993.

CASTELLS, M. A Questão Urbana. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

CASTRO, C. R. de A. Patrimônio Urbano de Londrina. Tese (Doutorado em Geografia). UNESP – IGCE. Rio Claro: [s.n.], 2007.

CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P. A Invenção do Cotidiano 1: artes de fazer. Tradução de Ephraim F. Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____ A Invenção do Cotidiano 2: morar, cozinhar. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CHOAY, F. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP, 2001.

CLAVAL, P. A Geografia Cultural. 2ª Edição. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

CONDEPHAAT. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo – Lei nº. 10.247, de 22 de outubro de 1968. Bens Tombados. Disponível em: <<http://www.cultura.sp.gov.br>>. Acesso em 04 de janeiro de 2008, às 14:30 h.

CÔRREA, R. L. O Espaço Urbano. São Paulo: Ática, 1989.

_____ Região e Organização Espacial. 7ª Edição. São Paulo: Ática, 2000.

COSTA, R. H. M. R. Os Migrantes Nacionais em Rio Claro e sua Inserção no Espaço Urbano. Dissertação (Mestrado em Geografia). UNESP – IGCE. Rio Claro: [s.n.], 1997.

DALLARI, D. de A. Elementos de Teoria Geral do Estado. 12ª Edição. São Paulo: Saraiva, 1986.

DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. (Org.). O Espaço no Fim de Século: a nova raridade. 2ª Edição. São Paulo: Contexto, 2001.

DÉAK, C. O Mercado e o Estado na Organização Espacial da Produção Capitalista. *Espaço & Debates*, n.28, 1989, p.18-31.

_____. A Cidade: do burgo à metrópole. *Espaço & Debates*, n.34, 1991, p.113-120.

DEAN, W. Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920. Tradução de Waldívia Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DELGADO, L. de A. N. História Oral: memória, tempo, identidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DINIZ, E. Políticas Públicas para Áreas Urbanas: dilemas e alternativas. Rio de Janeiro: Zahar, 1982 (Série Debates Urbanos 4).

DUPUY, G. O Automóvel e a Cidade. Tradução de Ana faria. Lisboa: Instituto Piaget, [s.d.] (Coleção Biblioteca Básica de Ciência e Cultura).

EISNER, W. O Edifício, nº8 – Fevereiro. Série Graphic Novel. Editora Abril: 1989, p.3-4.

FERREIRA, J. de A. O Estado Enquanto Agente Social do Urbano. *GeoUSP – Espaço e Tempo*, nº. 4, p. 27-37, 1998.

FOLLIS, F. Modernização Urbana na *Belle Époque* Paulista. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

FRANCISCO, J. Desconstrução do Lugar: o aterro da Praia da Frente do centro histórico de São Sebastião (SP). Tese (Doutorado em Geografia). UNESP – IGCE. Rio Claro: [s.n.], 2002.

FRÚGOLI JÚNIOR, H. São Paulo: espaços públicos e interação social. São Paulo: Marco Zero, 1995.

FUNDAÇÃO IBGE. Cidades: Rio Claro. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 22 de maio de 2007, às 20:05 h.

FUNDAÇÃO SEADE. Informações dos Municípios Paulistas: Rio Claro. Disponível em <<http://www.seade.gov.br>> Acesso em 22 de maio de 2008, às 19:50 h.

FURLANETTO, D. A.; CRUZ, J. M.; ALMEIDA, R. de. Promoção Imobiliária e Espaço Residencial da Classe Média na Periferia Metropolitana do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 49, n.2, abr./jun.1987, p.27-56.

GARCIA, L, B. dos R. 150 Anos da Câmara Municipal de Rio Claro. Rio Claro: Câmara Municipal; Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteado”, 1996.

_____. São João do Rio Claro: a aventura da colonização. Tese (Livre-Docência). UNESP – IGCE. Rio Claro: [s.n.], 2002.

GIDDENS, A. As Consequências da Modernidade. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GODOY, T. M. P. de. O Espaço da Produção Solidária dos Catadores de Materiais Recicláveis – usos e contradições. Dissertação (Mestrado em Geografia). UNESP – IGCE. Rio Claro: [s. n.], 2005.

GOTTDIENER, M. A Teoria da Crise e a Reestruturação Sócio-Espacial: o caso dos Estados Unidos. In: VALLADARES, L. do P.; PRETECEILLE, E. (Coord.). Reestruturação Urbana: tendências e desafios. São Paulo: Nobel, 1990, p.59-78.

HALBWACHS, M. A Memória Coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, P. Cidades do Amanhã. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002 (Coleção Debates).

HARVEY, D. A Justiça Social e a Cidade. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 14ª Edição. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. A Produção Capitalista do Espaço. 2ª Edição. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. Espaços de Esperança. 2ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

HOGAN, D. J.; OLIVEIRA, M. C. F. A. de; SYDENSTRICKER NETO, J. M. Café, Ferrovia e População: o processo de urbanização em Rio Claro. Campinas: NEPO; UNICAMP, 1986 (Textos NEPO, 5).

HUMMEL, C. P. “Brownfields” e Atores Sociais no Município de Rio Claro (SP): memória e refuncionalizações. Dissertação (Mestrado em Geografia). UNESP – IGCE. Rio Claro: [s.n.], 2006.

IAOCHITE, J. C. Apropriação e Revalorização do Espaço Urbano: análise da ocorrência de brownfields no município de Americana-SP. Dissertação (Mestrado em Geografia). UNESP – IGCE. Rio Claro: [s.n.], 2004.

JACOBS, J. Morte e Vida de Grandes Cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JOLY, C. Patrimônio Arquitetônico e Revalorização das Áreas Centrais: a refuncionalização do centro histórico de Campinas. *GeoUERJ*, RJ, nº. 15-16, 1º e 2º semestre de 2004, p. 97-118.

KOWARICK, L. A Espoliação Urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KURZ, R. O Colapso da Modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LANDIM, P. da C. *Desenho de Paisagem Urbana: as cidades do interior paulista*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LEFÉBVRE, H. *La Revolución Urbana*. Madri: Alianza Editorial, 1972a.

_____. *O Pensamento Marxista e a Cidade*. São Paulo: Ulisseia, 1972b.

_____. *De lo Rural a lo Urbano*. 3ª Edição. Barcelona: Ediciones Península, 1975.

_____. *O Direito à Cidade*. 4ª Edição. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEITE, T. M. de C. *Solo Urbano e Habitação: o caso da periferia de Rio Claro*. Trabalho de Conclusão de Curso (em Geografia). UNESP – IGCE – DPR. Rio Claro: [s.n.], 1989.

LE MOS, A. I. G. *Ao Sentido da Cidade Hoje: reflexões teóricas*. In: SPÓSITO, M. E. B. (Org.). *Urbanização e Cidade: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: UNESP/Gasperr, 2001, p.433-443.

_____. *Geografia da Modernidade e Geografia da Pós-Modernidade*. *GeoUSP – Espaço e Tempo*, n.5, 1999, p.27-39.

LIPOVETSKY, G. *A Felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LOJIKNE, J. *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LYNCH, K. *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MABBOTT, J. D. *O Estado e o Cidadão: uma introdução à filosofia política*. Tradução de Jorge Natal da Costa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968 (Biblioteca de Ciências Sociais).

MACHADO, I. L. (Org.). *Rio Claro Sesquicentenária*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1978.

MAK, M. A. T. F. *Agentes Públicos e Privados na Refuncionalização de Formas Urbanas na Cidade de Campinas-SP*. Dissertação (Mestrado em Geografia). UNESP – IGCE. Rio Claro: [s.n.], 2007.

MANFREDINI, E. A. *Ações Públicas e Privadas na Conformação da Cidade: estudo da dinâmica sócio-espacial de Limeira-SP, 1960-2000*. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana). UFSCar – Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia. São Carlos: [s.n.], 2005.

MARICATO, E. (Org.). *A Produção Capitalista da Casa (e da cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.

MARTINS, J. de S. (Org.). Henri Lefébvre e o Retorno à Dialética. São Paulo: Hucitec, 1996.

MILIBAND, R. O Estado na Sociedade Capitalista. Tradução de Fanny Tabak. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972 (Biblioteca de Ciências Sociais).

_____. Marx e o Estado. In: BOTTOMORE, T. (Org). Karl Marx. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 127-147.

MORAES, A. C. R. Geografia: pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1984.

_____. Geografia Crítica: a valorização do espaço. São Paulo: Hucitec, 1984.

_____. Ideologias Geográficas: espaço, cultura e política no Brasil. 5ª Edição. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, C. da C. A Cidade Contemporânea entre a Tabula Rasa e a Preservação: cenários para o Porto do Rio de Janeiro. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MOREIRA, R. Pensar e Ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço. São Paulo: Contexto, 2007.

MUMFORD, L. A Cultura das Cidades. 8ª Edição. Tradução de Neil R. da Silva.. Belo Horizonte: Itatiaia, 1961.

_____. A Cidade na História. 2º Volume. 12ª Edição. Tradução de Neil. R. da Silva. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.

NIGRO, C. Patrimônio Cultural e Território Urbano. *Boletim Paulista de Geografia*, nº. 78, São Paulo, dez./2001 dez./2001, p. 45-76.

OLIVEIRA, Percy. Imagens 1. Rio Claro: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteado, 1987.

_____. Imagens 2. Rio Claro: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteado, 1988.

OLIVEIRA, D. L. C. M. de. Mercado de Trabalho Industrial e a Questão do “Gênero”: uma análise do trabalho feminino em indústrias de Rio Claro, SP. Dissertação (Mestrado em Geografia). UNESP – IGCE. Rio Claro: [s.n.], 2000.

ORTIGOZA, S. A. G. O Tempo e o Espaço da Alimentação no Centro da Metrópole Paulista. Tese (Doutorado em Geografia). UNESP – IGCE. Rio Claro: [s.n.], 2001.

OS PENSADORES. Textos Escolhidos XLVIII – Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno e Jurgen Habermas. Seleção de Zeljko Loparic e Otilia B. Fiori Arantes. Abril Cultural: 1º Edição, 1975.

PADOVANI, E. G. R. Parque Temático: modernização e consumo do espaço. Tese (Doutorado em Geografia). UNESP – IGCE. Rio Claro: [s.n.], 2002.

PAES-LUCHIARI, M. T. D. A (Re)Significação da Paisagem no Período Contemporâneo. In: CÔRREA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (Org). Paisagem, Imaginário e Espaço. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001, p.9-28.

_____. A Reinvenção do Patrimônio Arquitetônico no Consumo das Cidades. *GeoUSP - Espaço e Tempo*, n.17, São Paulo, 2005, p.95-105.

_____. Patrimônio Cultural: uso público e privatização do espaço urbano. *Geografia*, Rio Claro, v.31, n.1, jan./abr. 2006, p.47-60.

PEIXOTO, N. B. Paisagens Urbanas. 3ª Edição. São Paulo: Senac São Paulo, 2004.

PENTEADO, O. de A. Vultos da História Rioclarense (Resumos Biográficos). 2ª Edição. Rio Claro: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteado”, jan./1982, p.37.

_____. Miscelânea. Rio Claro: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteado”, 1984, p.39.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO. Plano Diretor de Rio Claro. Lei nº. 2.492, de 06 de agosto de 1992.

_____. Minuta – Projeto de Lei do Plano Diretor de Rio Claro-SP, 06 de outubro de 2006.

RELPH, E. A Paisagem Urbana Moderna. Rio de Janeiro: Edições 70, 1987.

RIBEIRO, L. C. de Q.; PECHMAN, R. M. O que é Questão da Moradia. São Paulo: Brasiliense, 1983 (Coleção Primeiros Passos).

RIBEIRO, L. C. de Q.; SANTOS JUNIOR, O. A. dos. (Org). As Metrôpoles e a Questão Social Brasileira. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2007.

ROCHE, D. História das Coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX. Tradução de Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

RODRIGUES, A. M. Moradias nas Cidades Brasileiras. 5ª Edição. São Paulo: Contexto, 1994 (Coleção Repensando a Geografia).

RODRIGUES, M. Por que Vocês Querem Conservar o Patrimônio? *Revista História*, n.15, São Paulo, p.175-196, 1996.

ROLNIK, R. A Cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1999 (Coleção Cidade Aberta).

ROVAI, M. Os Saberes de Si: memória, violência e identidade nos poemas de Álvaro de Campos. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2001.

RYBCZYNSKI, W. Vida nas Cidades e Expectativas Urbanas. Tradução de Beatriz Horta. Rio de Janeiro: Record, 1996.

SALCEDO, R. F. B. A Reabilitação da Residência nos Centros Históricos da América Latina: Cusco (Peru) e Ouro Preto (Brasil). São Paulo: Editora UNESP, 2007.

SAMPAIO, S. S. Arqueologia Industrial de Rio Claro-SP: um estudo de prédios industriais e equipamentos técnicos antigos. Rio Claro: ARGEIO, 1992.

SANTOS, M. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. Metamorfoses do Espaço Habitado. Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. 4ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Técnica, Espaço e Tempo. Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional. 3ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Por uma outra Globalização – do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. O Espaço do Cidadão. 6ª Edição. São Paulo: Studio Nobel, 2002 (Coleção Espaços).

_____. A Urbanização Brasileira. 5ª Edição. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, F. A. dos. Rio Claro: uma cidade em transformação (1850-1906). São Paulo: Annablume; FAPESP, 2002.

SÁVIO, M. A. C. A Modernidade Sobre Rodas: tecnologia automotiva, cultura e sociedade. São Paulo: EDUC, 2002.

SCARLATO, F. C. Busca do centro – o reencontro com a cidade. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. de. (Org). Geografias de São Paulo: representação e crise. São Paulo: Contexto, 2004, p.247-270.

SEABRA, O. C. de L. Territórios do Uso: cotidiano e modo de vida. *Cidades*, v.1, n.2, p.181-206, 2004.

SENNETT, R. O Declínio do Homem Público: as tiranias da identidade. Tradução de Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERPA, A. O Espaço Público na Cidade Contemporânea. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, L. A. M. da. (Org.). *Solo Urbano: tópicos sobre o uso da terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SILVA, F. M. A. da. *A Expansão da Malha Urbana de Rio Claro: suas implicações histórico-geográficas (1835-1984)*. Trabalho de Conclusão de Curso (em Geografia). UNESP – IGCE – DEPLAN. Rio Claro: [s.n.], 1994.

SILVA, J. da B. *O Sentido da Cidade no Final do Século XX*. In: SPÓSITO, M. E. B. (Org.). *Urbanização e Cidade: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: UNESP/Gasperr, 2001.

SILVEIRA, R. L. L. da; PEREIRA, P. C. X.; UEDA, V. (Org.). *Dinâmica Imobiliária e Reestruturação Urbana na América Latina*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

SINGER, P. *Economia Política da Urbanização*. 14ª Edição. São Paulo: Contexto, 1998.

SOAVE, V. L. de O. *Transformações do Espaço Arquitetônico do Centro Histórico da Cidade de Rio Claro*. Trabalho de Graduação Interdisciplinar. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – PUCCAMP. Campinas: [s.n.], 1983.

SOBARZO, O. *A Produção do Espaço Público: da dominação à apropriação*. *GeoUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, nº. 19, p. 93-111, 2006.

SOUZA, M. A. A. de. *A Identidade da Metrópole: a verticalização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec; EDUSP, 1994.

SOUZA, M. L. de. *ABC do Desenvolvimento Urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPÓSITO, M. E. B. *O Centro e as Formas de Expressão da Centralidade Urbana*. *Revista de Geografia*: Universidade Estadual Paulista/UNESP, São Paulo, v.10, 1991, p.1-17.

_____. *O Chão Arranha o Céu: a lógica da (re)produção monopolista da cidade*. Tese (Doutorado em Geografia). USP – FFLCH. São Paulo: [s.n.], 1991.

_____. (Org.). *Urbanização e Cidade: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: UNESP/Gasperr, 2001.

THOREAU, H. D. *A Desobediência Civil e Outros Ensaio*s. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Editora Cultrix, [s.d.].

TROPPEMAIR, H. *Verde para a Vida – O Jardim Público*. *Jornal de Rio Claro*, 08 de janeiro de 1988.

_____. *Nós e o Meio Ambiente – Nosso Jardim Público*. *Jornal Diário do Rio Claro*, 245 de março de 1990, p.2.

_____. *CONDEPHAAT, bens tombados e área de entorno (1)*. *Jornal Diário do Rio Claro*, 16 de fevereiro de 1992, p.8.

_____ CONDEPHAAT, bens tombados e área envoltória (2). Jornal Diário do Rio Claro, 23 de fevereiro de 1992, p.6.

_____ Condephaat, Bens Tombados e áreas envoltórias (3). Jornal Diário do Rio Claro, 01 de março de 1992, p.7.

_____ Desenvolvimento Urbano e Preservação do Meio Ambiente de Rio Claro. Jornal Diário do Rio Claro, 18 de setembro de 1994, p.9.

_____ Jardim Público: um patrimônio rio-clarense. Jornal Diário do Rio Claro, 02 de fevereiro de 1997, p.11.

VALLADARES, L. do P. (Org.). Habitação em Questão. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____ Repensando a Habitação no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1983 (Série Debates Urbanos).

VIEIRA, S. G. O Centro Vive. O espetáculo da revalorização do centro de São Paulo: sobrevivência do capitalismo e apropriação do espaço. Tese (Doutorado em Geografia). UNESP – IGCE. Rio Claro: [s.n.], 2002.

WASSEMAN, C. A. Identidade: conceito, teoria, e história. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 7, nº. 2, jul./dez. 2001, p. 7-19.

YÁZIGI, E. O Mundo das Calçadas. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP; Imprensa Oficial do Estado, 2000.

ANEXOS

ANEXO I
Questionário aplicado junto aos comerciantes

Universidade Estadual Paulista
Instituto de Geociências e Ciências Exatas – IGCE
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Formulário de Pesquisa Direta

Sexo: () Feminino () Masculino

Faixa Etária: () 15–24 anos () 25–34 anos () 35–44 anos
() 45–54 anos () 55–64 anos () 65 anos ou +

Cidade e Estado onde nasceu: _____

Bairro onde mora: _____

Profissão: _____

Você acredita que uma intervenção urbanística no centro da cidade de Rio Claro, mais especificamente no trecho que compreende a área comercial da Rua 3, com a implantação de um **calçadão** que priorize a passagem de pedestres, restringindo a circulação de automóveis, **traria vantagens para o comércio da área? Por quê?**

ANEXO II
Questionário aplicado junto aos usuários dos estacionamentos

Universidade Estadual Paulista
Instituto de Geociências e Ciências Exatas – IGCE
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Formulário de Pesquisa Direta

Sexo: () Feminino () Masculino

Faixa Etária: () 15 – 24 anos () 25 – 34 anos () 35 – 44 anos
() 45 – 54 anos () 55 – 64 anos () 65 anos ou +

Cidade e Estado onde nasceu: _____

Bairro onde mora: _____

Profissão: _____

Por qual(s) motivo(s) você optou por deixar seu carro em um **estacionamento** ao invés de fazer uso do sistema de Parquímetro?

() Preço () Segurança () Conforto () Praticidade
() Outro: _____

Você se lembra do que havia nesse local antes de ser transformado em um **estacionamento**?

() Casa () Banco () Hospital () Cinema
() Não me lembro () Outro: _____

E qual a sua opinião sobre essa transformação? _____

Observações:

ANEXO III**Regionalização dos bairros de Rio Claro, de acordo com a Prefeitura Municipal.**

Região Norte: Cervezão, Jardim Hipódromo, Jardim Independência, Jardim Santa Clara, Parque das Indústrias, Jardim Ipanema, Jardim Boa Esperança, Jardim Floridiana, Vila Martins e Chácara Boa Vista.

Região Sul: Jardim Brasília I e II, Jardim Guanabara I e II, Jardim Esmeralda, Jardim Novo I e II, Jardim das Palmeiras, Jardim Inocoop, Jardim Nova Rio Claro, Recreio São Carlos, Chácara Lusa e Residencial Camp. Vila Rica.

Região Leste: Bela Vista, Cidade Nova, Vila Bela, Jardim Conduta, Vila Indaiá, Vila Paulista, Jardim Nossa Senhora da Saúde I e II e Vila Horto Florestal.

Região Oeste: Parque Universitário, Jardim Wenzel, Recanto Paraíso, Jardim Santa Eliza, Jardim Bela Vista, Jardim Panorama, Jardim das Paineiras, Jardim Paulista II, Jardim Cidade Azul e Jardim Matheus Manieiro.

Região Nordeste: Parque Mãe Preta, Residencial Florença, Vila Verde, Vila Industrial e Recreio das Águas Claras, São Miguel, Arco-Íris, Vila Cristina, Vila Alemã, Jardim Ipê, Vila Nova, Jardim Bandeirantes, Jardim América, Jardim Village, Residencial Orestes Giovani, Jardim Parque Residencial, Parque dos Eucaliptos e Vila São José.

Região Sudeste: Jardim Quitandinha, Jardim do Trevo, Bairro do Estádio, Vila Santo Antônio, Cidade Jardim, Jardim Copacabana, Jardim Olímpico, Jardim Kennedy, Jardim Anhanguera, Vila Paulina, Bairro do Município e Jardim Itapuã.

Região Noroeste: Jardim das Flores, Jardim São José, Jardim Progresso, Jardim Azul, Jardim Santa Maria, Jardim São Caetano, Parque São Jorge, Jardim São João, Jardim Boa Vista (Nosso Teto), Jardim Araucária e Conjunto Habitacional Recanto Verde.

Região Sudoeste: Jardim São Paulo I e II, Granja Regina, Jardim Claret, Jardim Mirassol, Vila Anhanguera, Jardim Centenário, Jardim Maria Cristina, Cidade Claret, Jardim Novo Horizonte, Jardim Paulista I, Jardim Nova Veneza, Residencial dos Bosques, Residencial Benjamim de Castro, Jardim Bonsucesso e Novo Jardim Wenzel.

Região Central: Vila Olinda, Vila Aparecida, Santa Cruz, Jardim Primavera, Saibreiro, Alto do Santana, Santana, Vila Operária, Jardim Karan, Jardim Portugal, Vila Santa Terezinha e Vila BNH, Zona Central, Bairro da Boa Morte, Vila do Rádio, São Benedito, Bairro da Saúde, Jardim Donângela, Jardim Rio Claro, Jardim Shangrilá e Consolação.

ANEXO IV
Questionário aplicado junto aos pedestres que transitam pelo Jardim Público

Universidade Estadual Paulista
Instituto de Geociências e Ciências Exatas – IGCE
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Formulário de Pesquisa Direta

Sexo: () Feminino () Masculino

Faixa Etária: () 15 – 24 anos () 25 – 34 anos () 35 – 44 anos
() 45 – 54 anos () 55 – 64 anos () 65 anos ou +

Cidade e Estado onde nasceu: _____

Bairro onde mora: _____

Profissão: _____

Aproximadamente, quantas vezes por semana você transita pelo Jardim Público?

() Todos os dias () De 2ª a 6ª feira () Somente uma vez por semana
() Raramente () Outro: _____

Por quais motivos você transita pelo Jardim Público?

() Trabalho () Comércio () Serviços () Diversão
() Estudos () Banco () Outros: _____

Você se lembra do que havia nesse local antes de ser transformado em um **estacionamento**?

() Casarão () Banco () Hospital () Cinema
() Não me lembro () Outro: _____

Observações:
